

# MOVIMENTO

Nº 5 — 4 DE AGOSTO DE 1975 — CR\$ 5,00



**O**s feirantes querem a conclusão do processo que acusa a Shell e a Esso pelo incêndio da feira de Água de Meninos, (pg. 9); o incrível julgamento da CIA por ela mesma (Warren Dean, pg. 16); quando a indústria de desodorantes desce além do sovaco (pg. 13); a geração de crianças brasileiras que não aprende porque tem fome (pg. 19); Geisel: “Muito se tem publicado e discutido sobre a distensão, atribuindo-se ao governo e notadamente ao presidente da República — intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão e pressões, etc. — uns e outros absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação; e por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores” (discurso do presidente Geisel, pg. 5); Brossard: “Penso que ou o Brasil se liberta do regime de exceção e passa a reger-se por instituições democráticas definidas, ou a situação se prolongará indefinidamente, pois não sei a que possa conduzir um gradualismo sem programa e sem prazos” (entrevista do senador Brossard, pg. 7); o governador Aureliano Chaves, sobre industriais paulistas: “Não permitiremos que os imperialistas tolham o nosso desenvolvimento” (pg. 11); João Acelino, Meeiro no noroeste de Minas: “Meeiro é de-a-meia, o fazendeiro dá a terra preparada e a gente toca por conta própria, faz a planta, carpe, depois colhe. No fim da safra reparte à meia com o dono do terreno” (pg. 3).

## ASSUNTOS

### Trocando o diretor melhoram os trens?

"Se eu pudesse, largava tudo isso aqui e ia embora pra minha casa", dizia, nas últimas semanas, o general reformado Milton Gonçalves, presidente da Rede Ferroviária Federal. De fato, na noite de quinta-feira, não só ele como toda a diretoria da RFF livraram-se dos instáveis trens da Central do Brasil e foram para casa depois de, pelo telefone, demitirem-se dos cargos ao ministro dos Transportes, general Dirceu Nogueira.

A saída de Milton Gonçalves, a rigor, era esperada, desde as recentes revoltas dos usuários, destruindo vagões e terminais de passageiros. Há três semanas, quando um trem de passageiros descarrilou, matou 16 pessoas e deixou cerca de 300 feridas, a demissão de Milton Gonçalves era dada como inevitável. A sucursal de um jornal carioca em Brasília até despachou a notícia para o Rio, como certa. Na semana passada, quando duas pessoas morreram num novo choque de trens, a notícia repetiu-se.

Gonçalves enfrentava mal e mal essa tendência a colocá-lo como o maior culpado pelos problemas. A nomeação do coronel Carlos Aloysio Weber para a Diretoria de Operações da RFF não era admitida por Milton Gonçalves como intervenção. E os planos de emergência para adaptar o obsoleto sistema de transportes às necessidades atuais dos 234 milhões de passageiros (números de 1973) também estavam, segundo o general, nos seus planos.

Esse plano de emergência foi apresentado à imprensa na semana passada exatamente pelo coronel Weber. Ele admitiu que os 675 milhões de cruzeiros destinados ao sistema ferroviário suburbano do Grande Rio não deverão resolver muita coisa, são "apenas um ponto de partida".

"Nosso maior problema vai ser melhorar o sistema a curto prazo", dizia o coronel Weber, confirmado, mais tarde, pelo general Gonçalves durante uma conferência na Associação Comercial do Rio: "Infelizmente, as primeiras melhorias só vão ser sentidas pelo povo em maio do próximo ano, quando vamos receber novos trens, que suprirão em parte a demanda". O general certamente errou por tentar ser sincero, pois um ano é indubitavelmente muito tempo para se perceber os primeiros resultados de um plano de emergência que se propõe a resolver uma situação tão crítica. Agora, que Milton Gonçalves, aos 61 anos, foi para casa descansar, o que muda nos trens do subúrbio? O coronel Weber, continuará comentando, como o fez na semana passada, diante do último desastre, "que zebra, eh, mestre"?

### Os tarifa-um



Por menos de Cr\$ 160,00 por dia é impossível comer dignamente em qualquer cidade do país. Por menos de Cr\$ 220,00 ninguém encontra pousada decente em parte alguma. Desde, é claro, que se trate de pessoa que às vezes se chama distinta.

Essas verbas para alimentação e pousada não são arbitrarias: foram fixadas pelo governo federal, em decreto, na tabela que regulamenta o pagamento de diárias ao pessoal civil da União, quando em viagem de serviço pelo território nacional. Os Cr\$ 380,00 de diária máxima serão pagos ao pessoal tarifa-um (sendo Cr\$ 140,00 para a comida e o resto para a pousada). Para a faixa intermediária são Cr\$ 300,00, sendo Cr\$ 120,00 para alimentação. Abaixo disso, talvez para o que se chamaria o funcionário comum, a diária será de Cr\$ 240,00 (dos quais 110 para a comida e 130 para o pousa), quase o que o tarifa-um ganhará apenas para o hotel. Embora muitos considerem a tabela generosa, ela é, na verdade, realista. Generosos foram os financiamentos da

Embratur para a construção de hotéis, onde, contudo, o cidadão não descansa os ossos sem morrer numa conta desmedida. Estão entre as diárias mais caras do mundo. E a comida está pela hora da morte: mesmo o barmabê de hábitos modestos não guardará muito dos 110 cruzeiros que a União lhe garante para os dias de viagem a serviço.

O estranho é que os critérios realistas utilizados na confecção da tabela não sejam adotados, por qualquer governo, federal, estadual ou municipal, na fixação da remuneração normal, sem viagens, do funcionalismo civil e/ou militar. No mesmo dia em que se publicava o decreto das diárias, o governo do Estado do Rio de Janeiro divulgava informação colhida no censo do funcionalismo estadual: os motoristas têm 46 níveis de vencimentos, que variam de Cr\$ 674,15 a Cr\$ 677,80. Em suma, um motorista ganha em um mês menos do que um tarifa-um — também chamado DAS-3 e 4 — recebe em dois dias de viagens pelo país.

### O espírito cristão da TV Globo

No dia 16 último, antes de ler o seu editorial, o diretor da Rede Globo de Televisão, Edgardo Erichsen fez uma advertência: "sou católico apostólico romano. Creio na minha Igreja".

A advertência parecia necessária. — O editorial criticava "determinados procedimentos ou exteriorizações que partem de membros dessa mesma Igreja", os quais, na sua opinião, "colidem frontalmente com tudo quanto dela recebi".

Depois de citar o que seriam alguns trechos de poemas de dom Pedro Casaldáliga, o editorialista da TV Globo concluiu: "Parece que esse bispo trocou o crucifixo e o rosário pela foice e o martelo, o breviário pelos pensamentos de Mao Tsé-Tung. (...) De alguns sacerdotes alinhados com setores esquerdistas pode-se dizer que acendem uma vela a Deus e outra ao diabo. Mas com relação ao Bispo Pedro Maria Casaldáliga, o mínimo que se pode afirmar é que acende todas as velas para o Diabo".

Esta foi a segunda vez em pouco menos de um mês que a TV Globo se referiu ao bispo da prelazia de São Felix, no Araguaia, Mato Grosso. No dia 20 de junho, um dia antes da abertura da reunião de 26 bispos da

Amazonia, em Goiânia, o *Jornal Nacional* informava que a Polícia Federal havia recolhido em São Felix a folha "Alvorada", órgão noticioso da prelazia, "com um texto da China comunista, incitando o povo à luta através do batizado e de outros sacramentos". Segundo a notícia, o texto estava ilustrado com uma foice entrelaçada com uma cruz e assinado por dom Pedro Casaldáliga. Numa nota à imprensa, no entanto, dom Pedro negou autenticidade ao documento.

Em abril, vigários, bispos e autoridades de São Paulo, receberam cartas apócrifas, atribuídas a membros do clero católico, deplorando a conduta de dom Ivo, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. Uma dessas cartas era acompanhada de uma grossiera foto-montagem onde dom Ivo aparecia ao lado de uma mulher.

Embora acreditem que essa campanha já nasceu desmoralizada, alguns setores da CNBB identificam nesse movimento uma tentativa de intrigar os dirigentes da hierarquia católica, entre si e com o chamado baixo clero. Na origem desse movimento — ou pelo menos nos que são utilizados para esse fim — estariam membros da TFP.

### Truculência e nepotismo

Duas horas depois de agredir a socos a ponta-pés o jornalista Antonio Brito, do "Diário da Noite", o secretário da Justiça de Pernambuco, Carlos Alberto de Oliveira, foi demitido do cargo pelo governador Moura Cavalcanti, na noite da última quinta-feira.

Acompanhado de três capangas (entre eles, seu tio e assessor especial Aldo Arruda, também demitido por Moura Cavalcanti), o secretário invadiu o restaurante "Pampas" e deu início ao espancamento do jornalista, em represália à publicação de um artigo comentando seu possível afastamento da Secretaria da Justiça.

O espancamento foi apenas a derradeira arbitrariedade de Carlos Alberto de Oliveira na sua passagem pela Secretaria da Justiça. Logo no primeiro dia depois de nomeado ele colocou um parente seu no cargo de Diretor do Manicômio Judiciário, que não possuía o título de bacharel, o que contrariava a lei. Ao ser denunciada a irregularidade por um juiz de execuções criminais, Carlos Alberto reuniu a imprensa para dizer que não sabia do fato: "Eu juro que vi uma foto dele de boca numa festa de formatura".

Com sua Secretaria esvaziada em termos eleitorais, pois Moura Cavalcanti retirara dela as funções de assistência aos municípios e aos menores, Carlos Alberto de Oliveira provocaria a primeira crise do governo com a Igreja, ao proibir a entrada do bispo José Lamartine Soares na penitenciária da Ilha de Itamaracá. O bispo havia sido convidado por

uma comissão de senhoras para rezar a missa de páscoa dos presos.

Carlos Alberto de Oliveira foi também o principal responsável pela greve de fome dos presos políticos de Itamaracá, por ter transferido para um quartel da polícia no Recife dois presos que supostamente teriam liderado um movimento que reivindicava melhor tratamento naquela penitenciária. Durante a greve de fome, o ex-secretário proibiu a entrada de advogados dos presos em Itamaracá, sem comunicar o fato ao juiz corregedor, Angelo Rattacazzo Junior. Posteriormente, em consequência dos protestos de toda a classe jurídica de Pernambuco, os advogados tiveram novamente acesso a Itamaracá.

Aos 33 anos, Carlos Alberto de Oliveira volta agora à Câmara Federal. Eleito pela primeira vez há 10 anos, para deputado estadual, ele sofreria seu primeiro grande golpe em 68, quando seu sogro e mentor político José Marques da Silva, também conhecido por "Zé Botinho", foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 na rubrica de corrupção (dono de vários armazéns que funcionavam irregularmente). "Zé Botinho" ficou famoso por comprar os votos necessários aos seus mandatos populares e de genro.

O Clube dos Repórteres Políticos do Recife divulgou na noite de quinta-feira uma nota oficial, na qual se solidarizava com Antonio Brito e pedia ao governador Moura Cavalcanti "garantias para o exercício da profissão", além da abertura de um inquérito policial.

### 108 toneladas sobre os vizinhos

Oito de cada 10 pessoas que vão ao gabinete do prefeito de Contagem, cidade industrial da Grande Belo Horizonte, com 150 mil habitantes, levam uma queixa comum: o pó de cimento lançado no ar pela Companhia de Cimento Portland Itau. A fábrica, instalada entre casas, escolas e hospitais, há 29 anos produz 1.300 toneladas de cimento por dia e lança outras 108 toneladas sobre seus vizinhos diariamente.

O prefeito Newton Cardoso, eleito pelo MDB, decidiu encampar as reclamações ouvidas nas audiências populares. Depois de tentar convencer a Itau a montar filtros antipoluição, multou-a em 50 salários-mínimos e declarou-se disposto a fechá-la definitivamente ou pelo menos fazer com que saia de Contagem. O gerente-geral, José Carlos Silva, não só negou o interesse em instalar os filtros, alegando que a lei não o obriga a isso, como não reconhece ao prefeito Cardoso autoridade para fechar a fábrica de cimento.

E o governador Aureliano Chaves? Na semana passada, ao passar por Contagem após a inauguração de outra fábrica, Chaves dirigiu-se a Itau para saber como se dá a poluição. Esperou algum tempo no portão até ser informado por um funcionário: "É melhor o senhor voltar outra hora, porque agora não há ninguém em condições de lhe dar explicações sobre o funcionamento da fábrica". No dia seguinte — quinta-feira — Aureliano Cha-

ves deveria examinar o assunto com dirigentes da empresa e o prefeito.

Na cidade industrial, habitada sobretudo por operários, a Itau é uma empresa odiada. No mês passado, os habitantes tentaram realizar uma passeata de protesto contra a fábrica: a delegacia de autorizada pelo delegado do local, a manifestação foi depois proibida por autoridades superiores. Mas, segundo a Secretaria de Saúde, os habitantes de Contagem têm motivos para reclamar: o pó de cimento e os gases tóxicos lançados pela fábrica provocam doenças na pele, enfisemas pulmonares e irritação nos olhos. E, de acordo com o Conselho de Controle da Poluição Ambiental, ao liberar uma quantidade de partículas de cimento 800 vezes maior que o limite tolerado, a Itau "contribui decisivamente" para o índice de mortalidade por doenças bronco-pulmonares, de 139 por mil habitantes.

No colégio Cruzeiro do Sul, uma das cinco escolas que ficam a menos de mil metros da Itau, o diretor Egídio Gaudioso diz que seus 1.600 alunos são obrigados a assistir aulas de janelas fechadas. Sua colega Helena Cangussu, da escola estadual "Francisco de Matos", afirma que é grande o número de professores e alunos que faltam às aulas por problemas respiratórios. A professora não acredita que o problema seja resolvido pelos moradores da cidade: "Estão em conflito interesses econômicos poderosos contra uma população pobre".

### Trabalhador, futebol e lazer



No dia 26 de setembro começa em todo o Brasil o Campeonato Sindical de Futebol, promoção do Ministério do Trabalho que, segundo seu titular, Arnaldo Prieto, "tem a finalidade de dar maior ênfase à integração dos trabalhadores, atraindo-os para os órgãos de representação de classe". O campeonato será disputado por operários sindicalizados organizados em seleções estaduais orientadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

O Ministério do Trabalho está bastante preocupado com o lazer, a ponto de preparar um "Programa Nacional de Lazer para o Trabalhador". Segundo uma nota distribuída pelo

Ministério, o plano parte de algumas constatações: "a) constitui lugar comum entre sociólogos e economistas que o mundo ingressou na civilização do LAZER; b) com o desenvolvimento diminuem as horas de trabalho e, concomitantemente, aumenta o poder aquisitivo dos assalariados; c) a redução do horário de trabalho ocorreu sem que houvesse igual redução do salário do trabalhador; d) as massas passam a existir como realidade social significativa e, superando preconceitos, também se voltam para a fruição do lazer, que deixa de ser um privilégio de classe para ganhar uma extraordinária dimensão social".

## GENTE BRASILEIRA

"Meeiro é de-a-meia, o fazendeiro dá a terra preparada e a gente toca por conta própria, faz a planta, carpe, depois colhe. No fim da safra, reparte à meia com o dono do terreno".  
(João Acelino, Noroeste de Minas)

# JOÃO ACELINO

Murilo Carvalho

A camisa abotoada no pescoço procurando tapar o bôcio redondo, os pés descalços descansando do sapato, Acelino, com a mulher e seis filhos pequenos, espera o ônibus para Unai. "Quer dizer, minha profissão é meeiro, nas roças". João Acelino está sentado no barranco da estrada que liga Unai a Uruana, no árido e seco noroeste de Minas.

Nós viemos vindo desde o escuro da noite, viemos do Corgo de Deus, duma fazenda do Seo Valdemar, onde era minha roça de-a-meia. De lá até aqui na estrada tem umas seis léguas gordas". Nos Gerais, as léguas e quilômetros crescem e diminuem, engordam e emagrecem numa confusa noção de distância. Acelino havia caminhado com a família cerca de 40 km até encontrar a estrada. Agora descansa, enquanto o ônibus não vem.

A poeira é tanta e tão fina que permanece no ar e quando passa algum veículo uma grossa nuvem vermelha tapa tudo. Em volta a chapada areenta e esturricada do interior.

"Meeiro é de-a-meia, o fazendeiro dá a terra preparada e a gente toca por conta própria, faz a planta, carpe, depois colhe. No fim da safra reparte à meia com o dono do terreno".

O sistema de meeiro é o modo mais comum de contrato de trabalho em toda a região. Praticamente não se encontra nenhum empregado de fazenda, cuidando de lavoura — arroz, milho, feijão — que não seja meeiro.

Como João Acelino explica, o fazendeiro entra apenas com a terra. Todo o trabalho é feito pelo "camarada". Durante o ano, o fazendeiro "fornece" o meeiro, provendo sua subsistência com alimentos, roupas, remédios, além de adubos e defensivos agrícolas. As despesas são anotadas numa "caderneta" e na época da colheita é feito um acerto de contas, sendo descontadas então todas as despesas do meeiro "com uns jurinhos a mais".

"A gente labuta, labuta e só faz para a boca. Quando sobra é os cobbres certos prum pano, pruma emergência".

Julho é o mês das últimas colheitas. Acelino plantou e cuidou o ano inteiro de uma roça de feijão e outra de milho. Com ele trabalharam a mulher e dois filhos "maiorzinhos". Dia 6 de julho acertou as contas: sobram 60 sacos de milho que ele vendeu ao fazendeiro por 25 cruzeiros a saca. Cr\$ 1.500, por um ano de trabalho.

Se num é que ele resolvesse parar uns tempos a lavourinha, até que dava pra ir tentando. Agora ficou feio, seo Valdemar teve prejuízo, e o feijão não deu nada este ano, a chuva molhou tarde, fora de hora. O milho mesmo só deu pro gasto. Então seo Valdemar chegou e falou que ia ficar só com os meeiros mais antigos, me dispensou".

O sistema de meia permite ao fazendeiro não pagar as contribuições trabalhistas exigidas pelo Ministério do Trabalho e por isso é a maneira mais comum de se contratar mão-de-obra em todas as fazendas. O meeiro é uma espécie de sócio do dono da terra, embora não haja entre eles nenhum contrato de trabalho escrito. "A gente a palavra e é só. Vai, arma o rancho e começa a trabalhar". Como não paga o Furrural, o correspondente do INPS para trabalhadores rurais, o meeiro não recebe os benefícios a que teria direito: aposentadoria, tratamento médico, hospitalização.

"Os fazendeiros sempre cumprem o trato, mas é amargoso quando a gente tem que trocar de roça em ano ruim que nem esse". Trocar de roça é comum entre os meeiros, e suas casas são o melhor reflexo dessa provisoriamente: sempre um rancho de barro coberto de palmas de buriti, construído às pressas e abandonado sem preocupação a cada mudança. "A gente mora provisório, faz o rancho já pra largar, nunca sabe o futuro do ano, até os

trens têm que estar no jeito de mudar no fim da safra." Os "trens" da casa são apenas um ou dois bancos de pau, um baúzinho de roupas, os pratos de folha, panelas, latas e uma trempe de ferro para cozinhar.

No chão, em volta de Acelino, sacos de estopa com parte de sua mudança, trazida nas costas chapada a fora. Uma "mucuta" de pano, cheia de paçoca vem matando a fome e deve durar muito ainda. Duas garrafas com água e um pouco de leite numa lata completam suas "posses".

O sol começa a esquentar um pouco e Acelino preocupa-se com a mulher que está com o rosto inchado de "uma novidade no dente". "Ela é danada de resumida, não sabe queixar e fica ruim desse jeito sem falar nada. Se eu sei disso, nós esperávamos uns dias, vagar com um inchume desses num é nem bom".

A mulher tem os braços grossos e musculosos como o marido. Uma criança pequena dorme num pano em cima do capim poeirento. Os outros estão encolhidos, os braços arrepiados do vento frio.

"Agora nós vamos para Unai, caçar um jeito de trabalhar noutra banda". Unai, 40 mil habitantes, é a maior cidade do noroeste de Minas e centraliza toda a comercialização dos produtos agropecuários da região. Lá os fazendeiros procuram seus meeiros e os meeiros vão se oferecer, num miserável mercado de trabalho, onde a oferta é sempre maior do que a procura. "A família vai ficar por lá, arranchada perto da cidade, até eu arranjar um ganho qualquer, uma roça prá plantar. Temos que ir logo, senão passa da hora e não arruma mais nada, a safra tá terminando, já é ocasião de preparar as terras prá chuvas de setembro".

Longe, vem o ônibus num rastro de poeira. Acelino junta os sacos e pacotes, põe as crianças de pé e comenta como quem procura seu próprio consolo: enquanto Deus me der saúde prá trabalhar eu sou um homem rico".

## AS MENINAS

Marina aumenta a luz do lampião e vai apressada chamar as "meninas", porque chegou visita. Um instante e elas já estão entrando na sala, pintadas, sorridentes.

Na vitrola a pilha, Valdick Soriano.

A casa da Marina, no Cacaú, próxima do município de Nova Olinda é uma das centenas de boites que se espalham ao longo dos 2.200 km da Belém-Brasília.

"Ih! nessa Belém-Brasília o que dá mais é boite. E já teve muito mais, no tempo em que a estrada era de terra e tinha muito homem trabalhando na companhia de asfalto". Marina traz a cerveja morna e enche os copos. "Eu vivo nessa estrada desde 65, no começo dela, já morei no Maranhão, no Pará e até lá perto de Anápolis. Trabalhei em mais de vinte boites até poder montar a minha aqui em Goiás. Não é grande coisa, mas é de amizade".

A boite é apenas um salão coberto de palmas de coqueiro. Duas mesas de madeira e várias cadeiras encostadas à parte fazem toda a mobília. "Os quartos das meninas são lá fora". Lá fora estão também o chiqueiro com dois capados de engorda — "é pro gasto nosso, sabe?" — e a cisterna e a fossa negra. A cozinha é um cantão do salão, usado apenas de dia.

Ainda é cedo para que os frequentes habituais — motoristas de caminhões — comecem a chegar. As meninas dançam, enquanto esperam.

"Meu nome mesmo é Maria Imperatriz, mas eu chamo Meire, fica mais bonito".

Maria Imperatriz está preparando uma mamadeira numa garrafinha de guaraná cheia de leite com açúcar e um bico de borracha. "Já são quase 7

horas, não são? Vou dar a mamadeira da minha filha, senão passa da hora".

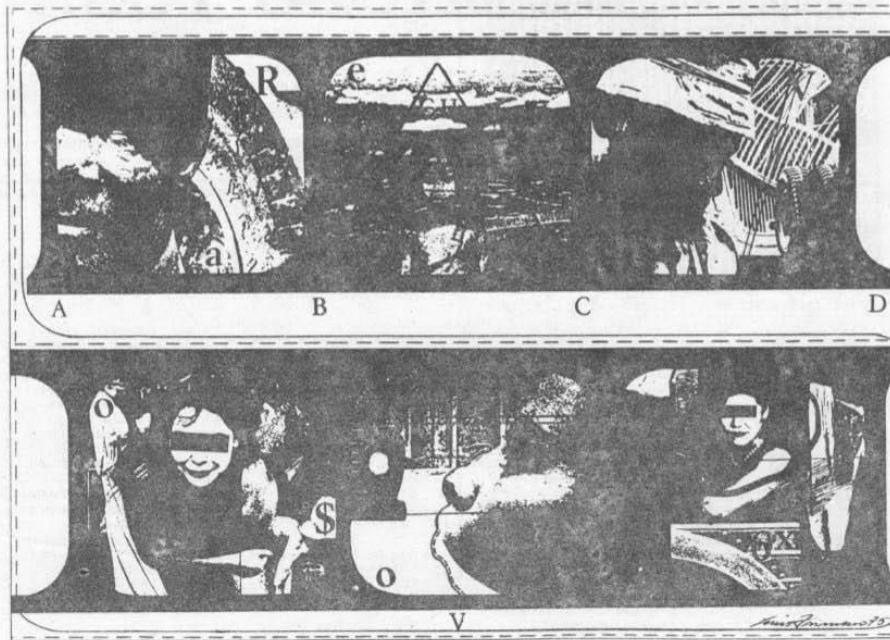
O quarto de Maria Imperatriz-Meire é o último, um quarto de paredes finas, sem reboco, como todo o resto da casa, coberto de palmas de coqueiro. Dentro, duas redes, de uma bacia grande — pra dar banho na criança — e roupas penduradas em pregos e um varalzinho com algumas fraldas. Numa das redes dorme uma menina. "Ela tem oito meses, precisa ver que boazinha, quase não amola". A outra rede "é onde eu trabalho". Maria Imperatriz afirma com um sorriso.

"Enquanto ela é pequeninha não tem problema, mas logo não vai dar mais, vou ter que resolver isso. O pessoal fala pra eu dar a bichinha pra alguém criar, mas eu tenho dó, tenho muito apego nela. Mas eu vou ter que acabar dando, minha vida não dá para educar criança".

O bebê mama sem acordar, a luz baça da lamparina mal espantando as sombras.

De volta ao salão Maria Imperatriz é uma das mais alegres. "Essa daí está sempre enxergando passarinho verde". Juçara é a mais velha, "tenho 27 anos" embora Marina diga, rindo que ela já fez 32. "Eu vim do Piauí, não conhecia a Belém-Brasília, mas uma amiga minha veio de caminhão e passou um ano por aqui. Quando ela voltou acolá, me trouxe também junto".

Fátima, 16 anos, reclama da música, quer colocar Roberto Carlos e fica brava quando não encontra o disco. "Essas meninas só gostam de música chata, o Roberto é que é jóia, elas escondem só pra me amolar". Sentada numa cadeira de



espaldar alto Marina acompanha alegre o movimento. "O ruim dessa vida da Belém-Brasília é que a gente vive isolada, muito sozinha. Mas eu já acostumei tanto com a minha vida independente que nunca mais quero homem mandando em mim".

"Pois eu quero". Fátima fala sem deixar de dançar uma mistura de twist com baião.

"O serviço da casa é feito pelas meninas mesmo. Eu cozinho, enquanto elas lavam, pas-

sam e limpam a casa. Ainda não dá pra ter uma empregada boa, preciso antes comprar uma geladeira". Na parede há um retrato de Marina, colorido à mão, colocado numa moldura oval. Sobre o retrato, uma dedicatória: Para Marina, com admiração! A assinatura é ilegível e Marina apenas sorri sem dizer o nome escrito: "é coisa da mocidade".

Juçara e Fátima dançam juntas, os corpos apertados em mini saias justas. "Essas duas

não se largam, chegaram juntas de Imperatriz, no Maranhão". A história de Fátima é a mesma contada por todas as meninas da casa de Marina: "um rapaz me fez mal e meu pai me pôs pra fora de casa. Aí a Juçara me levou pra uma boite em Imperatriz e de lá viemos pra aqui". "Goiás é melhor", diz Juçara, "aqui tem mais gente, o pessoal é mais bonito. Eu quero ir descendo até o sul, diz que lá é que é bom. Só estou esperando acabar de aprender a ler, a Marina

está me ensinando, depois eu vou. Sem leitura a gente não é ninguém".

De repente um facho de luz recorta as janelas e o ronco de um caminhão aproxima-se da casa. As meninas ficam alvoroçadas, arrumam os cabelos, ajustam as roupas. Outro caminhão encosta em seguida.

Valdick Soriano volta à vitrola, Marina chega até a porta para receber as "visitas".

Lá fora a Belém-Brasília está deserta.

# CENA BRASILEIRA

## VIDA DE CRECHE

O prédio de dois andares é uma dessas construções sumárias, feias, típicas de escola pública. Uma porta corrediça, de vidro, ocupa toda a fachada térrea. Dentro, as dependências são muito amplas. Há um grande pátio aberto, de cimento, sem qualquer vegetação, onde as crianças se divertem com um único brinquedo: pneumáticos velhos. Os balanços estão quebrados. Nos corredores, a falta de recursos pode-se medir pelo número de lâmpadas queimadas, sem reposição. Mas as instalações sanitárias são boas, limpas, da mesma forma que o refeitório e a cozinha. Durante a visita, as crianças comiam um bom mingau, misturado com biscoitos, única forma de aceitarem de boa vontade. Um grupo de meninas e meninos tomava banho juntos, como fazem diariamente antes de sair. No berçário, apenas um bebê de 6 meses que vem com a mãe todos os dias cedinho e volta às 18 horas.

A creche Casa da Criança, no bairro de Botafogo, Rio, é uma instituição de caridade sustentada por doações, principalmente de "senhoras da sociedade" que levam dinheiro através da promoção de estréias de peças teatrais e coisas do gênero. Essas senhoras também conseguem, vez por outra, alguma verba com deputados. A alimentação é toda fornecida pelo Serviço de Assistência Alimentar do Departamento de Serviços Complementares da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

A Casa é administrada pelas irmãs da Ordem Missionária do Sagrado Coração de Jesus, de Sobral, Ceará. Segundo a Superiora que dirige a instituição, Irmã Maria Celeste, a creche é mais procurada para crianças de até 4 anos de idade. "Se tivéssemos mil vagas, preencheríamos todas", diz ela, "mas só temos condições atualmente de ter 300 crianças", distribuídas entre berçário (33), maternal (120), jardim de infância (110) e classe de alfabetização (40).

As mães, em geral, são empregadas domésticas, com

trabalhos fixos ou biscates (faxineiras, por exemplo), havendo poucas da classe média baixa. A Irmã Celeste diz inclusive atender às crianças mais pobres, pois, segundo elas, as mães de classe média exigem um tratamento diferenciado para seus filhos, o que é contra a orientação da Casa. A finalidade da creche, afirma, "é promover a mãe pobre, aquela que tem um maior número de filhos para cuidar". Predominam as mães solteiras, se bem por vezes também apareçam pais solteiros que não sabem o que fazer com os filhos abandonados pelas mães.

A creche cobra uma mensalidade de 70 cruzeiros por criança, embora, dependendo do caso, essa taxa possa ser menor. Ou maior, quando as próprias mães se oferecem para pagar mais.

A Casa tem 8 professoras cedidas pelo Estado, através de convênio, para as classes de alfabetização e jardim de infância. Além da alimentação, esse é o único auxílio oficial. Em troca, a Casa cede suas salas à frequência de alunos não matriculados na creche (o conceito de creche refere-se às crianças que ficam lá o dia inteiro. De manhã, junto com as outras, as crianças da creche recebem, no que elas chamam de Escola (alfabetização), a orientação pedagógica do Estado, que é mais rígida, menos livre que a da OMEP (Organização Mundial de Educação Pré-Escolar), um organismo da UNESCO responsável pela atividade educacional e recreativa a parte da tarde. A OMEP tem por norma deixar a iniciativa à criança, com liberdade para exercer sua imaginação e criatividade. Assim, surgem problemas como "desenhar ou não desenhar as paredes". Para a OMEP, as crianças devem rabiscar onde quiserem, nos muros, nas paredes, etc. Já as professoras do Estado são contra, defendem certas regras de disciplina. Dessa forma, de manhã exige-se da mesma criança um comportamento que à tarde será contrariado e "desmontado". A confusão criada na cabeça dos meninos e das meninas fez com que passassem a identificar

Escola (de manhã) com disciplina, e Creche (à tarde) com bagunça. A intenção da Irmã Celeste é conseguir que as duas orientações cheguem a um acordo, cada qual cedendo um pouco e estabeleçam um denominador comum. Espírito de boa vontade nada confortável, além de constituir uma terceira intervenção. Por exemplo, a OMEP é contrária a um ensino religioso regular. Sua orientação nesse sentido recomenda apenas o esclarecimento ocasional: quando uma criança se interessar em saber o que é um crucifixo, será explicada a natureza do objeto e se aproveitará a oportunidade para estender um pouco mais suas noções sobre religião. Não se sabe, no caso, o limite entre esclarecimento e doutrinação. Mas a Superiora, naturalmente, se opõe à própria ocasionalidade: "Final, somos irmãs que tem como objetivo a evangelização".

Ela pensa em utilizar slides no ensino religioso, mas para isso faltam recursos. Concorda que não se pode mandar a criança decorar o catecismo, mas argumenta que as mães, quando perguntadas se queriam que fosse dado esse tipo de ensino aos filhos, disseram, em geral, que sim. "Quero que meu filho seja gente e ser gente sem Deus não pode" — teria dito uma delas.

A Casa tem outros problemas: recentemente um leuco invadiu o prédio e fez um quebra-quebra, destruindo vidros e outros objetos. As irmãs pediram que o Estado pagasse um vigia para a creche, mas não foram atendidas. Tiveram que contratar um guarda particular, aumentando em 2 mil cruzeiros os seus gastos mensais, que já atingiam cerca de 20 mil cruzeiros. Além das 8 professoras do Estado, a Casa paga Cr\$ 1.025,00 a cada uma de outras 5 professoras. O problema de verbas é grande. Mas as crianças pobres, que entram na creche com poucos meses de idade e saem aos 7 anos já alfabetizadas, terão obstáculos mais sérios no futuro. Continuarão a estudar? — pergunta a Irmã Celeste, incrédula. (Ver matéria sobre crianças na pág. 19).

## A GRANDE SORTE DE SHUZO YOSHUZUMI

Luis Bernardes

Shuzo Yoshuzumi está contente. De chapéu de palha, calça "Lee" e óculos escuros, ele sorri — deixando à mostra seus dois dentes de ouro —, todas as vezes que alguém lhe pergunta sobre a geadada e sobre seus tomates. É que pela primeira vez desde que chegou ao Brasil há vinte anos atrás e desde que começou a plantar tomates, Yoshuzumi acha que poderá realizar alguns dos sonhos que o trouxeram do Japão.

A alegria de Yoshuzumi se deve a uma desgraça: a grande devastação que a "geada negra" provocou ao se defrontar com a estrutura agrícola e social dos plantadores de tomates no interior de São Paulo. Ao passar pelos sítios e plantações, a geada foi destruindo, de forma aparentemente aleatória — aqui e ali —, num cálculo ainda preliminar, cerca de 70% da produção de tomates de mesa de São Paulo. Destruiu também a quase totalidade da produção dos chamados "tomates rasteiros" situada na região da Alta Sorocabana do estado, deixando a indústria de massas de tomate sem grande parte de sua matéria prima e desencadeando na estrutura social do campo o processo no qual sempre alguns perdem, outros ganham.

"A geadada é isto mesmo. Mais ou menos como um jogo de azar: cai aqui e não cai ali e, por isso, traz o bem de uns e a desgraça de outros", diz Yoshuzumi. Desta vez, ele foi um dos sorteados: sua plantação, situada em Indaiatuba, área próxima a Campinas, onde a geada caiu mais branda, foi pouco afetada. Além disso, seus pés de tomate eram novos, mais resistentes; o adubo do solo era recente e, por isso, sua plantação tem grandes chances de dar uma boa safra e, exatamente, por volta de setembro, quando a falta de tomates no mercado, provocada pela geadada, fará com que o produto "pegue um bom preço".

Yoshuzumi, como os outros plantadores de tomates, percorreu toda a região de Indaiatuba e viu, de perto, os estragos: "as folhas nos tomatais, antes verdes e viçosas, estavam pretas e estorricadas, como se tivessem sido queimadas; uma grande quantidade de tomates, antes rijos, caíram no chão a um simples balanço do pé". Viu, também, muitos plantadores de tomate, como ele, em situação difícil, sem saber como saldar "as dívidas contraídas para tocar a lavoura" ou, então, "contraindo novas dívidas para revigorar os pés com adubagem de folha, na esperança de salvar, pelo menos, uma parte razoável de suas safras". Há momentos em que ele fixa o olhar no vazio (como se estivesse pensando que aquilo poderia ter acontecido com ele), mas logo volta a sorrir. A notícia de que os "tomates rasteiros" foram destruídos representa, para ele e muitos outros tomateiros da região, a possibilidade

de vender seus tomates de qualidade inferior, inclusive, os afetados pela geadada, para a indústria e a um bom preço. Principalmente agora que o simples boato de escassez do tomate provocou uma corrida dos supermercados atrás das massas de tomates. Só a Cica, por exemplo, teve de alterar, às pressas, seus planos de produção e venda, diante da inesperada possibilidade de vender, em apenas três meses, o que esperava vender em um ano. E isto é bom para Yoshuzumi.

Raspando o fundo da mota

Nicolau Matsuoko, encarregado do setor de tomates da Cooperativa Agrícola de Cotia no Ceasa, prevê uma queda brusca no fornecimento de tomates daqui a uma semana, fato que só não ocorreu ainda porque "os produtores estão raspando o que sobrou de suas plantações, inclusive, para aproveitar a subida de preços e antes que sofram ainda mais as consequências da geadada". Esta queda (calculada por Matsuoko de 20, 30 mil caixas por dia para cinco, seis mil na Cotia) provocará, além de uma escassez do produto, uma súbita elevação de seus preços. Só nos dias imediatamente após a geadada, o preço da caixa no Ceasa, subiu de 20, 30 cruzeiros para uma média de 80 cruzeiros, chegando a atingir no último dia 19, 150 cruzeiros. Dentro de uma semana, certamente, os preços voltarão a subir. A única coisa que Yoshuzumi teme é que o tomate "pegue preço demais", pois, neste caso, raciocina, "se o quilo de tomate chegar a dez, quinze cruzeiros, por exemplo, o consumidor pode desistir de comer tomate". "Com este dinheiro, explica, ele vai querer é comprar meio quilo de filé".

Yoshuzumi quer que o preço fique oscilando por aí, "entre 80 e 150 cruzeiros" (a caixa). Neste caso, calcula, "a produção compensará". Se, por exemplo, ele vender suas dez mil caixas de tomate a um preço médio de cem cruzeiros, obterá um milhão de cruzeiros!

"Estava precisando — diz Yoshuzumi — nos anos passados, o tomate não pegou muito preço (32, 33 cruzeiros em 74) e, este ano, antes da geadada, a grande produção estava deixando o lavrador sem esperança, o preço estava abaixo do ano passado (25, 30 cruzeiros), a fábrica de massas fechou. Assim não dava, a inflação estava acabando com o lavrador; veja, o adubo aumentou de 350 cruzeiros a tonelada, em 72, para 2 mil cruzeiros atualmente e o inseticida de 16 cruzeiros o litro, passou para 50 cruzeiros. Hoje, o tomate precisaria pagar preço de mais de quaren-

ta cruzeiros para compensar a produção".

A divisão dos lucros

Yoshuzumi não consegue entender quando alguém lhe pergunta se não seria mais justo, dividir os lucros e as perdas da geadada, igualmente, entre todo mundo. Para ele, a geadada significa, antes de tudo, a compensação de seus esforços. Afinal, ele fez o mesmo que a maioria dos plantadores da região, arrendando um pedaço de terra (dois alqueires, no seu caso), de um grande proprietário da região para fazer sua plantação. A única diferença é que Yoshuzumi foi sorteado até nisso, pois, ao contrário da grande maioria de arrendatários, ele alugou sua terra a preço fixo (2 mil e quinhentos cruzeiros ao ano por alqueire) e não a base de 10% da produção. Assim, não precisará de dividir seus lucros da geadada com o proprietário.

Além disso, para que nestes dois alqueires surgissem os 60 mil pés de tomates que por volta de setembro darão as dez mil caixas de tomate de mesa, ele correu um "risco": foi aos bancos e à Cooperativa conseguir empréstimos para comprar máquinas, adubos, fertilizantes, sementes e fazer adiantamentos para os chamados "parceiros", — geralmente migrantes nordestinos ou mineiros — que moram na plantação e tocam a lavoura enquanto ele fica na cidade cuidando dos aspectos monetários e da comercialização da produção. Ele alimentou as quatro famílias de parceiros durante os seis meses que antecederam a safra, coordenou o seus trabalhos, orientou a formação dos canteiros, a aplicação dos inseticidas, etc. Do total que ele vai faturar, precisará pagar as despesas de transportes ("dois cruzeiros por caixa") e vasilhame ("seis cruzeiros por caixa), mais a comissão da Cotia ("15,8%"), e o Funrural ("2,8%"). Sobra de 794 mil cruzeiros — se o faturamento for de 1 milhão. Depois de pagar os empréstimos "feitos na Cooperativa ou em bancos" e estimados em "duzentos mil cruzeiros" mais juros, pagar o dono da terra, retirar para si, os gastos adiantados com insumos da produção (fertilizantes, adubos, sementes, etc., calculados em duzentos mil cruzeiros), é que ele "tracha" o que sobrou com seus "parceiros": "50% para mim e 50% para eles". Desconta ainda de cada "parceiro" a parte que adiantou a cada um para seu sustento e de suas respectivas famílias durante o período de produção, restando a cada uma aproximadamente, nesta safra excepcional, cerca de 13 mil cruzeiros, Yoshuzumi ficará com 300 a 400 mil cruzeiros! Yoshuzumi nunca viu tanto dinheiro de uma só vez; numa só safra!



# O BRASIL

O presidente Geisel reafirma seus compromissos com Médici, Costa e Silva e Castelo, desautoriza a distensão política e parece marcar uma faixa que o separa claramente de certos emedebistas que pretendiam confundir seus planos com os dele.

## BONIFÁCIO TINHA RAZÃO

O discurso foi muito anunciado, estava sendo esperado há três semanas e parece ter sido escrito até o último instante. O presidente Geisel o gravou na manhã da última sexta-feira, às sete e meia e às dez o seu secretário de imprensa Humberto Emeraldino ia distribuindo cópias do texto aos jornalistas, quando foi avisado de que tinha havido mudanças na redação e suspendeu a distribuição para o início da tarde. O general Golbery do Couto e Silva, que regressou ao cargo de chefe da Casa Civil da Presidência na quinta-feira, depois de um afastamento de mais de 30 dias, passou duas horas de seu primeiro dia de serviço trabalhando no discurso com o Presidente.

A principal expectativa em torno do discurso era, sem dúvida, política. Há algum tempo estaria em curso, segundo uma série enorme de cronistas e de políticos, a "lenta, gradativa e segura distensão". Este conjunto de palavras, pronunciadas pelo general Geisel num discurso aos dirigentes da Arena em 26 de agosto do ano passado, significariam um processo de alargado e comandado pelo presidente da República para resolver o problema institucional do país. Como as interpretações do significado desse processo se tornavam cada dia mais amplas e desencontradas, reclamava-se de seu promotor uma definição mais precisa. A confusão tinha chegado a um ponto tal que o líder do governo na Câmara Federal, José Bonifácio, negava mesmo que o presidente tivesse chegado sequer a pronunciar a palavra distensão — equívoco reparado pelo senador Marcos Freire que citou com precisão o discurso de agosto onde estava a controversa palavra. (Hoje, talvez se devesse admitir que o deputado Bonifácio não estava assim tão enganado: de fato, disse o presidente agora, falou em distensão mas não falou em distensão especificamente política; no contexto em que pronunciou a palavra mágica, se referia a uma atuação no campo econômico, social e político).

A discussão estava mais embaralhada ainda porque, quando se dizia que o processo de distensão conduziria à institucionalização do regime estabelecido no país em março de 1964, geralmente não se discutia o conteúdo das instituições pretendidas. Institucionalizar o que? O senador Teotônio Vilela, uma espécie de vanguarda da ala de liberais desse tipo que se poderia chamar de udenocastense da Arena, chegou a dizer que o problema seria perguntar aos militares que tipo de

leis eles pretendiam e depois criá-las, de forma que tudo se passasse sob o domínio da lei, esta tomada no seu sentido abstrato. O senador Franco Montoro, também uma espécie de ala avançada do setor do MDB que procura interpretar as ações do governo sempre da melhor forma possível, procedia como se as instituições pretendidas pelo governo nesse processo de distensão fossem as mesmas pretendidas pelo MDB, ou, pelo menos, levassem taticamente o processo político em direção às mesmas instituições que o MDB pretendia.

Difficilmente na história recente da política brasileira tanto tenham falado tanto em nome de tão pouca coisa dita por um presidente da República. As definições de distensão enfiaram páginas de jornais e transbordaram para a anedota. "Distensão, para mim, só a muscular", disse o senador Paulo Brossard, (veja sua entrevista a página 7). A revista Ex, no seu último número, publicou uma coletânea de declarações de jogadores de futebol definindo distensão, numa evidente ironia dirigida a uma discussão que na maioria das vezes não mereceu mesmo tratamento mais respeitoso.

As palavras do general Geisel sobre a distensão tem o mérito indiscutível de deixar claro o que ele entende por isso. Uma pergunta que se poderia levantar nesse particular seria em relação ao tempo que o presidente levou para desembarçar a confusão, pois o discurso diante dos dirigentes da Arena, onde a palavra surgiu, tem agora quase um ano. "Muito se tem publicado e discutido sobre a distensão, atribuindo-se ao governo, e notadamente ao presidente da República, intenções, objetivos, avanços, recuos, submissões e pressões, etc. que, uns e outros, absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores", disse Geisel. Depois disse ainda que a distensão é apresentada com a conotação exclusivamente política e visa, segundo interpretações que ele acha erradas "o restabelecimento do chamado estado de direito, mediante a pura e simples supressão do AI-5 e, complementariamente, a revogação do 477, a revisão da lei de Segurança e a concessão de ampla anistia". Para o general Geisel e distensão não só é apenas política, como também não é predominantemente política. E destaca a seguir o que é mais distensão para ele: as metas que

fixou para o PND, os aumentos que deu esse ano para o salário mínimo (43%), a distribuição gratuita de remédios patrocinada por seu governo e outras medidas sociais assim. Em resumo, a distensão para ele está mais ligada ao progresso que seu governo — e os anteriores governos de Médici, Castelo Branco e Costa e Silva teriam dado ao país — do que à caminhada para o que ele chama de "o chamado estado de direito".

Não se pode negar coerência ao presidente da República. Certos setores do MDB estavam agindo de forma a explorar o seu silêncio. (Ainda aqui, mais uma vez é esse silêncio que deve ser discutido). Esses setores enquanto faziam pregação eleitoral dizendo que o governo era antidemocrático e que o movimento de março de 1964 fora também antidemocrático, procediam nas suas interpretações diárias das ações da presidência da República como se o processo de institucionalização proposto por ele visasse acabar com o caráter antidemocrático dos governos recentes. Como se a institucionalização proposta pelo presidente fosse uma negação do movimento de março. E isso de fato o presidente nunca propôs. "E não se acome essa (a revolução de março dizia Geisel no começo de 1974, na sua primeira reunião ministerial) de antidemocrática, quando o que ela visa, em verdade, é o aperfeiçoamento, em termos provavelmente realistas, das práticas democráticas, adequando-as melhor às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país".

A rigor, no seu último discurso, o general Geisel desautoriza seus intérpretes num ponto mais avançado ainda: ele sequer se refere ao problema de uma institucionalização do regime — a mais falada seria uma que incluisse o essencial do AI-5 numa nova constituição. Sua definição de distensão, poderia perfeitamente ter sido dada pelo presidente Médici, que sempre viu nas grandes realizações sociais do movimento de março o progresso material do povo e, neste progresso material, seu progresso "psico-social". Distensão, diz Geisel, é "a atenuação, se não a eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo".

Não se sabe se as palavras do presidente terão o efeito saudável de fazer certos setores da oposição definir mais claramente a sua posição da do presidente da República. A posição de programa do MDB é

claramente pela revogação do AI-5, do 477, pela revisão da lei de segurança, pela anistia e outras coisas com as quais o presidente manifestou agora sua clara discordância.

Muitos queriam ver o presidente Geisel como essencialmente diferente dos anteriores presidentes do movimento de março de 1964. Nesse discurso ele declara sua identidade estratégica com os presidentes anteriores e seria natural portanto que certos emedebistas desistissem de querer considerá-lo como de seu partido.

### A economia

As informações do presidente dadas em seu discurso sobre a situação econômica do país não são completas. Ele fala de uma redução do nível de inflação de 33,8% para 25,5%, nos últimos doze meses, mas não faz referência a uma alta surpreendente do custo de vida no último mês. Repete depois o que disse seu ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, há duas semanas, sobre a impossibilidade de o governo suportar os déficits na balança comercial como o do ano passado, (previsto para 1,5 bilhão de dólares e que passou de 4,5 bilhões). Geisel diz que as exportações este ano cresceram 36,4% e que as importações cresceram apenas 8,1 por cento; mas não aborda o problema do controle do montante da dívida externa e nem a forma. A dívida externa subiu de 12,9 bilhões de em dezembro de 1973, para 19,3 bilhões em junho passado, podendo chegar a 21,3 bilhões até o fim do ano. Ao mesmo tempo, as reservas internacionais, que o Brasil deixa depositadas no exterior (em parte como garantia de pagamento das dívidas) caíram de 6,4 para 4 bilhões de dólares. A chamada liquidez, capacidade de saldar os compromissos, caiu quase pela metade. Antes da posse de Geisel, o Brasil poderia pagar sua dívida com as reservas internacionais e mais um ano de exportações (se, hipoteticamente, pudesse deixar de importar por um ano). Hoje, além das reservas, seria preciso parar de importar e só exportar por dois anos para saldar a dívida.

Ainda no setor econômico, o presidente fala também no esforço para se manter elevada a taxa de crescimento econômico, uma das características fundamentais do modelo econômico brasileiro. Geisel diz que conseguiu assegurar "um razoável crescimento do PIB". De quanto? Em janeiro deste ano se antecipava um crescimento do PIB em torno de 6%. Hoje as estimativas teriam de ser corrigidas para menos. Existe uma evidente retração industrial. Houve ainda a destruição física de parcelas da colheita de trigo, cana, algodão, café e de gado. Podem ter esse sentido as palavras do ministro Mario Henrique Simonsen quando diz agora da "excessiva importância dada a conceitos abstratos como o PNB".

A maior parte do discurso é dedicada às ações sociais dos governos de março. Os que entendiam que o governo Geisel negava os grandes projetos dos governos passados ele respondeu com um extenso elogio dos resultados conseguidos de 1964 a 1973: crescimento da população escolar de 11 para 30 milhões de estudantes, da população atendida pela previdência social de 13 para 41 milhões, dos benefícios pagos pela previdência de 3,6 para 22,8 bilhões, da taxa de alfabetização de 60 para 75%, do total da população empregada de 23 para 36 milhões de pessoas. Para transformar em valores absolutos essa lista seria conveniente contudo levar em conta que no período a população brasileira cresceu muito. Quanto à ação de seu governo na área social Geisel diz que ninguém investiu tanto; que nesse setor ele colocou "recursos superiores aos de qualquer outra época".

Na área política o presidente destaca a dinamização dos partidos, "a liberdade havida nas eleições de novembro passado" e as duas reformas da constituição de "significativa importância" (ele não diz mas nas nascidas no MDB): a remuneração dos vereadores (projeto sugerido há tempos pelo deputado do MDB gaúcho Alceu Gollares e aprovado há pouco quando reapresentado pelo Arena) e a participação dos Estados e municípios nos impostos arrecadados pela união (proposta inicial também de um emedebista, Marcos Freire).

### A construção dos discursos

Os discursos anteriores do Presidente da República eram como peças de uma construção relativamente bem acabada. Especialmente diferentes dos discursos do presidente Médici, cujo tom mudou mais de duas vezes durante seu governo — indo de um extremo poético, com citações do poeta Augusto Meyer, a um extremo estatístico com cifras do professor Delfim Netto — os de Geisel eram articulações semelhantes, que tentavam montar o edifício da "doutrina do movimento de março". Em torno do conceito de desenvolvimento e segurança, com seus entrelaçamentos dialéticos, Geisel vinha abordando sucessivos temas, como os partidos, a atividade administrativa, o desenvolvimento social, político e econômico. Algumas de suas idéias centrais:

- a revolução de março aperfeiçoava em termos realistas a prática democrática, os instrumentos de exceção são peças vitais desse aperfeiçoamento porque garantem a ordem econômica e a paz social indispensáveis a ela;
- a atividade política só é concebível através dos partidos políticos (operários e estudantes, por exemplo, não podem ter vida política nas escolas e nas fábricas; lá devem trabalhar e estudar)
- a segurança, os aspectos social, político e econômico se desenvolvem com diferentes velocidades e isso é natural, embora uma das partes não possa se atrasar muito em relação às outras porque isso comprometeria o crescimento harmônico do todo. Por essa conclusão se entende, por exemplo, que uma medida aparentemente má como a repressão violenta às atividades subversivas — uma posição atarrada da segurança — seria profundamente compreensível como um estágio do aperfeiçoamento democrático, mas não pode permanecer assim por muito tempo para não prejudicar o desenvolvimento do processo como um todo.
- o progresso "desperta expectativas vivazes e é necessário preveni-las, aquieta-las, encaminhá-las" afim de evitar que elas se desdeminhem e levem à subversão da ordem.

A maior parte do discurso da semana passada foge ao tom dos discursos anteriores de Geisel — é mais uma explicação em estilo às vezes ofensivo, às vezes defensivo — que parece destinada a solidificar os compromissos internos do poder.

No dia 31 de março passado, aniversário do movimento militar de 1964, Geisel falou brevemente e de improviso ao Congresso, num tom muito parecido ao usado na mesma ocasião pelo comandante do II Exército, em São Paulo, Ednardo D'Ávila e do III Exército em Porto Alegre, Oscar Luis e Silva.

Os dois chefes militares pediram mais "quatro anos de paciência", para que o país superasse o período da recessão internacional. A idéia subjacente era de que em três ou quatro anos seria extraído o petróleo de Campos e enquanto isso, a recessão cederia lugar a um novo "boom" internacional. No discurso da semana passada, Geisel nada mais tem feito do que fazer dessa tese, a sua meta de governo — que ele já havia aceito, mas apenas provisoriamente, naquela breve fala do dia 31 de março.

## As primeiras reações

Carlos Chagas, colunista político do "O Estado de S. Paulo", ex-assessor de imprensa de Costa e Silva; é o mais pessimista de todos discursos que ele (Geisel) fez. Não acrescentou nada de novo. Pelo contrário. Disse que os atos não mudam. Usou Estado de Direito entre aspas. Disse que era saudosismo pensar em Estado de Direito. Distensão para ele não pode ser política. Esta é a impressão generalizada.

Carlos Castello Branco, colunista político do "Jornal do Brasil"; o que Geisel disse é uma reiteração do que vem dizendo, como na mensagem que enviou ao Congresso, em março, na reabertura da legislatura, quando disse que a distensão tem de ser integrada no aspecto social e político. E que se houver ainda se referindo ao discurso anterior — um aceleração da distensão num setor, abandonando os outros setores, aí poderão ocorrer graves distorções na distensão. Por isso é que o governo tem que fazê-la coordenadamente, integrando-a. O discurso não tem maior novidade, apenas está mais cauteloso em relação à distensão. Por outro lado, o governo falou em pressões e contrapressões da vez passada, desta vez nega as pressões. Se está negando, é porque as pressões existem. Quanto ao fato de estar considerando o fortalecimento do legislativo e a reforma da Constituição um saudosismo, isso se justifica em razão da falta de formação política dos assessores do presidente. Que estão muito embaudos dos sentimentos de que o Estado de direito é aquele anterior a 64, que levou o país à anarquia.

Laerte Vieira, líder do MDB, moderado o discurso de Geisel tem características diferentes dos anteriores. Geisel está reformulando o conceito de distensão, dando ênfase somente ao aspecto social e econômico, esquecendo-se inteiramente do político, precisamente nesta hora de reabertura da legislatura. Não há nenhuma palavra de estímulo ao Congresso, quando ele está se preparando para por em execução a lei de fiscalização financeira, depois que várias denúncias de corrupção foram feitas nas áreas governamentais. Estranhei que o presidente não tenha dito uma palavra sobre a apuração de corrupção pelo TCU. Sobre o aspecto político, é mais ou menos idêntico aos discursos do presidente Médici na última fase de seu governo. Com adições pouco explícitas, revelando de certo modo, algumas ameaças. O conceito de distensão formulado neste discurso descaracteriza o mecanismo de funcionamento do Legislativo. O "fortalecimento do Legislativo" para Geisel é um saudosismo que implicaria na possibilidade da volta à anarquia de 64. O José Bonifácio tem dito isso, que não há distensão, que distensão são as medidas econômicas e sociais que o governo tem posto em prática.

Getúlio Dias, deputado do MDB, autêntico: o presidente Geisel jogou fora uma boa oportunidade de integrar a família brasileira dentro da perspectiva de desenvolvimento com liberdade. Espero, contudo, que Deus o inspire a reconsiderar os erros dos seus antecessores, até porque o discurso é apenas a tônica monórdica da revolução, proclamando o Estado de exceção e renegando o Estado de direito".

## MOVIMENTO

Conselho Editorial  
Alencar - Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Heri milio Borba Filho, Orlando Villas Boas.

Conselho de Redação  
Agumaldo Silva, A. C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Elias Andreato, Fernando Perotto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J. C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azevedo, R. R. Pereira, Teodomiro Braga.

Diretor de Operações  
Francisco Marsiglia  
Diretor Responsável  
Antônio Carlos Ferreira

Editor  
Raimundo Rodrigues Pereira  
Editores especiais: Bernardo Kucinski e Marcos Gomes.

Nacional: Sérgio Buarque (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Múrio Carvalho (reporter), Teodomiro Braga (editor-assistente, Brasília), Francisco Pinto (chefe da sucursal de Brasília), Fatima Murad (reporter), Genilson Cezar e Celina Whately, (Isurcual - Rio), Agumaldo Silva, Percival de Souza (polícia), Bernardo Lerer (política parlistas), Carlos Gentile (diplomacia), José Zatz e João Licardo (ciência), Luiz Bernardes (reporter), Emar Bories, Carlos Mosman e Jefferson de Barros (reporter), Rio Grande do Sul, Ivan Mauricio (correspondente Nordeste), Luiz Pontual (correspondente - Salvador), Lélis Fabiano dos Santos (correspondente - Belo Horizonte), Dirceu Brosita, Maurício Azevedo e Ricardo Kotscho (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Werfoll, Hamilton Almeida Filho, Moniz Bandeira, Nelson Werneck Sodre (colaboradores).

Economia: Arindo Munguoli (editor), José Roberto de Alencar (consumo editor-assistente), Hélio Pereira (reporter - Rio), Paulo Cezar (reporter - Brasília), Francisco de Oliveira (editor-contribuinte), Paulo Singer e Ricardo Bueno (colaboradores).

Cultura: Fernando Perotto (editor), Flávio Aguiar e José Miguel Wisnik (editores assistentes), Ricardo Maranhão (historia), Marcus Penchele (editor-assistente - Rio), Antônio Mendes Júnior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Luiz Roncar, Marcos Aurélio Nequeira, Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (livros), Jean-Claude Bernardet (cinema).

Internacional: Flávio de Carvalho (editor), Izalco Sardenberg (editor), Paulo Esmanho (América Latina), J. M. Nunes Pereira (África), Carlos de Souza (correspondente - Paris), David Klatter (correspondente Nova York) e Jayme Sauchuk (correspondente - Londres).

Arte: Elias Andreato (editor), Valdir de Oliveira (secretário gráfico), Joca Pereira e Silvio José Macedo (diagramação), Cássio Loredano, Chico Caruso, Carlos Clemem, Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Triestino, Paulo Caruso, Rubem Grilo e Angeli (designistas), Iolanda Hussak, Leda Trindade, Ricardo Alves, Augusto Ramasco, Antônio Carlos d'Ávila, Márcia Rabelo, Juca Martins e Antônio Saggese (fotógrafos).

Pesquisa: Maria Cecília Magalhães (chefe), Jacqueline Tyssen (internacional) e Eduardo Macedo Mussi (economia).

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus e Armando A. T. Sartor.

Publicidade: Pedro João Cury  
Administração: Luiz Carlos Bitencourt (chefe), Luiz Augusto Caetano (auxiliar), Maria das Graças Rodrigues (secretária).

Movimento é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua Voluntários da Pátria, 249 - Sala 202 - Telefone: 226-0625. Sucursal Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007 - Telefone: 24-1627. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Golei, 575 - São Paulo - Telefone: 65-5111. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo. Telefone: 282-2523. Material internacional via Varig.

**O** Congresso reabriu suas portas. E os congressistas? Voltaram das férias decididos a recuperar o prestígio abalado da instituição enfrentando os grandes dilemas que atormentam o país?

O Congresso custa caro à nação. Cada congressista ganha mensalmente entre rendimentos fixos e variáveis não menos de 28 mil cruzeiros. Desfrutam de facilidades de moradia, de assistência médica, de transporte e de comunicação. Para assisti-los em seus trabalhos, contam com um sistema vasto e dispendioso de assessores, funcionários, máquinas modernas e instalações confortáveis. É natural que os contribuintes tenham o direito de esperar dos congressistas mais empenho e mais iniciativa no cumprimento de suas atribuições.

É problema é que não falta para merecer as energias dos senadores e deputados. Acima de todos, brilha o problema institucional, o desafio da normalização institucional democrática. O Congresso é um foro privilegiado para o debate institucional; no entanto, esse debate vem se processando mais fora do que dentro de suas salas. Por que? Seria recomendável também que os congressistas não se cansassem numa discussão interminável para saber se a normalização tem que ser gradual ou não. Mais importante é apontar para a nação um claro porto de destino. Onde o Congresso pretende arribar? Qual é, para senadores e deputados, a relação legítima entre regime democrático, participação popular e segurança nacional? E como o País poderia reencontrar a plena vigência de um Estado de Direito democrático: através de uma ampla reforma constitucional promulgada pelo atual Congresso? Pela sua transformação em Assembleia Constituinte? Ou pela convocação especial de uma Constituinte livremente eleita?

São definições que a opinião pública aguarda dos congressistas. Delas depende a fixação de um roteiro eficaz para que a nação escape do impasse institucional em que está metida. Mas, além de uma rota geral, há problemas específicos que reclamam a atenção imediata dos congressistas, se querem ajudar a ir desbravando o caminho que conduza o Brasil a um regime democrático

## O Gen. Albuquerque Lima e os contratos de risco (III)

O general Albuquerque Lima, nas entrevistas que concedeu em defesa dos contratos de risco e que comentamos nas semanas passadas, disparava um argumento final: "O problema da exploração do petróleo em larga escala não é apenas um problema de recursos e de técnica. É também um problema de disponibilidade de equipamentos".

Parece razoável que o petróleo não poderá ser trazido do fundo da terra sem equipamentos. Mas quem diz que os equipamentos necessários não podem ser obtidos no mercado internacional por simples contratos de compra ou de aluguel? Recentemente, *The Wall Street Journal* noticiava que a indústria norte-americana de equipamentos para exploração de petróleo não está encontrando o mercado que esperava e previa um excesso de oferta nos próximos dois anos, mesmo de equipamentos para perfuração marítima. O *Jornal do Brasil*, de 22 de julho, que publicou essa informação, acrescentava: "As plataformas semi-submersíveis estão sendo alugadas no mundo com uma certa facilidade. A Petrobrás, que no final do ano passado contratou uma dessas sondas, há pouco tempo abriu concorrência para conseguir

A Associação Comercial de São Paulo, puxando uma fila que promete crescer, encaminhou ao presidente Geisel um requerimento extenso e veemente contra alegados excessos intervencionistas das empresas estatais e de escalões intermediários do governo. Entra, assim, em novo estágio a campanha contra a estatização que certos órgãos da imprensa vêm cultivando com zelo e carinho desde o começo do ano.

Num país onde a grande concorrente e devoradora da empresa privada nacional é a empresa privada estrangeira e não a empresa estatal e num momento em que o governo anuncia medidas concretas para fortalecer as grandes empresas nacionais particulares, um observador menos atento teria dificuldades para compreender por que se condena com persistência uma possível "estatização crescente" e não se diz uma palavra contra a crescente penetração de capitais externos que submergiu a tantas firmas nacionais nos últimos anos. A final, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas, entre as 318 maiores sociedades anônimas da indústria de transformação e de mineração em 1973, a participação relativa das empresas estrangeiras era de 55,27% do faturamento li-

## O Congresso está de volta. Os grandes temas também?

voltado para o aprimoramento da participação popular na vida política, econômica e cultural do País.

Está na ordem do dia também a reforma do Judiciário. O Congresso precisa opinar se deve ser primordialmente técnica, envolvendo redefinição de competências, reestruturação de órgãos e melhoria das condições de seu funcionamento, ou se deve ser acima de tudo política, subordinando os aperfeiçoamentos técnicos à restauração do habeas-corpus, das garantias constitucionais dos juizes e da plena competência do Judiciário para apreciar qualquer ato do Executivo. E já que se está falando em revisão de instituições, os projetos de Código Civil e de Processo Penal não deveriam ter um encaminhamento mais demorado e ser submetidos a uma discussão mais ampla? Enfim, o Congresso julga possível haver aperfeiçoamento democrático sem que se estimule a participação da juventude estudantil e a revitalização de suas entidades.

O problema institucional tem primazia por condicionar a solução dos demais obstáculos que desafiam a iniciativa criadora do povo brasileiro. Porém, urgentes problemas econômicos e sociais gritam por uma corajosa e lúcida tomada de posição dos congressistas. Como a ação das empresas estrangeiras em nosso desenvolvimento. Quando a CPI das multinacionais concluirá os seus trabalhos? Está atenta para não se dispersar em infundáveis incidentes particulares? Mais importantes do que apurar a ação ilegal das empresas transnacionais, é uma nitida definição quanto a seu papel: o capital estrangeiro é realmente indispensável e benéfico ao desenvolvimento do País? Do esclarecimento desta questão básica é que jorrará a luz para dirimir controvérsias

candentes como o Acordo Nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, ou os falados contratos de risco entre a Petrobrás e companhias estrangeiras, ou ainda a situação da indústria e do comércio de remédios, ou mesmo a defesa de nosso mar territorial de 200 milhas, do qual pouco se voltou a falar. E a política externa de alinhamento não-automático, por que ainda não foi submetida pelo Congresso a uma radiografia rigorosa e sistemática? E vai sair um debate sobre as consequências das pedras no sul e das enchentes no norte, e sua relação com a política econômica?

A discussão sobre o desenvolvimento independente puxa a necessidade de distribuir melhor seus frutos e seus sacrifícios. O governo atual reconhece que não basta fazer o bolo, é preciso repartir melhor suas fatias. Mas preconiza como via principal a chamada "redistribuição indireta", através de previdência social, saneamento básico, assistência médica, doação de alimentos ou difusão do ensino. Ora, as ferramentas decisivas para a redistribuição não seriam a política salarial e a reforma agrária sempre adiada? Que pensa o Congresso a respeito? Que fim levou a CPI sobre a Proterra? E sobre os problemas ambientais que se agravam em várias capitais, tem o Congresso alguma coisa a dizer? E ou não é possível desenvolver sem poluir? E a política de transportes urbanos, não está pedindo uma reformulação drástica?

São conhecidas as limitações que cercam o funcionamento atual do Congresso. Ainda assim, ele pode desempenhar um papel valioso como tribuna de debate e esclarecimento da opinião pública. Mas isto se os congressistas se decidirem a enfrentar as questões relevantes, de forma relevante.

uma segunda semi-submersível e mais de 10 propostas lhe foram entregues: "Se não faltam equipamentos, o que falta?

E mesmo que, por má vontade premeditada dos fornecedores, a Petrobrás não conseguisse os equipamentos de que precisa, eles não poderiam ser produzidos internamente? Porque essa falta de fé na capacidade criadora da inteligência e do trabalho de nosso povo, se corretamente motivado e dirigido?

Não se justifica o pessimismo de hoje, como não se justificava o de ontem, que tentou impedir a criação da Petrobrás com argumentos bem parecidos. Os países subdesenvolvidos podem explorar suas riquezas naturais com suas próprias forças.

A China também não existia petróleo, segundo os técnicos estrangeiros. O país dependia do petróleo soviético. Mas quando, constrangida pela crise em suas relações com a URSS, a China se lançou resolutamente e com seus próprios meios, à exploração de seu petróleo, não só acabou garantindo o abastecimento interno, como se prepara para ingressar no clube privilegiado dos países exportadores.



## Papel invertido

quido total, enquanto as empresas nacionais ficavam com 24,01% e as estatais com 20,72%.

Não parece claro que o problema básico da economia brasileira é a desnacionalização e não a estatização?

Mas nosso observador descuidado teria novos motivos para surpreza na semana passada. Em entrevista a *VEJA*, o presidente em exercício da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), Nelson Duarte, reconheceu que a entidade concede mais assistência e proteção às indústrias farmacêuticas estrangeiras do que às nacionais, justificando: "quando a indústria farmacêutica é atacada em seu conjunto, a Abifarma vem em defesa da classe em seu todo. Como, no momento, em todos os setores, em todo o mundo, os ataques são projetados com mais luz sobre as multinacionais, é neste campo de defesa que a Abifarma mais se destaca."

Enquanto isso, brotava do Rio Grande do Sul a notícia de que a Federação local das

Indústrias enviou a seus membros um questionário para fazer um cadastro de todas as firmas gaúchas que tenham intenção de associar-se com investidores estrangeiros. O propósito da Federação é oferecer-se como intermediária para facilitar as negociações entre as empresas gaúchas e os grupos internacionais interessados em associar-se a elas. Justificando a iniciativa pioneira, um porta voz da FIERGS assegurou que "não será uma maneira de entregar a empresa gaúcha ao capital de fora, como muitos poderiam pensar, mas uma defesa de nossa indústria, em sua maioria, representada por pequenas e médias empresas, cujos donos muitas vezes se deslumbram com os montes de dólares e fazem qualquer negócio".

Seria lógico esperar que uma das funções das associações patronais fosse a defesa intransigente dos interesses dos industriais e comerciantes brasileiros. Mas, pelo visto, as diretorias de alguma Federação da Indústria e do Comércio tem uma concepção muito original dessa defesa.

A distensão é apresentada como uma fase transitória para chegar-se à "institucionalização". Mas institucionalização de que é a questão central. Movimento ouviu o senador Paulo Brossard (MDB-RS) a partir de 11 perguntas, cujos fundamentos também são apresentados nesta página. Uma das respostas do senador: "Penso que ou o país se liberta do regime de exceção e passa a reger-se por instituições democráticas definidas, ou a situação se prolongará indefinidamente, pois não sei a que possa conduzir um gradualismo sem programa e sem prazos".



Entrevista com o senador Paulo Brossard

## PALAVRAS DE UM BRAVO LIBERAL

gam o retorno a um "estado de direito". Os cientistas políticos discutem se "regime democrático", "regime autoritário" ou "regime totalitário" descreveria melhor a situação do país. Os que defendem o regime atual dizem que vivemos numa democracia "adaptada" às nossas condições, que pode ser "aperfeiçoada". Como o senhor caracterizaria o regime brasileiro atual?

**Brossard** — No regime atual, a exceção é a regra.

**Movimento** — Algumas pessoas consideram que há melhorias sensíveis no quadro clínico brasileiro de 1974 para cá. O senhor concorda com esse diagnóstico? Há mudanças fundamentais, atualmente, no panorama político-institucional do país?

**Brossard** — O único progresso, para mim, consistiu no levantamento parcial da censura à imprensa, ou seja na sua redução.

**Movimento** — Como se encaminha o problema institucional no país?

**Brossard** — Duvido do êxito de um "gradualismo" em matéria de arbítrio e de legalidade. Penso que ou o país se liberta do regime de exceção e passa a reger-se por instituições democráticas definidas, ou a situação se prolongará indefinidamente, pois não sei a que possa conduzir um "gradualismo" sem programa e sem prazos. Daqui um século ainda se andarà atrás de uma institucionalização indefinida mediante um "gradualismo" tão falado como indefinido. Não há de ser através de palavras equívocas que se chegará à normalidade democrática.

**Movimento** — Os estudos sobre o problema institucional, realizados até agora, concentram-se na preocupação de conciliar o restabelecimento das liberdades e garantias democráticas com a manutenção das medidas extraordinárias de segurança contidas no AI-5. Até onde os poderes do presidente poderiam ser acrescidos sem desfigurar um regime constitucional genuinamente democrático? A pretexto de normalização, não haveria o risco de se embutir a legislação excepcional na Constituição?

**Brossard** — O estado de sítio, ou seja, a suspensão transitória de certos direitos e de determinadas garantias individuais, sempre deu margem a abusos e até a crimes. Ulcerou a república. Agora já é pouco. O poder é insaciável, especialmente o poder ilegítimo. Em vez de tornar-se o poder responsável, só se pensa em dilatar o poder, em torná-lo mais e mais poderoso. Poderoso e irresponsável, esquecidos de que a irresponsabilidade comprometeu toda a experiência republicana.

**Movimento** — Bastaria revogar o AI-5 e elaborar uma nova Constituição para recompor a ordem jurídica do país? Seria necessário rever também a Lei de Segurança, a Lei de Imprensa, o Código Eleitoral, a Lei Orgânica dos Partidos, a Lei de Greve?

**Brossard** — É evidente que a legislação editada sob inspiração do regime autoritário haveria de ser afeiçoada à Constituição que viesse a ser feita.

**Movimento** — Não faz parte do problema institucional a tarefa de alargar os direitos individuais políticos e econômicos, de fortalecer suas garantias jurídicas,

Uma nova Constituição deve dar maiores garantias ao direito de greve ou devolver a autonomia aos sindicatos?

**Brossard** — A boa solução é aquela que assegura ao cidadão toda a liberdade possível e ao governo toda a autoridade necessária, mas liberdade e autoridade responsáveis, praticamente responsáveis.

**Movimento** — O Congresso atual tem representatividade para se transformar numa Assembleia Constituinte ou mesmo para promulgar uma reforma constitucional mais ampla, que significaria na prática uma nova Constituição? A convocação de uma Constituinte seria o caminho mais apropriado para se alcançar uma normalização democrática e duradoura?

**Brossard** — O Brasil não tem Constituição. O ato que leva esse nome foi expedido por três ministros que, usurpando a Presidência da República, nela se investindo. Não tinham autoridade legal para fazerem o que fizeram. Pela sua origem popular, o Congresso pode falar em nome do povo brasileiro.

**Movimento** — Alguns alegam que o povo brasileiro não está preparado para assumir responsabilidades políticas maiores. O senhor concorda?

**Brossard** — Para certas pessoas o povo não está preparado a participar do processo democrático e se essas pessoas vissem mais cem anos continuariam a pensar assim, ainda que decorridos mais cem anos.

**Movimento** — Há um argumento de que o desenvolvimento econômico requer um regime político autoritário e é incompatível com a liberdade de crítica e com movimentos de massa. A história justifica isso? Que tipo de desenvolvimento econômico exige o autoritarismo político?

**Brossard** — Nenhuma democracia suprimiu liberdades e garantias individuais para progredir. Ao contrário, lograram alto progresso e notável desenvolvimento em regime democrático e graças à democracia. A democracia não foi um sub-produto da riqueza, mas precedeu-a e acompanhou a sua formação.

Todas as demais nações progrediram em liberdade e sob formas democráticas e suas garantias alcançaram os melhores padrões de progresso social.

**Movimento** — O MDB tem se aproximado muito do governo. O MDB tem algum futuro se o preço de seu acesso ao governo for o afastamento de seus eleitores?

**Brossard** — Repito-me dizendo que, para mim, o MDB deve exercer sua função que é a de fazer oposição. E a colaboração que ele pode dar. Pode e deve.

**Movimento** — A maioria a quer, a oposição a reivindicava, o presidente diz desesja-la, mas a restauração democrática demora. Por que, senador?

**Brossard** — Do senado fiz esta pergunta, faz quatro meses. Embora não seja fácil restaurar a legalidade democrática, não há motivo para desesperar. Hoje existe no Brasil uma consciência viva de sua necessidade. Ela será alcançada. A dignidade nacional a exige.

A palavra do senador Paulo Brossard de Souza Pinto tem um valor especial neste momento. Antigo e fiel liberal, filiou-se ao Partido Libertador quando era acadêmico de Direito, em Porto Alegre, em 1945. Nove anos depois elegeu-se deputado estadual, pelo PL e, mais dez anos, estava combatendo o brizolismo com o mesmo vigor com que hoje critica o regime da tribuna do Senado. Como secretário do Interior e da Justiça do governo Ildo Meneghetti, apoiou o movimento de março de 64. Em 1965, com a edição do Ato Institucional nº 2, afastou-se do governo e, no ano seguinte, elegeu-se deputado federal pela oposição.

E foi como candidato do MDB que concorreu às eleições para o Senado em 1970. Perdeu para Daniel Krieger, por 30 mil votos e para Tarso Dutra, por 130 mil votos, enquanto os brancos e nulos — alternativa apresentada pelos trabalhistas de Nei Brito, antigo colaborador de Leonel Brizola — passavam dos 600 mil. A campanha de Brossard foi essencialmente liberal, debruçada sobre os grandes temas institucionais, assunto de seu discurso de despedida na Câmara dos Deputados.

Em 1974, o MDB gaúcho novamente apresentou-o como candidato ao Senado, mas a chapa trazia outro nome e outro conteúdo político. O suplente foi Nei Brito, o adversário de quatro anos atrás. Brossard, sem abandonar a postura liberal, nem sua conhecida elegância, aproximou-se das camadas populares, das bases trabalhistas. Sua oratória sempre majestosa e mordaz, encontrou novos temas: o elevado custo de vida, a política salarial, as dificuldades dos pequenos e médios agricultores, de soja, por exemplo, diante da força das multinacionais e de um comportamento pouco eficiente do governo.

Foi a vitória eleitoral mais expressiva de Brossard. Derrotou por ampla margem de votos o candidato arenista Nestor Jost, ex-PSD, ex-presidente do Banco do Brasil na "era Delfim Netto" e de certa forma representante do modelo econômico e político dos últimos anos. No Senado, os primeiros discursos de Brossard revelaram o crítico dos caminhos institucionais do regime, atraíram público, adversários arenistas e colocaram uma hipótese: não seria ele o produto desta nova safra de liberais que, num momento especialmente difícil, escolheram avançar com o povo, mesmo que seu caminho seja longo e acidentado?

O repórter Delmar Marques, de Movimento, procurou-o em sua fazenda Santa Genevieve, no município de Bagé, a 40 quilômetros da fronteira com o Uruguai, apresentando-lhe um questionário em torno do impasse institucional brasileiro.

O depoimento de Brossard. Movimento — Os juristas, preocupados com a crise institucional brasileira, falam em "estado de exceção" e pre-

## COMO FALAR AOS CAMPONESES?

A estimulante tese do prof. Fausto Neto sobre a aparentemente esotérica questão da incomunicabilidade no meio rural.

Lélio Fabiano dos Santos



Em geral, as discussões sobre Comunicação no Brasil são reduzidas a uma dimensão apenas urbana, quando não traduzem simplesmente teses importadas de outros continentes e que pouco tem a ver com a realidade brasileira. O professor Antonio Fausto Neto, da Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Minas Gerais, um dos vários autores latino-americanos que parecem ter se libertado dos esquemas norte-americanos e europeus, fez, num seminário (1) em Campinas, São Paulo, há uma semana, uma estimulante palestra sobre a "Incomunicabilidade social", tratando especialmente desse problema no campo. Disse que, basicamente, a incomunicabilidade é um fenômeno da sociedade moderna que pode falar e outros que são obrigados.

Para Fausto Neto, a incomunicabilidade rural é, no fundo, uma manifestação do capitalismo industrial e resulta de uma adaptação da estrutura de uma sociedade tradicional a uma nova conformação, à qual deve aderir.

Fausto Neto identificou em algumas instituições, como a Igreja, a escola, os meios de comunicação de massa e os programas de extensão, os mecanismos que fazem a intermediação dos grupos rurais com a sociedade mais ampla e entre seus componentes. O equívoco dos que têm as condições exclusivas de anunciar ou comunicar, como aquelas instituições que, diz ele, está em acreditar que através dos métodos de extensão, de adestramento ou da omnipresença dos meios de comunicação de massa, poderão fazer com que certas mensagens impostas possam ser compreendidas e efetivamente adotadas.

De maneira desprezível, ele conseguiu detectar uma das principais contradições dos estudos sobre comunicação que vicejam na maioria das escolas, através de inúmeras bibliografias preocupadas com o problema das mensagens que não conseguem atingir populações desfavorecidas ou mobilizá-las em torno de projetos de desenvolvimento.

"Não conseguindo transformar a excitação em situações concretas, as instituições modernas passam a julgar que a incomunicabilidade (que poderia ser o processo de rejeição das mensagens) decorre, provavelmente, da falta de informações melhor elaboradas junto aos grupos rurais".

Segundo ele, "persiste o quadro de incomunicabilidade, pois existem informações que, por mais elaboradas que sejam, são transmitidas incompatíveis com as características fundamentais dos grupos rurais, que compreendem a realidade de acordo com o seu modo de existência. Assim, a incomunicabilidade não é um problema de

carência ou de excesso de informação. A questão está no posicionamento desigual daqueles que podem anunciar e dos que apenas são convocados a "entender" certos tipos de mensagens elaboradas pelos que produzem, regem e mantêm as relações assimétricas".

Em sua longa exposição, Fausto Neto tentou mostrar que o balanço das práticas religiosas no meio rural pode também indicar a atuação das instituições religiosas, aliadas ao poder, no sentido de fazer prevalecer o estado de dominação em que se encontra o homem do campo. Segundo ele, esta articulação é exercida, não só ao nível dos próprios rituais, mas também nas trocas e no reforço das influências entre agentes políticos e membros das hierarquias confessionais. "A propósito dos rituais — acentua — percebe-se ainda uma formulação da aliança econômico-sagrada, mediante a qual o homem rural consegue viabilizar seu projeto de busca, geralmente caracterizado através das oferendas encaminhadas aos santos da Igreja".

"Quanto à escola no meio rural", disse "ela aparece como um agente que vai romper as amarras da incultura, depositar o conhecimento onde não existe e levar o saber onde há carência. O seu papel tem sido o de convocar segmentos dos meios rurais (viáveis economicamente) para objetivos nacionais, mas através de um processo de aprendizagem que não é feito com base na vida concreta do camponês, cujos interesses fossem previamente identificados".

Analizando as experiências de extensão rural, ele contradisse noções consideradas fundamentais pelos clássicos americanos de comunicação: "Os programas estão respaldados na concepção de que subdesenvolvimento é consequência de uma atitude mental existente nos países pobres. Para que este mecanismo seja rompido, novos símbolos são transferidos e, neste sentido, o processo de extensão é praticado como forma para superar os impasses criados pela resistência à mudança. Estes programas se concentram na área agrícola e são produto de uma concepção de um ramo da ciência sociológica praticada nos países industrializados, para quem a modernização é o processo pelo qual as sociedades menos avançadas adquirem as características comuns das sociedades desenvolvidas".

(1) IV Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social; patrocinado pela prefeitura da cidade de Campinas e que reuniu cerca de 100 participantes entre os quais o autor desse artigo, da redação de Movimento em Belo Horizonte e diretor da Faculdade de Comunicações da Universidade Católica de Minas Gerais.

## Do INPS para as empresas

Carlos Gentile de Melo

Na semana passada técnicos do INPS anunciaram no Rio um aumento de 220% no valor da importância que o instituto deixa com as empresas que, mediante convênio, prestam assistência médica aos seus empregados. A medida visa, segundo esses técnicos, "reduzir filas e desafogar os postos do INPS em todo o país" e transferir para as empresas e sindicatos convênientes o encargo de pagamento dos benefícios da Previdência Social. Além do aumento de 5 para 16 por cento da taxa do salário-mínimo paga pelo INPS para cada segurado atendido, o instituto se dispõe ainda a criar novos incentivos para que as empresas efetuem também o pagamento dos benefícios.

Os convênios deste tipo, que existem desde 1936, por iniciativa do mal sucedido IAPI (1) não são, contudo, firmados indiferentemente com qualquer empresa, mas, apenas, com as grandes empresas: em 1970, um estudo realizado sobre o assunto, revelou que as empresas em convênio, no antigo estado da Guanabara, tinham, em média, 740 empregados, enquanto a média das empresas em geral era de um contingente de 16 empregados. Revelou também que o valor médio da aposentadoria das empresas em convênio geralmente era três vezes mais elevado do que o valor médio da aposentadoria do segurado do INPS no mesmo ano e no mesmo Estado da Guanabara. Como o cálculo da aposentadoria resulta do nível do salário de contribuição e como naquela época o teto de contribuição era dez salários mínimos (depois subiu para 20), pode-se concluir que a remuneração dos empregados das empresas

dos convênios era muito mais elevado do que a média de salário das demais empresas — pequenas e médias — geralmente nacionais. Além de melhor remuneração, as grandes empresas, regra geral, oferecem outras vantagens: melhores condições de trabalho, refeitório, transporte. Parece evidente que esse grupo, com mais favorável nível de alimentação e nutrição, com mais elevado padrão de vida, goza de melhor padrão de saúde.

Não para nesse ponto a seletividade desses convênios, nem se restringe nesse ponto o prejuízo causado ao sistema geral de seguro social: quando o empregado dessas empresas se aposenta, por idade, por tempo de serviço ou por incapacidade, precisamente na fase em que mais consomem serviços assistenciais, passa, de imediato, para a responsabilidade direta do INPS. E, com a atual orientação do Ministério da Previdência de pagar todos os serviços rotulados como de emergência, fica muito fácil o acesso aos setores assistenciais diretos do INPS, que, dessa maneira, paga duplamente: à empresa, como contribuição mensal e aos serviços próprios ou contratados pela assistência.

Com subproduto dos convênios do INPS com as empresas, proliferam as instituições criadas especificamente para vender serviços, indiretamente à Previdência Social: no Rio de Janeiro destaca-se a Rio-Clinica, cujo Diretor-Presidente é o ex-ministro da saúde do governo Castelo Branco, Raimundo de Moura Brito e cujo planejamento foi feito pela SORTEC, firma especializada cujo diretor-proprietário é Thomaz Russel Raposo de Almeida, importante assessor do Ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Sil-

va. Em São Paulo, a organização assistencial mais importante é a SAMCIL, sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores e que, recentemente, recebeu um financiamento de 66 milhões de 700 mil cruzeiros da Caixa Econômica Federal. Essas empresas médico-assistenciais, escolhidas pelas empresas empregadoras, prestam assistência privilegiada aos diretores e executivos de alto nível administrativo, negligenciando a assistência aos empregados de baixo nível salarial. O presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Salomão José Kassab, em exposição na Escola Superior de Guerra, na última sexta-feira de novembro de 1974, denunciou que o grupo responsável por esse tipo de assistência era constituído, em grande medida, "pelos quem mentem e pelos que roubam". Em outras palavras: mentirosos e ladrões.

Nada obstante, o INPS, para incentivar os convênios, pretende aumentar de 5% para 16% do salário mínimo por empregado, o pagamento às empresas. Isso significa um aumento da ordem de 220%. Como o salário-mínimo foi elevado em 42%, verifica-se que, de o, o INPS oferece às emp...sas empregadoras um aumento de mais de 300%. Com recursos retirados de um fundo destinado a atender às necessidades de saúde dos segurados de baixo nível de renda.

(1) Em 1961, o IAPI, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — assistia apenas 30% de seus 6 milhões de segurados; enquanto o instituto dos bancários assistia 100% (de 600 mil pessoas) e o dos comerciantes protegia 60%, de seus 48 milhões de associados.

## Uma cidade perdida na selva

Uma nota oficial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico confirmou, na semana passada, que o Projeto Aripuanã e sua Cidade Científica de Humboldt, em Mato Grosso, estão sem verbas e abandonadas há sete meses. O projeto, elaborado pelo engenheiro Pedro Paulo Lomba e coordenado, desde 1972, por um grupo especial dirigido pelo atual ministro do Interior, se destinava a "planejar a ocupação racional da Amazônia", definindo "um modelo não predatório de ocupação". Instalado em 1973, recebeu grande apoio oficial da imprensa, da FAB e uma verba de 5,5 milhões de cruzeiros.

O próprio CNPq, que assumiu o controle do Projeto Aripuanã em 1974 (antes foi administrado pela Universidade de Mato Grosso e pelo Ministério do Interior) é vago ao formular suas metas iniciais. Na nota oficial em que confirmou o abandono e anunciou negociações no exterior em favor de "maior suporte ao projeto", o Conselho explicou essas metas: 1) Reconhecimento científico da área; 2) promoção e inovação científico-tecnológica; 3) ocupação da área de Humboldt; disseminação da informação científica e tecnológica. Exceto o item da ocupação de Humboldt, este não seria o programa científico e tecnológico de um país? Ou, no mínimo, do CNPq?

O Projeto Aripuanã já nasceu com essas dúvidas. A Amazônia, se não é uma região cientificamente identificada, já dispõe de alguns organismos dedicados às pesquisas em medicina tropical, botânica, ecologia, arquitetura e outros campos do conhecimento. Era inevitável o paralelismo de trabalho: em

Humboldt conceberam-se casas pré-fabricadas cujo modelo poderia ter sido colhido em Manaus, na sede do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA.

Aparentemente, Aripuanã era o lugar ideal. O município na divisa com Rondônia, tem 140 mil quilômetros quadrados, imensas reservas de mogno, cassiterita, centenas de posseiros, uns 2 mil índios e grandes latifundiários. Resume, portanto, os grandes problemas da ocupação da Amazônia, os choques entre o conquistador e a natureza, entre latifundiários e posseiros, entre civilizados e índios. Aparecendo no meio desses conflitos, era possível imaginar que talvez pudessem os cientistas fazer coisas como respeitar a cultura indígena, proibir a exploração da cassiterita pelo milionário Antenor Patiño, repartir latifúndios entre posseiros.

As preocupações do Projeto Aripuanã com a realidade podiam ser dimensionadas pelas declarações de seu idealizador e diretor, Pedro Lomba ao "Jornal do Brasil", numa entrevista de página inteira:

"Desde a roupa de trabalho ideal para serviços florestais e florestais, criada com o auxílio de 12 empresas de São Paulo, sob a liderança do Departamento de Desenvolvimento das Aplicações da Rhodia, a técnicas educacionais puericulturais, básicas para um país que não tem população para ocupar a Amazônia e não pode se dar ao luxo de perder a alta porcentagem de bebês nascidos sob o novo domínio ecológico para exercer a capacidade humana de adaptação, foram encarados racionalmente pelos construtores do projeto.

Além disso, levantamos a necessidade da criação de uma nova polícia operacional na floresta sempre-verde, para proteger as novas colônias, para fazer frente a uma criminalidade secularmente adaptada à região, comparando com as experiências do Canadá na floresta e na tundra e da França na Guiana".

Mesmo a partir desse vazio retórico pode-se discutir. Que significa dizer que o Brasil não tem população para ocupar a Amazônia? A polícia operacional não seria a mesma que os criminosos contra quem? Qual a criminalidade secularmente adaptada à região? O desaparecimento dos índios, os conflitos fundiários, a destruição da floresta, a expulsão do homem pelo boi, as grilagens em Rondônia e no Acre, a malversação dos incentivos fiscais, o escoamento das riquezas naturais para o Sul e para o estrangeiro?

O Projeto Aripuanã nasceu quando denúncias com essas perguntas molestavam o governo. E, ao mesmo tempo em que se abriam as grandes rodovias, denunciavam-se genocídios, grilavam-se terras, instalava-se o boi no lugar dos colonos, era instalado um ambicioso programa científico para planejar a ocupação racional, um argumento talvez dedicado a rebater aquelas críticas. O resultado, no entanto, foi o abandono do projeto, que hoje se resume a algumas casas pré-fabricadas, 40 famílias levadas pelos técnicos declarando-se iludidas e um professor húngaro, Tibor Paol, o único com curso universitário e que ironicamente comenta a experiência: "Pode ser que a gente esteja aqui pesquisando como viver na selva amazônica sem comer, pois há sete meses não vemos dinheiro".

## Movimento feminista, humanista

O programa ainda não está pronto, mas em setembro São Paulo terá uma Semana de Debates sobre a Mulher, semelhante à que foi realizada no Rio no mês passado. Com uma diferença: ao contrário do Rio, onde as discussões serviram de ponto de partida para outras iniciativas — a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira é um exemplo — em São Paulo a reunião deverá ser útil principalmente para avaliar o trabalho já feito para "combater a alienação da mulher".

Foi em São Paulo que, em março, um grupo de mulheres iniciou amplo movimento de anistia dos presos políticos, elaborando um abaixo assinado que já conseguiu 10 mil assinaturas, o apoio da Igreja e dos dirigentes nacionais do MDB e que será encaminhado ainda este mês às autoridades.

Também em março, dezenas de associações comunitárias dos bairros e entidades profissionais se reuniram para discutir a participação do cidadão na vida e nos destinos de sua cidade. Ante a constatação de que o paulistano não tem canais para influir nos caminhos da metrópole — e a paulista menos ainda — um grupo de mulheres começou a discutir a maneira de obter uma maior participação. E a discussão se estendeu até a periferia da cidade, onde levavam filmes e documentários sobre a mulher e onde outros grupos começavam a criar Clubes de Mães, pequenos núcleos de reflexão sobre os problemas da mulher.

Em São Paulo, ainda, que estão a maior parte dos grupos de pesquisas sobre a mulher. Na Universidade de São Paulo, além de fartas pesquisas sobre a situação da mulher no Brasil, existe também um movimento pela criação de uma creche para os filhos de funcionários, estudantes e professores. Um abaixo-assinado com a reivindicação já colheu centenas de assinaturas em julho e deverá ser encaminhado à Reitoria neste mês.

A Semana de Debates deverá reunir todos esses grupos esparsos que estão procurando modificar a situação feminina no Brasil e sua realização deverá coincidir com a saída do primeiro número de um jornal que pretende suprir a falta de informações na imprensa sobre os problemas reais da mulher e ampliar o alcance do movimento.

Com uma tiragem de 5 mil exemplares, o jornal sobreviverá às custas das assinaturas e das vendas em livrarias — e mesmo o primeiro número depende da verba de assinatura que já foi obtida antes de sua circulação (os pedidos das assinaturas devem ser encaminhados para a sede do jornal Ex. à rua Santo Antônio, 1043, São Paulo).

Todos os grupos que deverão participar do encontro praticamente se conheceram durante o encontro no Rio, no qual já manifestaram o sentido que dão ao termo "movimento feminista", normalmente motivo de chacotas e de desprezo: "A luta pela libertação da mulher, de sua posição dentro da realidade socio-econômica em que vive e para isso é necessário um amplo trabalho de reeducação. É necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas."





## A volta do Homem de Ouro

Ele era considerado um misto de James Bond e Antônio das Mortes e agora se sente ameaçado

Aguinaldo Silva

Um dos últimos *Homens de Ouro* da polícia carioca ainda em ação, apontado, pelos jornalistas que o promoviam, como "um misto de James Bond e Antônio das Mortes", o Detetive Lincoln Monteiro, caiu em desgraça no começo deste ano, quando um inquérito sobre corrupção policial, cujo personagem principal era o traficante de tóxicos Milton Gonçalves Tiago, o *Cabeção*, o apontou como um dos policiais que recebiam subornos dos traficantes. A acusação a Lincoln tinha um agravante: o subórno seria não só em dinheiro mas também em pó (cocaina), no qual ele seria vítima. O fato de o detetive, à época, estar passando por uma de suas frequentes interações numa clínica onde também são internados viciados em tóxicos, fortaleceu ainda mais esse detalhe da acusação.

O inquérito em que Lincoln e *Cabeção* figuravam, chegou às manchetes dos jornais, quando um grupo de policiais tentou matar o traficante. Metralhado, Milton sobreviveu a várias operações e sob ameaça de um sequestro, foi transferido de um hospital do Estado para o Hospital Central do Exército. Quando, finalmente, ele pôde falar, seu depoimento foi secreto e o inquérito tornou-se igualmente sigiloso. Por isso, não se sabe a que conclusões chegaram as autoridades encarregadas dele, embora duas coisas possam ser constatadas: *Cabeção* está preso e os policiais acusados de corrupção continuam trabalhando.

Quando a Lincoln Monteiro, saiu da prisão com o que ultimamente cumpria funções burocráticas numa repartição da Secretaria de Segurança, para uma fulgurante aparição nos jornais, na última semana, bem ao estilo que o caracterizou. No domingo de madrugada, ele invadiu o quartel do Corpo de Bombeiros, em Humaitá, com seu Opala, entregou as duas pistolas 45 ao oficial de serviço e pediu "garantias de vida", pois nada menos que "dez carros, com homens

armados de revólveres e metralhadoras", estavam a persegui-lo desde às 19 horas do sábado.

Impressionado com a história, o tenente Nilson dos bombeiros chamou a 10ª Delegacia, que levou o policial, de carro, para a sua sede, à Rua Bambina. Onde, anunciou no dia seguinte Lincoln Monteiro, seus perseguidores ficaram "passando de carro, de uma ponta a outra da rua", durante todo o tempo em que lá esteve.

Na segunda-feira, Lincoln tentou um encontro com o diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, ex-Dops, mas seu prestígio já não chega a tanto. Pôde apenas conversar com um comissário. Lembrou que há dias atrás, quando dormia num hotel de alta rotatividade da Via Dutra, o Comodoro, "quatro homens armados de metralhadoras tentaram invadir o apartamento onde dormia". E ante tantas evidências de que estaria interessado em matá-lo, estranhou um fato: por que não se abria um inquérito a respeito?

O advogado Wilson Pinto, que acompanhou o ex-Homem de Ouro na visita ao DGEI, tentou apresentar razões para a perseguição e os supostos atentados: "só podem partir de elementos ligados ao tóxico ou aos subversivos. Ele sabe muita coisa sobre o mundo marginal carioca e já prendeu mais de 500 subversivos".

Que Lincoln sabe muita coisa sobre o mundo marginal carioca ficou mais que evidente durante a tomada de depoimento do inquérito sobre corrupção policial (já transformado em processo pela 25ª Vara Criminal). Tanto ele sabe sobre esse mundo marginal e conhece seus métodos, que, na quarta-feira, a notícia de perseguição era comentada de modo jocoso, nos corredores do velho prédio da Rua da Relação onde funciona a SSP: "Lincoln está preparando um álibi — comenta — um policial —; qualquer dia ele se vê frente a frente com esses perseguidores e mata todos eles. Em legítima defesa, naturalmente, já que o perseguiu".

Enquanto o povo não via a hora de se mudar, tocaram fogo na feira. Ai, me diga minha sinhá, Prá onde correu o povo... (Água de meninos, Torquato Neto e Gilberto Gil)

Desde 1968 a Esso e a Shell estão unidas na Bahia defendendo-se de um processo de indenização movido por 300 feirantes de Água de Meninos, a feira-livre que, instalada perto dos tanques em que as empresas, irregularmente, depositavam combustível, foi destruída pelo fogo na tarde de 5 de setembro de 1964.

No último dia 18, quando se esperava que, finalmente, o processo fosse definitivamente julgado, os advogados das empresas conseguiram transferir-lo para 18 de agosto. Alegaram que não foram citados para a audiência (a última prevista) e que não foram entregues os últimos laudos. O juiz Wanderlino Vasconcelos Nogueira, da 7ª Vara Cível e Comercial, concordou com o adiamento. Francisco Porcino Júlio, líder dos feirantes, lembrou que a citação das partes foi feita pelo Diário Oficial e os laudos entregues a 18 de julho.

A feira ficava na Cidade Baixa de Salvador, perto do Porto. Cresceu rapidamente, de tal forma, que já em 1940 era inaugurado a seu lado o Mercado Popular. Entre 1945 e 47 a Esso Brasileira de Petróleo instalou seus tanques, seguida depois pela Shell. A existência de tanques de gasolina e querosene numa zona comercial de grande movimento era vista com reservas, mas só em 1962 a Assembléia Legislativa da Bahia votou uma lei que mandava retirar os tanques do local.

As duas empresas, no entanto, segundo Francisco Porcino Júlio, em vez de saírem, pressionavam os feirantes. Ele diz que a Esso lhes enviou uma carta, através do sindicato, "concedendo cinco dias aos vizinhos dos depósitos para que se afastassem; até parece que já previam o que ia ocorrer". Os barraqueiros não saíram. No dia 5 de setembro, ocorreu o incêndio. Porcino Júlio diz:

— Começou um forte cheiro de gasolina e outros inflamáveis, saindo pela boca de lobo do esgoto, parecia que estavam sendo injetados. Era por volta de 15 horas quando se deu a explosão, as chamas corriam, devastadoras, levando tudo, mais de 100 pessoas ficaram feridas, muitos estão

Bahia

## A Esso, a Shell e os feirantes

paralíticos até hoje. Cofres com dinheiro foram queimados, todos os estoques, utensílios, propriedades, tudo destruído".

A explosão, segundo consta dos laudos do processo, começou no pátio da Esso. Uma comissão de inquérito da Secretaria de Segurança concluiu que a Esso utilizava os mesmos esgotos que a feira "para despejo não só das águas pluviais e de lavagem, como também de restos provenientes de cargas de combustíveis em caminhões e carregamentos de latas de querosene". Ainda segundo os peritos, tudo indica que o incêndio foi causado pelos "gases provenientes dos despejos de combustíveis da Esso ou ainda mais remotamente pelas sempre possíveis infiltrações do depósito de resíduos da Shell".

Os feirantes esperaram mais de quatro anos pelas providências oficiais. Até que Francisco Porcino Júlio decidiu iniciar o processo. Ele era dono do Depósito de Estiva e Cereais São Lázaro na feira e como outros 1.515 barraqueiros, ficou mal. "O Cartório de Protestos foi pouco para protestar títulos de homens honestos, dezenas passaram a mendigar pelas ruas da cidade, muitos morreram sem assistência, outros enlouqueceram" diz Porcino Júlio.

Pacientemente, ele procurou um a um os feirantes, mas só conseguiu 300 assinaturas. Em maio de 1968 o processo foi aberto na 7ª Vara Cível, pleiteando 4,5 milhões de cruzeiros de indenização, mais o pagamento dos bens queimados, lucros, correção monetária, juros. Se eles ganharem a ação, a indenização também poderá ser requerida pelos outros 1.215 feirantes que não participam diretamente do processo.

Nesses sete anos, porém, o processo tem se arrastado morosamente: "Estamos sendo vítimas da Esso duplamente. Primeiro, porque ela atou fogo a tudo que nos pertencia e segundo porque vem protelando indefinidamente o julgamento", diz Porcino. Logo no início, um mandado de citação foi enviado ao Rio, para notificação dos diretores da empresa, mas "um funcionário, sem poderes para tanto, assinou-o, fazendo com que o mandado retornasse ilegal e tivesse que ser refeito". Depois, a Esso conseguiu transferir o processo da 7ª para a 5ª Vara Cível, mas a juíza desta última considerou-se incompetente, o processo retornou à 7ª Vara. Nessa transferência, ficou um ano parado. Também o inquérito policial que apura as responsabilidades da Esso está numa gaveta da 3ª Delegacia de Salvador.

Esportes

## Os décimos lugares

Maurício Azedo

Muitos consideram desastrosos os resultados obtidos pelo Brasil no II Campeonato Mundial de Natação, que se encerrou dia 27 em Cáli, na Colômbia: o melhor nadador brasileiro, Rômulo Arantes, ficou em 10º lugar nas eliminatórias dos 100 metros, nado de costas, quando se esperava que ele atingisse pelo menos as finais. Outro grande nadador, Sérgio Ribeiro, ficou em 13º nas eliminatórias dos 100 metros, nado de peito. E uma das maiores nadadoras brasileiras, Cristina Paqueta, obteve 15º lugar nas três séries dos 100 metros, nado de peito, a uma distância de piscina inteira (50 metros) da primeira colocada, a alemã (RDA) Ulrike Richter, a despeito de possuir o recorde brasileiro e também o sul-americano da especialidade.

O descompasso entre a natação brasileira e o resto do mundo mostra que será gigantesco o abismo a separar o Brasil dos demais países nas competições gerais dos próximos Jogos Olímpicos, programados para 1976, no Canadá. Dentre os esportes olímpicos, a natação é no Brasil a modalidade talvez mais favorecida, porque conta com razoável estrutura de equipamentos básicos nos clubes e um número de participantes (200.855 em 1969, dos quais 97.460 menores) só superado pelo futebol (261.923, segundo dados levantados pelo Diagnóstico de Educação Física/Desportes no Brasil, MEC, (1). Como têm acesso a clubes, esses esportistas têm bom nível de saúde e índice adequado de alimentação já que os clubes são quase privativos das classes média ou da classe rica, sobretudo nos esportes aquáticos. Quando chegar a vez dos desportos rústicos, principalmente as corridas, o confronto será ainda mais desfavorável.

Mesmo a aparente massificação já alcançada no setor da natação, não tem grande significação. A proporção é de um nadador para cada 5 mil habitantes, enquanto a República Democrática Alemã — a grande surpresa no Mundial de Cáli, — apresenta o índice de um nadador para cada 257 habitantes. E o que dizer do atletismo, onde se conta nos clubes, ainda segundo o Diagnóstico, com apenas 5.456 praticantes — um para cada 200 mil habitantes?

(1) Diagnóstico de Educação Física/Desportes no Brasil: Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional do Material Escolar, 1971, 392 páginas.

Minas Gerais

## Quem morreu?

No "Crime das Ossadas" de Minas não se pergunta quem matou

Lélio F. dos Santos

O "Crime das Ossadas" não há mais ninguém preso. Nem o fazendeiro José Luis Figueiredo, nem o cabo José Henrique Madureira e nem os soldados José de Oliveira Castro e Antônio Chaves. Até o homem que abriu a porteira que conduziu às cisternas, José Teixeira Maciel, o estranho lavrador também chamado de "Nativo" ou "Zé Bigode", foi liberado pelo delegado Murilo Ribeiro Junqueira. Estão também soltos o escrivão José Geraldo do Espírito Santo e o chofer-dono de boite-carreiro, Raimundo Teixeira, o "Diquinho". São todos personagens que entraram e saíram de cena, a cada depoimento que era liberado pelo delegado. Desconhecidas mesmo são as vítimas. Ou as ossadas. Das 19 encontradas, em Angueretá, interior de Minas, sabe-se o nome de apenas uma vítima: Ingram Alberto Niegratz, um jovem de origem alemã, desaparecido em 1968. Mesmo assim não houve identificação de sua ossada. De outras duas vítimas, conhecem-se as alcunhas: "Goiano" e "Nortista". E as outras? Segundo o delegado, haverá 19 inquéritos para as 19 ossadas.

Depois de muito suspense criado pelo Delegado Murilo Ribeiro Junqueira, que foi liberando aos poucos os depoimentos dos vários suspeitos, já se tem hoje um quadro bastante definido da matança, mas não está sendo fácil a identificação. A tarefa é particularmente penosa por causa da deficiência técnica na identificação das ossadas e pelo fato de a maioria das pessoas suspeitas de terem sido eliminadas serem do mundo rural, muitas vezes sem registro de nascimento ou na Secretaria de Segurança, ocorrendo frequentemente serem conhecidas por alcunhas ou apelidos.

A primeira vítima do fazendeiro José Luis Figueiredo não foi enterrada nas cisternas, mas se esse crime nasceu a matança. Desentendimentos com fazendeiros vizinhos por causa do transporte de carvão nas balsas que Zé Figueiredo tinha em sociedade com a Companhia Ferro Brasileira, deram em tiroteio entre o fazendeiro e Moacir Cachoira. No tiroteio, Zé Figueiredo matou Lili Afonso, irmão do fazendeiro rival. Não chegou a ir a júri; foi desmoriado. A partir desse momento, porém, passou a viver uma psicose de que poderia ser assassinado a qualquer hora. Foi quando surgiu a figura de "Goiano", o primeiro a ser sepultado na cisterna. Preso pelo cabo José Henrique Madureira, do Destacamento Policial de Sete Lagoas, Goiano foi levado até a presença do fazendeiro, confessando que aceitara uma empreitada de Cr\$ 15 mil, a mando de Moacir e seus irmãos, para matá-lo. Goiano tinha sido surpreendido no cabaré de Parapeão com uma mulher, da qual se dizia que o fazendeiro também gostava. Levado para a boca da cisterna, Goiano depois de levar um chute do cabo Madureira, foi fuzilado à queima roupa pelo fazendeiro Zé Figueiredo, pelo Cabo e por Nativo, a quem o fazendeiro ameaçara do mesmo tratamento caso se recusasse. Segundo o depoimento de Nativo, num dos jantares após a matança, o cabo chegou a dizer: "Aqui é melhor para a gente trazer os vagabundos de Sete Lagoas. Agora todo vagabundo que der trabalho para nós, vamos trazer para cá".

# O CAFEZINHO, O CAFEZAL E O FAZENDEIRO DO CAFÉ

**Os efeitos da geadada: concentração da terra no Paraná, queda no consumo doméstico de café e ganhos elevados para os grandes fazendeiros.**

Na opinião do ministro Mário Simonsen, o governo só tinha duas alternativas para os preços do café e do cafezinho: vender parte dos estoques do IBC para os torrefadores a preços mais baixos do que os do mercado, ou deixar que os preços para o consumidor aumentassem como aumentaram. Mas o IBC não quer gastar seus estoques, porque daqui há dois anos, juntando todo o café existente no IBC, com exportadores, com fazendeiros e ainda a safra que não foi destruída pela geadada e acaba de ser colhida, mal dará para abastecer os mercados de exportação. Um ou dois milhões de sacas poderão fazer toda a diferença dentro de dois anos. E um ou dois milhões de sacas é o que poderá ser economizado no consumo interno de café, se os preços subirem bastante. E os preços subiram, de 13 para 22 cruzeiro o quilo para o café em pó e de 60 centavos para 1 cruzeiro, para o cafezinho de balcão. No ano passado, já houve uma queda no consumo doméstico, devido ao aumento nos preços. Nos últimos dez anos o consumo de café de cada brasileiro em média caiu de 5,7 quilos por ano, para apenas 3,5 quilos.

Mas para os fazendeiros o IBC não concedeu o aumento que eles pediam, de 500 para 950 no preço mínimo de garantia. É com base nesse preço mínimo que os fazendeiros recebem por cada saca, financiamentos a juros baixíssimos. Os fazendeiros reclamavam um preço mínimo generoso, alegando os prejuízos das geadadas. O IBC respondeu que os fazendeiros não tiveram prejuízos, ao contrário, possuíam muito café em estoque, além de 21 milhões de sacas que acabam de ser colhidas e com a alta das cotações internacionais vão ter lucros enormes. Mas mesmo o novo preço mínimo de garantia, em torno de 700 cruzeiros por saca, permitirá, junto com os ganhos da exportação, que os grandes fazendeiros obtenham capital suficiente, não só para repor os cafezais queimados pela geadada, mas ainda expandir suas plantações, absorvendo pequenos sítiantes, que não puderam estocar café de anos passados porque nunca tiveram capital suficiente e sofreram mais estragos porque tem as terras mais baratas, onde a geadada é sempre mais intensa.



Bernardo Kucinski

O aumento no preço do cafezinho pipocou na semana passada igualzinho as queimadas ateadas no Norte do Paraná e interior de São Paulo. Aumento de um lado, queimadas de outro, foram se alastrando, não por gerações espontânea, mas porque as geadas subvertem a ordem das coisas no café. Quando o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen disse na segunda-feira que o aumento de 13 para 22 cruzeiros (quase 70%) no preço do quilo de café era "ilegal" (segundo alguns jornais) ou "não legal" (segundo outros), os torrefadores apenas deram de ombros. Eles estavam pagando por volta de 500 cruzeiros a saca de 60 quilos de café do tipo 7 (usado no mercado interno), contra 380 cruzeiros a mesma saca, nos dias anteriores à geadada (uma diferença inferior a 60%). Na terça-feira o assessor econômico do ministro, Luiz Alfredo Salomão, disse em Brasília que não podia fazer nada, embora reconhecendo que o novo preço era "alto demais". As várias delegacias regionais da Sunab também não podiam fazer nada, porque o café deixou de ser tabelado em 1973. Em Santos, o presidente do departamento dos torrefadores da Associação Comercial, Paulo Fernandes, arriscou ainda sugerir ao ministro que se o IBC vendesse aos torrefadores parte de seus estoques a preços subsidiados (ou seja, abaixo da cotação da praça), o quilo de café poderia custar menos do que 22 cruzeiros. Nos Estados Unidos as mesmas geadas provocaram aumento de apenas 20 centavos de dólar por 450 gramas de café (equivalente a 3,50 cruzeiros no quilo), é verdade que não moído, mas de qualidade de muito superior.

Os torrefadores nacionais reforçaram sua margem de aumento porque sabiam, inclusive, que cairá de novo o consumo de café no Brasil, reduzindo, portanto, a taxa de aproveitamento de suas instalações.

O consumo de café no Brasil já caiu de 8,1 milhões de sacas (por ano), para 7 milhões nos últimos dez anos, período em que a população cresceu de 85 para 110 milhões de habitantes. A queda está diretamente relacionada ao aumento dos preços: era se acentuou de 1973 para 1974, exatamente quando o quilo de café subiu de 9 para 13 cruzeiros. Com aumento da semana passada, o café passou a custar 220%, mais caro do que em junho de 1974. Assim, para os torrefadores, a geadada foi mau negócio, porque haverá, necessariamente, nova queda no consumo.

#### Os efeitos da destruição de 250 milhões de cafezais

Passado o susto que foi grande — já é possível saber-se com alguma segurança, que outros setores sociais além dos torrefadores perderam com a geadada e quais os que sairão ganhando. O quadro é mais nítido para o Paraná, nos vale, devidamente minimizado, para o Estado de São Paulo. O grande efeito da geadada no Paraná, será sobre a circulação de dinheiro e oferta geral de empregos e serviços em 1976. O governador do Paraná, Jaime Ganet, calculou em 850 milhões de cruzeiros a queda na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) em 1976, porque a geadada reduziu a quase zero a próxima colheita estimada em 2 milhões de sacas.

O desaparecimento da próxima safra deixará sem trabalho pequenas empresas, como as de depolpamento do café e várias categorias profissionais, algumas bem definidas, como os "ensacadores" de café, outras que margeiam o biscate, como carregadores, ajudantes de motoristas e toda pequena burocracia de fiscais, apontadores e secretárias que acompanham o manuseio de 12 milhões de sacas de um produto de classificação complicada e de valor agregado muito grande, como é o café. Calcula-se

que 75% da atividade industrial do Paraná está diretamente ligada à produção agrícola.

Mas há, entretanto, dois efeitos atuando em sentido contrário. Primeiro, a existência de uma safra cafeeira praticamente incólume (a geadada afeta a qualidade dos grãos maduros mas não os inutiliza) e em grande parte já colhida, cujo processamento e vendas adiaram temporariamente os efeitos da crise.

Segundo, a reestruturação da agricultura, incluindo a erradicação de cafezais que movimentará alguma força humana e demandará novas máquinas, implementos e materiais. O estudo preliminar oficial do governo do Paraná indica que 200 milhões de pés de café considerados "velhos" e 50 milhões de cafeeiros novos reduzindo as plantações de 950 milhões para 700 milhões de pés. Outros 450 milhões serão aparados ou podados para rebrota futura.

O replantio será incentivado como de costume, com financiamentos generosos e linhas de crédito especiais (total já anunciado de 5 bilhões de cruzeiros), além da moratória de cinco anos para financiamentos antigos de culturas perenes (como o café). Algum milho, feijão e outras culturas de ciclo curto serão plantadas para aproveitamento imediato de mão de obra — por pressão do governo federal.

#### Concentração da terra e concentração da renda

Mas a médio prazo, é tida como certa a intensificação das culturas do trigo e da soja, mecanizadas por excelência. Esse processo, inevitavelmente levará a concentração da propriedade rural e ao desemprego. Os fazendeiros com terras altas, sempre as mais caras, e que sofrem menos com as geadadas, serão também os que disporão de capital para comprar a terra do pequeno sítiante. "Muitos cafeicultores espe-

ravam uma opção para sair do café e a geadada foi essa opção", disse em Londrina, Wilson Baggio, um dos principais líderes de fazendeiros de café da região. A geadada, portanto, só acelerou um processo previsto de mudanças profundas na agricultura do Paraná. Mudará para pior, a vida dos "boias-frias". "O desemprego poderá chegar a 100 mil famílias", estimou um alto funcionário do Banco do Brasil na região. Só a erradicação de 250 milhões de pés de café (cada "boia-fria" cuida de 3 mil pés, em média), poderá, de fato, deixar de 80 a 90 mil boias-frias sem trabalho. Wilson Baggio já propôs uma solução (quando Severo Gomes visitou Londrina): alterar o estatuto do trabalhador Rural (em dois itens), permitindo o pagamento de parte do salário com os produtos de ciclo curto (arroz, milho, etc.) e dando também mais liberdade ao fazendeiro na manipulação de sua mão de obra. Aparentemente soluções às avessas, que apenas facilitarão o grande remanejamento dos "boias-frias". Outra sugestão — transferi-los para regiões tão distantes como Itaipua e Rodovia dos Imigrantes, onde seriam empregados em construção, mostram até onde chega o grande drama dos "boias-frias". Quanto ao pequeno sítiante, ele já sofria, mesmo antes da geadada, um processo de esmagamento econômico acentuado. Calcula-se que 27 mil pequenos sítiantes abandonaram o Paraná no ano passado, obrigados a vender suas terras. A absorção das pequenas propriedades está mesmo prevista na recente análise da estrutura fundiária do Paraná, feita pelo INCRA. A "inevitabilidade" da concentração da terra implica na transformação desses pequenos sítiantes em assalariados ou arrendatários de grandes empresas rurais. Segundo uma série recente de reportagens de Roberto Hillas, publicadas na Gazeta Mercantil, de São Paulo, as sociedades rurais e até mesmo as cooperativas da

região, em geral dirigidas pelos fazendeiros maiores, ignoram o pequeno sítiante — que no entanto possui 25,77% de todas as terras do Paraná na forma de propriedades com menos de 10 hectares. O processo de concentração de terra, portanto, poderá assumir proporções enormes. Esses pequenos proprietários, afastados das cooperativas e sociedades rurais, não conseguem movimentar com eficiência os generosos mecanismos de financiamento subsidiado oferecidos pelo governo, e que acabam caindo nas mãos dos grandes fazendeiros. "Existe o plantio, a comercialização e a indústria do café, mas não o mais importante do que isso é: o negócio financeiro que o café representa", disse a Movimento um grande operador com café.

#### A indústria da geadada

O ministro Severo Gomes proclamou que o governo não permitiria o surgimento de uma "indústria da geadada", expressão repetida pelo governador de São Paulo, Paulo Egydio. De fato, as geadas destruíram muito pé de café e toda a safra do Paraná do próximo ano, mas em compensação adicionaram, no mínimo, 300 cruzeiros a mais ao valor de cada uma das 21 milhões de sacas da safra que acabara de ser colhida sem contar 6 a 8 milhões de sacas do passado, parte em mãos também de fazendeiros. Os grandes fazendeiros, principalmente, nunca vendem suas safras antes de agosto ou setembro (passado o período das geadas). E são os grandes tem meios financeiros para segurar os estoques. Segundo fontes do Ministério da Indústria e Comércio, entre os fazendeiros que mais apreço tiveram a tragédia das geadas, estão alguns que possuem ainda estoques de três anos — guardados durante todo o período passado de baixa. Se não tivesse havido geadada, — então sim — muitos fazendeiros ficariam em algum apuro devido a contínua pressão baixista dos preços

internacionais. A geadada, destruindo expectativas futuras de super-produção, sem tocar na última safra e nos estoques, fez de alguns deles milionários da noite da geadada para a manhã do dia seguinte. "O ex-governador Abreu Sodré, por exemplo, não tem motivo para reclamar, com suas 23 mil sacas em estoque" (um lucro extra de 1 milhão de cruzeiros), comentou Paulo Egydio, quando soube que Sodré não gostara de sua expressão "indústria da geadada".

O caso de Sodré é interessante, porque o ex-governador enviou alguns meses atrás, quando estava realmente negra a perspectiva de preços do café, uma longa carta a "O Estado de S. Paulo", detalhando todos os custos de suas fazendas de café. Em resumo, custa 5 cruzeiros o trato de um pé de café por ano não incluindo juros do capital. O panorama do café sem geadada não permitiria ao IBC aumentar em muito o preço mínimo pelo qual ele compra todo o café oferecido pelos fazendeiros, fixado em 500 cruzeiros por saca. A esse preço, segundo o próprio Sodré, café não estava dando lucro. Não haveria portanto lucro algum — elas por elas — por pelo menos dois anos. Com as geadas, cada saca dos estoques se valorizou em mais 300 cruzeiros pelo menos, o que multiplicado por 21 milhões de sacas, dá um ganho extra de mais de 6 bilhões de cruzeiros. Desse total é preciso descontar apenas as despesas de manutenção para o caso específico do Paraná, onde não haverá safra. Para o resto, a safra do próximo ano, estimada em apenas 10 milhões de sacas, mas ao preço mais do que dobrado, em relação aos de antes da geadada, se encarrega tranquilamente das despesas de manutenção e renovação dos cafezais (aliás subsidiadas totalmente a juros negativos). Mesmo para o caso específico do Paraná, onde a perda do próximo ano será quase total, a geadada foi uma verdadeira sorte grande.

# PRESSÕES E NERVOSISMO

Ao contrário do divulgado, as vendas nacionais da indústria automobilística caíram em 1975 e isso está irritando os dirigentes do setor. Vidigal, o presidente do Sindipeças, por exemplo, já armou uma intempestiva briga contra os mineiros e frustrou o diálogo com o órgão do governo que pretende reformular a lei de remessa de lucros

Os sinais de inquietação já eram antigos mas, a partir da segunda quinzena de julho, pequenas divergências públicas vieram demonstrar que o setor da indústria automobilística está excessivamente nervoso com a crise de consumo a estas alturas bastante evidente.

As primeiras notícias sobre férias coletivas na General Motors e na linha Passat da Volkswagen poderiam ser atribuídas a manobras gerenciais destinadas a evitar superprodução numa época de mercado fraco. Essa, na verdade, era a versão sugerida pelos comunicados oficiais que atribuíam a paralisação à necessidade de promover balanços ou revisões nas máquinas, mas deixavam antever uma ligeira preocupação com os estoques elevados.

Nas últimas semanas, no entanto, a irritação de dirigentes do setor prenuncia um certo descontrole e uma razoável disposição de pressionar o governo para que se adotem medidas que venham socorrer a potente indústria automobilística. E há razões para o destempero.

No boletim divulgado recentemente pela ANFAVEA, a

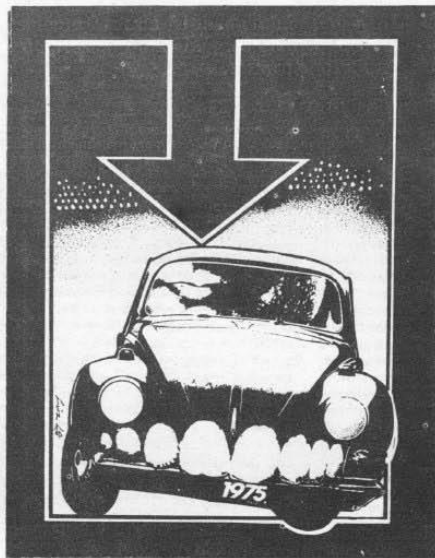
respeito da produção do primeiro semestre de 1975, verifica-se que houve um crescimento de 9,3% sobre o mesmo período do ano anterior. Nos primeiros seis meses do ano foram produzidos 469.744 veículos contra 429.061 unidades fabricadas de janeiro a junho de 1974. Essas cifras são verdadeiras e satisfatórias. Estão mesmo muito perto das previsões mais otimistas — tão otimistas que foram consideradas exageradas pelo governo. Há, contudo, uma hábil dissimulação pois, considerados em bruto, os números não revelam a exata situação do mercado interno.

Compreensivelmente interessada em divulgar, a ANFAVEA, no começo de 1975, decidiu alterar o sistema de calcular a produção da indústria. De janeiro para cá, ela passou a incluir as unidades CKD (completely knocked down) nas suas estatísticas de produção total. Unidades CKD são peças de veículos produzidas para exportação e, portanto, não representam o consumo interno, fato omitido pelo boletim da ANFAVEA.

Uma avaliação menos apressada dos números constantes

do comunicado da entidade demonstra que se a produção global cresce, o mesmo não ocorre com o volume destinado ao mercado brasileiro. Pelos dados oficiais, a produção de automóveis de passeio por exemplo, aumentou 3,9% no primeiro semestre de 1975. Diminuindo do total as unidades CKD chega-se ao seguinte: no mesmo período do ano passado foram fabricados 257.867 automóveis; este ano, 252.202, uma queda de 2%, portanto. Em termos globais, a Chrysler produziu apenas um terço (6.849) dos 19.006 carros manufaturados no ano passado. A Ford baixou sua fabricação de 55.675 para 45.155 e a General Motors de 67.529 para 56.488. A única a crescer satisfatoriamente foi a Volkswagen, que de 112.899 pulou para 138.577 veículos, fora as 21.156 unidades CKD.

Diante dessas cifras, é natural que os dirigentes do setor se movimentassem no sentido de pressionar os órgãos oficiais e obter ajuda. As montadoras desenvolveram a estratégia de aumentar preços sempre acima da elevação dos custos na expectativa de compensar, com



lucros maiores, a queda de vendas. Para o Sindicato da Indústria de Auto-Peças de São Paulo, aparentemente, coube a missão mais ingrata: lutar contra a pretendida reforma da legislação para os contratos de assistência técnica com o exterior e envolver-se numa tempestuosa briga com as classes produtoras mineiras para impedir a instalação, naquele Estado, de uma nova fábrica (capital estrangeiro associado a nacionais e com forte financiamento oficial) de auto-peças destinada a fornecer para a Fiat.

Esses são os fatos públicos e é relativamente fácil identificar os interesses comerciais que estão por trás das omissões estatísticas, da recusa de uma legislação provavelmente limitadora de lucros das matrizes estrangeiras da indústria automobilística e da tentativa de impedir o êxito de um concorrente mineiro. Menos difundida é a versão de que o setor constituiria o mais forte reduto das forças classificadas recentemente pelo governador paulista Paulo Egidio Martins, como contrários à política econômica e social do governo federal.

## Brasília Vidigal, o dependente

Nas conversas com o INPI, o presidente do Sindipeças desempenhou o espinhoso papel de defensor da indústria estrangeira

Como para o conjunto da indústria automobilística, os meses de junho e julho não foram muito favoráveis ao dirigente empresarial Luís Eulálio Bueno Vidigal. Além do caso mineiro (matéria ao lado), o sindicato da indústria de auto peças dirigido por ele desempenhou o espinhoso papel de defender a indústria estrangeira e tentou impedir a reforma das leis sobre contratos de assistência técnica.

Em encontro com Guilherme Hatab, presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, os representantes do Sindipeças ouviram uma longa exposição relativa aos prejuízos que a indústria nacional estaria sofrendo devido à manutenção da superada legislação vigente. "As normas atuais dificultam a remessa de royalties ao Exterior — disse Hatab. Isso fez com que a maioria dos contratos que exigem esse tipo de pagamento (licença para exploração de patentes e marcas) fossem substituídos por contratos de assistência técnica. Assim, as remessas são feitas dissimuladamente, embora do ponto de vista legal possam ser conceituadas como lucros".

Para o presidente do INPI, é necessário reformular com urgência a lei de remessa de lucros e os regulamentos dos contratos de assistência técnica, pois a sua manutenção implica "numa eterna dependência dos países menos desenvolvidos em relação à exclusividade de know-how por parte dos mais evoluídos". Uma das

medidas a serem adotadas seria a extinção dos chamados "pacotes tecnológicos", um rótulo para designar o fornecimento global de patentes, marcas e serviços de assistência técnica. Com isso seria possível conhecer a natureza exata das remessas de pagamentos e estaria iniciado o processo para impedir que se continue remunerando certas patentes que não estão mais em vigor, que não são utilizadas ou que há mais de cinco anos não apresentam nenhuma inovação tecnológica.

As observações do presidente do INPI pouco sensibilizaram os representantes da indústria de auto peças. Eles se mantiveram irredutíveis na posição de defesa dos interesses da indústria estrangeira. Um deles chegou a afirmar que "medidas demasiadamente restritivas criariam inevitavelmente atritos com as empresas estrangeiras, pois estas não tem muito interesse em transferir seu know-how aos empresários brasileiros, potenciais concorrentes no mercado internacional". Vidigal, também presente à reunião, lembrou que, na sua opinião, "não existe outra possibilidade de se obter tecnologia a não ser através de contratos com o Exterior".

A recusa de discutir a justiça ou não de certas remessas de pagamento e a passiva aceitação da dependência tecnológica do setor automobilístico frustrou o primeiro diálogo entre o INPI e os industriais. Pelo menos no que se refere aos fabricantes de automóveis.

Nos últimos anos, dificilmente um dirigente empresarial mereceu tantas manchetes de jornais como o presidente do Sindipeças (Sindicato de Auto Peças do Estado de São Paulo), Luiz Eulálio Bueno Vidigal. Sua enfática declaração "Não permitiremos a instalação, em Minas Gerais ou em qualquer outra parte do país, de indústria de auto peças que possam colocar em risco nossa economia de escala através da produção de similares que provocaria capacidade ociosa no setor" deu ao empresariado mineiro a oportunidade esperada para protestar contra o que qualificam de "avanço imperialista de cartéis internos".

Dos empresários aos jornais, o percurso foi rápido. Em menos de uma semana, o "Estado de Minas" — o maior e mais influente jornal local — publicou dezenas de páginas em defesa dos interesses contrariados e todos os periódicos regionais seguiram o seu exemplo. Com isso, a instalação da Elcat Indústria Mecânica ganhou extrema notoriedade e o dirigente do Sindipeças, subitamente, transformou-se num inimigo dos mineiros.

As disputas São Paulo x Minas são tão antigas como a federalização do Brasil. Nos últimos tempos, a partir do esforço mineiro para recuperar sua combalida economia, é que se tornou mais aguda. Obtendo pouco êxito em suas tentativas de promover a recuperação do Estado atraindo fábricas nacio-

## Minas Vidigal, o verdugo

A intenção era apenas evitar mais concorrência no setor de auto-peças, mas o presidente do Sindipeças acabou se transformando no cavaleiro andante do "imperialismo paulista"

nais para a região, o ex-governador Rondon Pacheco voltou-se para o exterior e conquistou a indústria de automóveis italiana Fiat. Na época, as indústrias paulistas reclamaram alegando a excessiva concorrência no setor. A decisão, porém, estava suficientemente respaldada a nível federal, estadual e empresarial apesar de inúmeras denúncias contra o acordo com a Fiat, qualificado como escandaloso. A existência de uma montadora isolada do conjunto das outras, somada à justa aspiração mineira de incentivar seu processo de industrialização, certamente propicia a instalação de fábricas de peças no Estado. E a Elcat é apenas a primeira.

Resultado da associação do grupo "Officine Metallmeccaniche Elcat", da Itália, com empresários mineiros, a fábrica, cujo investimento total é de setenta milhões de cruzeiros, recebeu um substancial financiamento oficial no valor de Cr\$ 41.206 mil. Ao assinar o financiamento, Abílio dos Santos, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, disse que o prejuízo representava "uma resposta efetiva do empresariado mineiro ao empreendimento da Fiat e era um passo importante na integração do parque industrial mineiro que, passa de produtor de minério e chapas a peças acabadas, com crescente valor agregado".

Como que antecipando a contravenção pública que surgiria, fez na ocasião uma referência direta às tentativas do Sindi-

peças de impedir a instalação da fábrica pressionando o Conselho de Desenvolvimento Industrial e o Banco de Desenvolvimento Econômico: "É preciso ressaltar que tem esta solenidade o significado de não conformação de Minas com os ensaios de resistência dos cartéis da indústria automobilística nacional quanto à implantação do parque de autopeças em Minas". O governador Aureliano Chaves foi mais além: "Nos insurgimos contra estas tentativas de criar reservas de mercado no país" — disse.

Nos dias seguintes, o "Estado de Minas" iniciou sua agressiva participação no caso publicando inúmeras matérias sobre a interferência de Vidigal, estudos de técnicos mineiros, levantamentos estatísticos de arrecadação de impostos e histórias antigas da disputa econômica entre Minas Gerais e São Paulo.

Como não poderia deixar de acontecer, a controvérsia sobre a Elcat foi ampliada e transformada numa "guerra" entre Estados. Hoje, cita-se como exemplo do imperialismo de São Paulo a situação da Krupp, cujas instalações em Betim (cidade satélite de Belo Horizonte, onde também está a Fiat e vai se instalar a Elcat) estão prontas para a fabricação de uma variada linha de equipamentos pesados, mas ainda não obtiveram licença de funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Industrial a não ser para as linhas de cimento e mineração. Isso porque — afir-

mam os técnicos mineiros — as indústrias paulistas Villares e Bardella não querem concorrer no setor. Os mesmos técnicos dizem que, sob certos aspectos, a Krupp está mais alinhada aos interesses nacionais que as duas empresas de São Paulo, pois ela não remetera seus lucros ao exterior a título de assistência técnica.

Como também não poderia deixar de acontecer, a guerra São Paulo x Minas assumiu inegáveis conotações político-eleitorais com a ameaça de se instituir uma CPI na Assembleia Legislativa mineira e com o governador Aureliano Chaves fazendo declarações do tipo "Não permitiremos que os imperialistas tolham nosso desenvolvimento" e "Minas tem vocação para a indústria de base".

Certamente Vidigal não imaginou que poderia ser envolvido por repercussões de tal envergadura e acabar apontado como verdugo de aspirações justas e notáveis. Seus esforços estavam dirigidos no sentido de manter as recriminadas reservas de mercado e evitar uma concorrência capaz de agravar a preocupadora situação da indústria automobilística de São Paulo. A entrada do governador Aureliano Chaves e dos deputados estaduais foi um fato não previsto. Tanto é que o Sindipeças lançou, na semana passada, um boletim oficial cujo único e explícito objetivo era corrigir algumas palavras na tentativa de minimizar o sentido da declaração inicial.

**Acreditando ter que arcar com custos sociais diminutos, o governo alterou os mecanismos da correção monetária minimizando um dos mais fortes argumentos dos empresários que reclamam contra a "estatização".**

## Correção Monetária

# Afastando as pressões

José Thibau

**A** campanha contra o suposto "furor estatizante" do governo brasileiro parece ter recebido um tiro certeiro na semana passada. Se ele não pode ser classificado como "de misericórdia", pelo menos teve as características daqueles que enfraquecem o alvo atingido. Na quinta-feira, perante a plateia formada por meia centena de empresários especialmente convidados para a ocasião, os três ministros da área econômica anunciaram uma mudança importantíssima em "um dos pilares do modelo econômico brasileiro": a correção monetária.

Os altos custos da correção monetária nos últimos tempos estavam sendo apontados pelos setores empresariais como fatores inibidores de novos investimentos necessários à expansão de suas atividades. E em função disso, racionavam eles, ficavam abertos "espaços vazios" que o Estado iria paulatinamente ocupando, deslocando a iniciativa privada de áreas que tradicionalmente lhes seriam reservadas.

Na verdade, a mudança introduzida foi muito simples, embora talvez não sejam tão

simples os efeitos que ela causará ao país. Tradicionalmente, o empresário pagava a correção monetária que incidia sobre os financiamentos que lhe eram concedidos pelo governo da seguinte forma: 20% ao ano e o excedente quando venisse o prazo de pagamento do financiamento. O que significava que se a cotação naquele ano correspondesse a 30%, o saldo dos 10% seria postergado para o vencimento. Esta porcentagem excedente, porém, ainda era taxada com nova correção, relativa ao período em que ela deixou de ser paga. Isto é: se esses 10% só fossem pagos depois de dois anos, eles seriam acrescidos da taxa de correção monetária relativa a esse período.

A nova fórmula apresenta como transitória e conjuntural pelo governo é a seguinte: o empresário pagará 20% relativos a correção do exercício e terá a diferença abatida do imposto sobre a renda bruta auferida por sua empresa. (1) Em outras palavras: ele simplesmente deixará de pagar o excedente, apenas transferido para o órgão financiador — geralmente o BNDE — uma parcela do imposto de renda

que obrigatoriamente teria que pagar. Evidentemente, a Secretaria da Receita Federal passará a receber menos imposto, cuja aplicação, teoricamente, deveria beneficiar a população do país.

Na prática, o novo sistema, para o empresário, corresponderia a uma correção fixa que independia da evolução da inflação. Mas, para o governo ele tanto pode nada significar como representar um grave prejuízo em termos de arrecadação. Como o ministro Simonsen fez questão de ressaltar na quinta-feira da semana passada ele significa "um risco calculado por parte do governo".

O sistema foi proposto a partir da convicção governamental de que a inflação tende a baixar daqui por diante. Nos últimos doze meses ela se manteve à taxa de 24%. Caso chegue no final deste e do próximo ano em torno dos 20% — como espera o ministro Simonsen — o governo não deixaria de arrecadar qualquer coisa. Se se mantiver nos 24%, pode-se até dizer que o dinheiro perdido também será pouco.

Os observadores mais atentos, porém, não concordam

com a tese governamental de diminuição da inflação. Pelo contrário, acreditam que sua tendência é aumentar e para isso se estribam nas inclemências naturais que assolaram o país nas últimas semanas: as geadas. Seus destruidores efeitos naturais também provocaram e provocarão efeitos multiplicadores na escalada de preços, fatalmente puxando a inflação para cima. Ora, se a inflação chegar aos 28%, aos 30%, anuais os empresários deixarão de pagar substanciais parcelas de seus financiamentos, que deixarão de engordar os cofres públicos. Ou seja, os investimentos empresariais passarão a ter um custo social bastante alto para a nação.

Quando o governo federal convidou a meia centena de empresários a irem a Brasília, a maioria deles manteve uma posição cautelosa, não querendo admitir a possibilidade de que o governo concedesse a modificação, uma velha reivindicação. Na verdade, acreditava-se que o governo optaria por outra medida, que não seria uma modificação: aumentaria o período de carência de pagamentos dos excedentes; estes

passariam a ser pagos quando o empreendimento financiado entrasse em funcionamento. O que já aliviaria as responsabilidades financeiras dos empresários, de acordo com seu próprio pensamento.

O governo federal parece ter percebido uma diminuição no ritmo de investimentos no setor de insumos básicos, fundamental para a balança de pagamentos do país: bens de capital, minerais não ferrosos, papel e outros.

A revogada de empresários para Brasília foi, inclusive, bastante representativa desses setores. E ao que tudo indica esse fator foi decisivo para a tomada da decisão final, contrariando posições anteriores: nos últimos tempos, o ministro Mario Simonsen cansou de dizer que a correção era intocável.

A modificação do sistema pode até ser interpretada como a "última oportunidade" dada pelo governo brasileiro para que os empresários façam os investimentos que o país necessita e que eles se dizem tão empenhados em fazer. Se a correção monetária era um empecilho — e deixava espaços

vazios perigosamente a disposição do Estado — o obstáculo foi removido. Nas entrelinhas dos discursos ministeriais não foi difícil perceber uma hipotética mensagem: não se fale mais que o governo é estatizante; se havia razões para queixas agora não há mais. Principalmente quando que o governo estará pagando os "juros" dos empresários. Fato que de forma nenhuma pode ser considerado "como falta de incentivo à iniciativa privada". Muito pelo contrário.

(1) Os setores beneficiados pela alteração foram os seguintes: indústria de bens de capital, siderúrgica, de fundição e de ferro-ligas, empresas de pesquisa de mineração e de metais não ferrosos, indústria de pasta mecânica, celulose e papel, química e petroquímica, de cimento, de fertilizantes. E, ainda a pequena e média empresa industrial ou comercial.

O decreto governamental ainda garante que se o montante do imposto devido pela pessoa jurídica não for bastante para observar todo o excesso de correção monetária a diferença constituirá crédito fiscal para utilização em exercícios seguintes.

## Consul Severo e os índios

"Estamos em guerra, os índios estão cercando o nosso forte". E como em caso de guerra talvez seja conveniente não perder tempo com as palavras, o ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, limitou-se a essa frase quando foi procurado por Movimento, na semana passada, para esclarecer a questão da compra da fábrica de geladeiras Consul pela companhia holandesa Phillips.

Por mais lacônica que seja a observação do ministro, ficou claro sua boa disposição de fazer do caso um exemplo para outras empresas brasileiras que se mostram complacentes com as investidas do capital e da tecnologia das multinacionais.

A transação Consul/Phillips foi realizada contra a opinião oficial. Sabendo das intenções da diretoria da empresa catariense, o BNDE (segundo o divulgado em nota oficial) teria inclusive se oferecido para buscar um sócio nacional que pudesse ajudar a manutenção da empresa em mãos de capitais brasileiros. A diretoria da firma, entretanto, preferiu vendê-la à Phillips com quem já manteve velhas relações comerciais.

Em entrevista concedida na semana passada a diversos jornais, o presidente da Consul, Wittich Freitag, relacionou os fatos que, na sua opinião, justificariam a decisão tomada:

- A Phillips ameaçava instalar uma fábrica de geladeiras no país;
  - A Consul precisava de mais capital para desenvolver tecnologia própria;
  - Os organismos oficiais de crédito tinham feito exigências muito grandes para conceder financiamentos à companhia. Entre elas, que os diretores da empresa concedessem aval à dívida assumida;
  - Os CIP — organismo controlador dos preços — estaria asfixiando a Consul ao impedir que esta elevasse o preço de seus produtos de acordo com os aumentos das matérias primas e mão-de-obra;
  - A correção monetária sobre os financiamentos internos é muito mais elevada que a correção cambial aplicada aos financiamentos externos de que se valem as empresas estrangeiras.
- A todos os jornalistas Freitag

perguntou patético: "Qual o crime que se está cometendo? Que se aponte onde ele está".

Para o Ministério da Indústria e Comércio, o "crime" é permitir que uma empresa beneficiada com empréstimos no valor de 14,4 milhões de cruzeiros pelo BNDE, líder do setor (a Consul detém 30% do mercado brasileiro de geladeiras Gelomatic, Frigidaire, Brastemp e GE) e um dos últimos redutos da indústria elétrica nacional passe para o controle de uma companhia estrangeira apenas por que seus diretores recusaram-se a aceitar um sócio brasileiro.

Freitag, entretanto, também tem suas razões. O CIP, por exemplo, nesse caso estaria fazendo exatamente o jogo da desnacionalização ao permitir que as concorrentes estrangeiras da Consul aumentassem seus preços enquanto a indústria brasileira era obrigada a mantê-los abaixo das reais necessidades. E também é inegável que a correção cambial é muito mais suave que a correção monetária. Nos últimos cinco anos, calcula-se que a correção de câmbio aumentou 64%, enquanto que a monetária aumentou 132%.

mesmas ações que tiveram uma supervalorização, sofreram uma queda acentuada nas cotações, artificialmente provocada pelos mesmos Fundos de Investimentos, agora interessados em que os fundos 157, administrados por eles mesmos, pudessem realizar suas compras a preços mais atraentes.

Os agentes intermediários dessas operações fictícias foram as sociedades corretoras que, há um mês, ficaram proibidas pelo Banco Central de operarem por conta própria, muito embora o venham fazendo ainda, através de suas distribuidoras de valores.

70% do movimento diário das Bolsas.

Essa valorização, na realidade, foi consequência de mais uma hábil manobra dos fundos mútuos de investimento, que forçaram a alta dos papéis de segunda linha, pertencentes à sua própria carteira de ações, com a finalidade de conseguir uma boa posição no mercado, nesta época do ano em que a maioria dos contribuintes do Imposto de Renda aplica uma parcela correspondente no fundo fiscal 157.

Como não seria difícil de se supor, passados os dois dias, as

## Fundos 157: jogo novo

Durante dois dias consecutivos, na semana passada, as ações denominadas de segunda linha, pertencentes às pequenas e médias empresas não tradicionais no mercado de capitais, passaram a figurar na relação dos papéis mais valorizados do preço das Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo.

Ao contrário do que muitos investidores chegaram a pensar, a súbita alta daquelas ações não refletia uma provável desconcentração de negócios sobre as "blue-chips", como Petrobrás, Banco do Brasil e outras que normalmente respondem por mais de

**SAIU!**

**O Bicho**

**CRUMB ENTRA EM GENA!!!**

**EXTRA! O DESEJO AMANHADO DE LUGAR!**

**O BICHO 5 E' PEGAR E NÃO LARGAR!**

# ELIMINANDO OS ODORES NATURAIS

**Já foram registrados casos de efeitos nocivos provocados pelos desodorantes íntimos. Mas os médicos pouco podem fazer porque os fabricantes não revelam a fórmula de composição do produto.**

No começo dos anos 60, a indústria norte-americana de cosméticos descobriu que podia ampliar sua lucrativa campanha contra os odores naturais do corpo humano, atingindo áreas muito além do sôvaco. Em 1966 estava pronto para ser lançado no mercado feminino, o "desodorante íntimo da mulher" — eufemismo para o desodorante genital. Em pouco tempo essa nova criação da sociedade de consumo faturava 60 milhões de dólares por ano, com 30 marcas diferentes e só caiu em vendas ligeiramente, porque muitas mulheres descobriram que o "desodorante íntimo" fazia mais mal do que bem. Outras mulheres, líderes dos movimentos de emancipação feminina, tentaram, sem muito sucesso, denunciar o desodorante íntimo como produto inútil e humilhante. "Ele cria a imagem de uma mulher

naturalmente suja e mal-cheirosa, necessitada de um produto que a mantivesse limpa e sexy", como disse a psiquiatra nova-iorquina Natalie Shainiss, perante uma comissão do Senado norte americano. Quatro anos depois do sucesso de vendas nos Estados Unidos, o "desodorante íntimo" chegou ao Brasil trazido pelas mesmas empresas e mesmos estratagemas de publicidade: "É claro que eu não da minha higiene íntima", diz por exemplo a propaganda do "Confidence" (de Abbott), acusando indiretamente a mulher que se recusa a comprar o produto como tendo mentalidade da idade das cavernas. Aos poucos, vendas discretas de porta em porta, ou anônimas em supermercados, especialmente nos estados do Norte e Nordeste, garantiram a implantação do produto no mercado. Hoje, há no Brasil mais de

uma dúzia de marcas, faturando cerca de 50 milhões de cruzeiros por ano. Enquanto isso, nos Estados Unidos, onde a história começou, são cada vez mais frequentes as denúncias de efeitos adversos do produto. É a respeitada publicação "The Medical Letter" que acusa o "desodorante íntimo" de ter menos eficácia, como artigo de higiene, do que um bom banho diário de água e sabão. A Food and Drug Administration (FDA), encarregada de fiscalizar medicamentos e alimentos nos Estados Unidos, vendo frustrada sua tentativa de forçar a classificação do produto como "medicamento" e não apenas como "cosmético", o que obrigaria ao exame prévio de seus ingredientes. Consequente, pelo menos, forçar os fabricantes a revelarem, a partir de março do ano que vem, quais as substâncias químicas que entram em cada "desodorante íntimo".

Também no Brasil os fabricantes negam-se a revelar a composição química dos desodorantes íntimos. "É o grande segredo", diz o gerente de um dos maiores fabricantes. E no Instituto Adolpho Lutz, encarregado de analisar as fórmulas de cada produto — que também aqui é aprovado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNFMF) como cosmético e não como medicamento — os funcionários recusam-se a revelar seus achados. Garantem, no entanto, que existe uma lista de ingredientes proibidos para a fabricação de "desodorantes íntimos", mas também não revelam quais são esses ingredientes. O mistério em torno dos ingredientes prejudica o trabalho de médicos ginecologistas, que também no Brasil já se defrontam com casos de mulheres sofrendo de irritação ou reações alérgicas, devido ao uso do "desodorante íntimo" (conforme verificado por Movimento junto a ginecologistas do Hospital das Clínicas e da Universidade de São Paulo). A única informação compulsória no Brasil (oriunda também da legislação da FDA), é que a que obriga o fabricante a dizer: "a aplicar a 15 cm de distância, não incinerar a lata, evitar inalação e proteger os olhos". Os fabricantes consultados por Movimento dizem desconhecer qualquer acusação contra o "desodorante íntimo" nos Estados Unidos e na Europa. No entanto, admitem que a legislação brasileira quanto a segurança dos desodorantes in-

timos é precária. "Se a legislação fosse adequada, haveria problemas para muitas marcas", diz o gerente de uma indústria que acredita ser o seu "desodorante íntimo" produzido cientificamente. Um produto inútil da sociedade de consumo Quase todas as mulheres saudáveis produzem secreções de odor moderado. Para essas basta água e sabão. Outros, no entanto, são provocados por doenças, algumas sérias, e sua eliminação implica na eliminação dos mecanismos de alerta da doença. Na ânsia de dissimular odores naturais, a mulher habituada ao "desodorante íntimo" acaba por perder um valioso mecanismo de alerta contra inflamações e até mesmo contra o nascimento de tumores. Os médicos norte-americanos estão convencidos de que a era do "desodorante íntimo" marcou também uma era de menos cuidado da mulher para com odores não usuais, que em outros tempos, logo as levariam ao consultório. O ginecologista canadense Bernard Davis já diagnosticou 30 casos de inflamação nos órgãos genitais femininos devido ao uso do "desodorante íntimo". Outro médico relatou à FDA 14 casos de queimaduras e coceiras também provocadas pelo spray. A Alberto-Culver, fabricante de uma das marcas mais vendidas, já sofreu dois processos por danos físicos provocados pelo seu desodorante íntimo

"FDS" incluindo o caso de uma garota de 14 anos, que sofreu uma grave inflamação. Informações da própria Alberto-Culver (fornecidas a um tribunal por ordem do juiz) mostraram que boa parte das mulheres que usaram o "FDS", queixaram-se de irritações, inflamações, infecções, dermatites, inchaços e até de queimaduras na mão. Também no Brasil, uma pesquisa de mercado feita por uma empresa, pelo menos, revelou a imagem de "produto que irrita" do desodorante íntimo. O inconveniente, do ponto de vista de marketing, sempre pode ser contornado e até transformado em fator positivo, com o uso de um slogan do tipo "não irrita e nem provoca alergias". O desodorante "íntimo", ao contrário do comum, não possui álcool, exatamente porque os fabricantes sabem que a região genital é muito sensível e o álcool pode irritar e provocar ardência. Mas possui um emoliente e um perfume, que podem ser constituídos de substâncias também irritantes. Alguns contêm ainda um bactericida, como era o caso do potencialmente perigoso hexaclorofeno. O mistério que os fabricantes fazem da composição de seus "desodorantes íntimos" vai acabar agora com a nova sistemática da FDA que revelará sua composição química deixando aberto um caminho para o veto àqueles produtos, ou substâncias consideradas nocivas. O que não vai conferir ao "desodorante íntimo" qualquer utilidade.

## Apartamentos

### O comprador enganado

Com você também pode acontecer de comprar um apartamento na planta e receber, muito tempo depois do prazo de entrega, um imóvel cujo acabamento está em desacordo com os contratos de compra e venda. Para quem você pode reclamar?

O prédio de número 92 da alameda Casa Branca, uma das ruas preferidas pela média burguesia paulistana, será habitado por profissionais liberais, comerciantes e pequenos industriais. Devido a isso, foi um pouco mais difícil a seus construtores e corretores desdobrar inúmeros pontos do contrato de compra e venda e, mesmo assim, entregar os apartamentos a seus contrariados novos proprietários. Estes são gente que conhece os seus direitos comerciais de forma suficientemente boa para reclamar, enquanto possível, das

manipulações a que foram sujeitos e que constituem um método empregado amplamente por muitas firmas da construção civil dedicadas a erguer edifícios de luxo ou casas populares. Aldo Crotti — um engenheiro de 29 anos — foi um dos reclamantes. Há dois anos ele decidiu comprar "na planta", um dos apartamentos do edifício que estava sendo construído pelo arquiteto Marcos Tomanik e vendido pela Roque & Seabra. Segundo seu depoimento, tanto o arquiteto como a firma corretora desfrutaram de bom conceito na praça. A pou-

pança facilitada e a garantia extra oferecida pelo Banco Nacional da Habitação financiador do imóvel (segundo manual editado pelo BNH, "quando uma construção é vendida através do Sistema Financeiro da Habitação existe muita gente fiscalizando, controlando e impedindo abusos") fizeram Crotti aceitar o negócio. Sem nenhuma dúvida, ele está arrependido. O prazo para entrega dos apartamentos está vencido desde agosto do ano passado. Ainda hoje, onze meses depois, "o prédio continua cheio de entulhos, o gás e os cabos telefô-

cos não foram ligados e não há condições de mudar para lá — diz Crotti — apesar da Prefeitura já ter concedido o "habite-se" sem o qual a construtora não poderia ter retirado do BNH o dinheiro de financiamento". Além disso, o "memorial descritivo", documento que estabelece como será o imóvel, qual tipo de acabamento vai receber, etc., assinado pela vendedora, foi ignorado em diversos pontos. "Faltam as portas de plástico nos box dos banheiros, a massa e "rida dos forros não foi colocada, não há inter-fones, o hall social e o de serviço não tem o prometido fechamento de vidro. Há portas e paredes empenadas, o forro está desnivelado, os ladrilhos quebrados, a pintura externa e interna do prédio apresenta manchas e falhas, enfim, muita coisa está em desacordo com o que foi vendido pelo corretor" — diz Crotti. Apesar disso tudo, há cerca de dois meses a Roque & Seabra comunicou que o edifício estava pronto para ser entregue (não está até hoje) e convocou o comprador para assinar o contrato junto ao agente financeiro do BNH, no caso a Caixa Econômica Federal. Crotti diz ter sido chamado às pressas por um "alarmante telefonema" informando-o que aquele era "o último dia para assinatura das escrituras". O engenheiro reclamou das condições insatisfatórias da obra e recebeu uma promessa: "O senhor assina e dentro de dez dias as irregularidades serão sanadas. Isso é normal nas construções. Mais tarde, o serviço mal feito ou incompleto é revisado". E Crotti assinou o contrato. A maioria dos compradores convocados com a mesma urgência também assinou. Um futuro morador, entretanto, preferiu consultar seu advogado e dele recebeu o conselho de só assinar quando o prédio estivesse pronto e de acordo com as especificações constantes do contrato. A corretora Roque & Seabra não aceitou a recusa pacificamente e pressionou o comprador. Este, redigiu uma "carta-reclamação", conforme

estabelece a lei e foi entregue-lhe pessoalmente ao delegado regional do BNH em São Paulo. Lá, porém, foi informado que o órgão não tinha poderes para tomar qualquer providência (O decreto 63182 reza que o BNH "se procede a queixa, promoverá medidas judiciais cabíveis para sustar, reprimir ou reparar abusos verificados") e aconselhou a assinar a escritura pois assim estaria em melhor condição para reivindicar seus direitos. O comprador também assinou e, seguindo as instruções do BNH, redigiu outra carta-reclamação, desta vez endereçada ao agente financeiro responsável (a Caixa Econômica Federal). Ao entregá-la, atônito, deparou com a seguinte observação de um funcionário responsável: "Mas se você assinou a escritura é por que estava de acordo com o que foi feito. Agora é tarde". Dirigindo-se aos responsáveis pela construção, esse e outros compradores também não conseguiram resolver a questão. Marcos Tomanik, o arquiteto, diz que não tem nada a ver com o caso. "Eu só tive prejuízos com esse prédio — afirmou. Procure a proprietária a senhora Gisela Gioiosa". A proprietária afirma que não tem nenhuma responsabilidade sobre a obra e a corretora Roque & Seabra também tem uma defesa: "Nada temos a ver com os defeitos e irregularidades na construção. Nós só vendemos os apartamentos". Não resta outra alternativa aos moradores senão mudar para o edifício e, na medida do possível, consertar por conta própria o que deve ser corrigido ou está incompleto.

de acordo com o que foi feito. Agora é tarde". Dirigindo-se aos responsáveis pela construção, esse e outros compradores também não conseguiram resolver a questão. Marcos Tomanik, o arquiteto, diz que não tem nada a ver com o caso. "Eu só tive prejuízos com esse prédio — afirmou. Procure a proprietária a senhora Gisela Gioiosa". A proprietária afirma que não tem nenhuma responsabilidade sobre a obra e a corretora Roque & Seabra também tem uma defesa: "Nada temos a ver com os defeitos e irregularidades na construção. Nós só vendemos os apartamentos". Não resta outra alternativa aos moradores senão mudar para o edifício e, na medida do possível, consertar por conta própria o que deve ser corrigido ou está incompleto.

### O farol do Chevette

O parafuso regulador deveria custar menos de dois cruzeiros mas, como não é vendido separadamente, se quebrar, a única saída é adquirir um jogo completo de faróis por 120 cruzeiros

Cearense de Crato mas eleito pela Arena de Goiás, o deputado federal Siqueira Campos, numa de suas costumeiras notas à imprensa, solicitou ao governo, na semana passada, "uma ação severa contra os que fraudam a economia popular através de vários expedientes escusos". E para ilustrar sua denúncia, citou um caso ocorrido com ele mesmo, no início do mês. Proprietário de um Chevette novo, com três meses de uso e menos de doze mil quilômetros rodados, o deputado notou um pequeno defeito nos faróis. Procurando um mecânico constatou a quebra de uma minúscula peça de plástico que cobre a cabeça do parafuso

regulador dos faróis. Ao procurar comprar outra peça idêntica numa loja especializada, constatou com surpresa que o parafuso de 1/4 de polegada de diâmetro por quatro centímetros de comprimento cujo preço não deveria exceder dois cruzeiros, não podia ser vendido separadamente. Ou ele comprava um conjunto completo de farol ou seu carro estava condenado a rodar com uma única luz. Em todas as outras casas do ramo que visitou obteve a mesma resposta e não houve outra saída senão adquirir por 120 cruzeiros, mais vinte cruzeiros de mão de obra, conjunto completo. "O farol substituído, com

quase meio quilo de peso, duas peças estanhadas e uma, o aro externo, niquelada, será tirado fora" — afirma o deputado perplexo com tamanho desperdício imposto pela indústria automobilística. "Isso é um crime contra a economia do país — diz. Precisa ser combatido com pesadas multas e até mesmo com a prisão de fabricantes e comerciantes inescrupulosos". Sem escrúpulos e espalhados pelos mais diversos setores é a conclusão que se pode tirar da nota de Siqueira Campos que afirma ainda: "Há falsificação na indústria de calçados, de roupa, de medicamentos, de alimentos, de adubos e defensivos agrícolas em todos os setores industriais do país".



**A** notícia de que fora deposto parece não ter causado surpresa ao general Yakubu Gowon. De certo modo ele pareceu aliviado por não estar em Lagos, capital da Nigéria, no momento em que se deu o golpe: nos dois golpes de Estado anteriores os presidentes haviam sido sequestrados e assassinados. Em Kampala, Uganda, onde Gowon se encontrava assistindo a 12ª reunião da Organização da Unidade Africana outros líderes se sentiram mais intralhos que o próprio presidente deposto: 15 dos 20 chefes de Estado presentes à reunião haviam chegado ao poder, como Gowon, depois de um golpe de Estado, e, para esses presidentes, se apresentar da capital soa aos inimigos como um convite ao golpe. Felizmente a reunião já estava próxima do fim e a quota média anual de golpes nos estados africanos também estava preenchida: nos últimos doze anos ocorreram na África 29 golpes, o que daria pouco mais de 2 golpes por ano. Como a queda de Gowon foi o terceiro incidente desse tipo na África neste ano, os outros líderes poderiam pensar que pelo menos estatisticamente não deveriam ser derrubados este ano.

A queda de Gowon tomou ares ainda mais rotineiros quando este anunciou que já tinha conhecimento prévio do golpe. De fato, dias antes, apesar dos veementes desmentidos do principal golpista, o coronel Joseph Garba, chefe da guarda palaciana, Gowon pedia que o golpe fosse sem derramamento de sangue. Mandou sua família para Londres e foi para Kampala. Quando recebeu a notícia desestimulou qualquer resistência, colocando-se à disposição do novo governo para exercer a tarefa que lhe fosse indicada. O que provavelmente não é uma proposta absurda: o novo presidente, general Murtala Rufai Mohamed não se distingue ideologicamente de Gowon. E, por pertencer a uma etnia minoritária, dos Angas, Gowon oferece pouca ameaça

às outras grandes tribos que disputam o poder.

Foi justamente em torno de conflitos entre essas três tribos principais, auxiliadas por agentes externos interessados no petróleo nigeriano, que se desenrolou a história recente da Nigéria, desde a sua independência da Inglaterra em 1960. O poder agora parece ter voltado a uma facção, aos Hausas, do norte, por intermédio do novo presidente Murtala Mohamed. Com isso, segundo alguns analistas, há um recuo nos propósitos anteriores de dar ao país um governo nacional sem favorecimentos tribais, o que já causou, depois de 1966 a sangrenta guerra civil separatista de Biafra. Com Gowon no poder, sendo ele de uma etnia minoritária, evitava-se o predomínio no governo de qualquer uma das três etnias principais, independentes e rivais desde a Idade Média.

Nessas disputas uma das três tribos tem permanecido mais à parte. Os Iorubas, situados a oeste, estão na parte mais desenvolvida do país. Os principais conflitos têm ocorrido entre as duas outras tribos, os Hausas do norte, que tiveram o primeiro governo depois da independência, e os Ibos do leste, que depuseram o primeiro presidente nortista, Tafawa Balewa e colocaram em seu lugar Aguiyi Honsi. Com Honsi, os Ibos ficaram apenas 6 meses no governo e quando Yakubu Gowon subiu ao poder houve uma massacre de Ibos (mais de 30 mil foram mortos) e iniciou-se a guerra civil. Os Ibos, comandados pelo coronel Ojukwu proclamaram a independência da Nigéria Oriental (Biafra) e seguiu-se uma sangrenta guerra civil que matou milhões de pessoas pela violência e pela fome. Os separatistas foram derrotados em 1970 e só não houve vingança maior do norte contra o leste porque Gowon interferiu e iniciou a aplicação de um plano de pacificação nacional.

#### O outro lado do golpe

Mas as heranças da guerra civil eram muito pesadas. Ape-

## O MUNDO MUDANÇA DE GUARDA

**Gowon, o presidente deposto da Nigéria, já sabia que sua guarda palaciana ia dar um golpe. E não protestou. O novo presidente Murtala Mohamed não tem nada de pessoal ou ideológico contra Gowon. Porque o golpe?**

sar da riqueza do país (7º produtor mundial de petróleo) a fome ainda era a maior ameaça. A administração de Gowon acabou não conseguindo sepultar as diferenças tribais e a nova riqueza do petróleo veio trazer-lhe mais problemas ainda. A corrupção tornou-se incontornável; os estudantes, altamente politizados, e os sindicatos começaram a pressionar: a inflação atingiu 20%, e a agricultura cresceu apenas 2%.

Nessa situação, pareceu a Gowon imprudente devolver o poder aos civis, como ela havia prometido fazer em 1976. Novas agitações surgiram causadas pela quebra da promessa, o que teria sido uma das razões principais da derrubada de Gowon. Os golpistas acusam ainda Gowon de ter sido impotente para combater a corrupção, de ser negligente com os negócios do Estado e não ter autoridade para conter a indisciplina.

Uma das principais causas da insatisfação parece ter sido a divisão nacional dos lucros com o petróleo. O descontentamento já havia se iniciado na época em que foi feito o recenseamento, que determinaria a distribuição de recursos segundo

as densidades populacionais. Os protestos contra supostas alterações nas estatísticas demográficas foi tão vivo como as contestações que se fazem em outros países em caso de fraude eleitoral. Gowon pretendia, baseado no censo, corrigir sérias distorções na distribuição da riqueza (7% da população recebia 40% de riqueza nacional). E num país sem infraestruturas nacionais — como a maioria dos países africanos — o problema regional passa a ser um parâmetro fundamental.

Mas mesmo assim detetam-se motivos mais políticos que tribais para o golpe. As agitações operárias e estudantis que antecederam nos últimos meses parecem não ter agradado a nenhuma das autoridades conservadoras e militares, quaisquer que fossem suas origens étnicas. Isso explica, talvez, a ausência de uma reação militar que certamente ocorreria se as causas do golpe fossem puramente tribais. Depois de manter os salários dos funcionários públicos congelados por mais de dois anos, Gowon anunciou aumentos salariais de até 130%. Os funcionários das áreas não



governamentais começaram também a exigir aumentos com greves, apesar de serem proibidas por lei. A essa agitação juntaram-se os estudantes, protestando contra a quebra de promessa de Gowon em devolver o poder aos civis em 1976 e pedindo uma distribuição popular dos lucros do petróleo. Espera-se, assim, que o balanço final das mudanças ocorridas com o golpe seja desfavorável

aos trabalhadores, estudantes e à imprensa, a mais livre da África. Apesar do novo presidente ser um hausa nortista, os Ibos do leste não se revoltarão desde que não sejam prejudicados na distribuição regional das riquezas do petróleo (que se encontra em suas terras, no leste). E Gowon, quem sabe, talvez até volte à Nigéria. Afinal, ele foi acusado apenas de negligência.

### Itália

## Os pecados da democracia cristã

**O Partido Demócrata Cristão da Itália começa a expiação de seus erros. Um dos pecados do ex-secretário geral do PDC, Amilore Fanfani: muito anticomunista.**

Sérgio Sister

**A** maioria dos dirigentes da Democracia Cristã italiana — no poder há quase 30 anos — resolveu dar um basta nas sucessivas derrotas eleitorais que o Partido vem sofrendo nos últimos onze anos. A recente vitória comunista nas principais províncias e cidades do país levou o Conselho Nacional do PDC a afastar, por 103 votos contra 69, o secretário-geral Amilore Fanfani, substituindo-o por Benigno Zaccagnini, um moderado que, segundo seus pares, seria capaz de reunificar o partido.

A corrente direitista da DC, liderada por Fanfani, é responsabilizada pelas derrotas porque, ao invés de enfrentar a crise econômica e moral (principalmente a corrupção) que envolve o país, preferiu acentuar, antes de mais nada, seu profundo anti-comunismo, evitando qualquer contato com o PCI, que é a segunda força política da Itália. Fanfani, apoiado pelos setores mais conservadores da Igreja (os jornais L'Observatore Romano e L'Osservatore Della Domenica são seus fiéis adeptos) e pelos grandes banqueiros e industriais, confessa a sua hostilidade até o seu muitas vezes aliado Partido Socialista. Numa entrevista recente disse que "não teremos

mais paciência com o PSI: já tivemos o bastante". Foi ainda Fanfani que insistiu na campanha anti-divorcista do ano passado, que acabou desprestigiando ainda mais a DC. Para ele, a última derrota eleitoral deveu-se à "traição" de certas áreas do Clero, e à influência da imprensa "infectada de comunistas". Acha que, nas próximas eleições (em 1977) o avanço dos comunistas vai ser barrado "pelo arrependimento dos eleitores", que se darão conta do erro que cometeram.

Quem, no entanto, está dando as cartas no PDC agora, é um grupo que se auto-denomina "Iniciativa Popular", que conta com 34, % das cadeiras do Conselho Nacional, e que tem as simpatias de Mariano Rumor e do atual primeiro-ministro Aldo Moro. Admite um diálogo (mas não um acordo) com o PCI que, embora não tenha dado provas suficientes de fidelidade à democracia (palavras de Aldo Moro), deve ser analisado como uma tendência para a qual se inclinam os italianos. Propõe reencontrar o "espírito popular" do partido, "evitando o risco de limitar-se a administrar interesses conservadores, e de assumir a arrogância do poder". Essa corrente pretende a formação de uma coalizão de centro-

esquerda, dando mais peso ao PSI. Fala genericamente de "reformas, progresso e justiça social".

O chamado "Compromisso Democrático", de Giulio Andreotti e Emilio Colombo (ex-ministros do Orçamento e do Tesouro), é outra facção da Democracia Cristã (tem 16,5% das cadeiras do Conselho). Sua proposta: "repór o PDC em seu caminho de partido de integração de classes", mudando seus métodos (não explicita quais são as reformas necessárias). Finalmente, à esquerda do partido, encontram-se os movimentos "Bases", "Forças Novas" e "Cristãos para o Socialismo", ainda numericamente muito pequenos dentro do partido, mas que tiveram importante influência na destituição de Fanfani. São abertamente favoráveis a um Acordo com o PCI, a exemplo do que já fazem os socialistas em diversos governos municipais, provinciais e locais. São os principais defensores do "Compromisso Histórico" pregado pelos comunistas, dentro do partido do Papa.

Ninguém sabe ainda, com certeza, como é que a Democracia Cristã vai se reestruturar. E mais do que isso: como é que ele vai conseguir se recolocar "em seu caminho de partido de integração de classe"?

Quando a crise econômica italiana se avolumou (para este ano, prevê-se uma queda de 2% na produção do país), o desemprego ganhou proporções desconhecidas desde a Segunda Guerra (atualmente, mais de um milhão de desempregados e 600 mil desempregados parciais, que trabalham menos de 33 horas por semana), e o fascismo voltou a carga, a DC respondeu fracamente à situação, propondo austeridade no lugar de investimentos. Além disso, envolveu-se em escândalos de corrupção nos negócios de petróleo, e no próprio Banco da Itália. Enfim, não tinha nenhum plano para a recuperação econômica, e temia uma maior intervenção estatal na economia, para não prejudicar os grandes capitais.

Nesse universo de caos econômico e de corrupção, aparência o PCI com seu "Compromisso Histórico", convidando a Democracia Cristã a reassumir seu papel de partido de classe média para participar de um plano comum político, social e moral para a recuperação do país. Propunha investimentos maciços nas obras públicas e na construção civil, para garantir o emprego, além de outros incentivos às indústrias produtivas; a construção de casas populares, racionalização dos

transportes e mais escolas; a modernização técnica da agricultura, com incentivos aos pequenos e médios produtores; redistribuição da carga tributária, com mais impostos para os ricos, e menos para as "classes menos favorecidas". Além disso, pregava uma ação comum anti-fascista, e a limpeza moral dos organismos estatais. O PCI garantia ainda que seu amor pelo pluralismo partidário é estratégico, e não apenas tático, e que são sinceros os seus propósitos de transformar o partido comunista numa espécie de partido de todo o povo.

Antes das eleições de 15 de junho, o PCI sugeriu o "Compromisso" reconhecendo na DC a porta-voz da pequena burguesia, com a qual seu partido queria se aliar. Mas a direita de PDC não quis, e até há poucos dias, continuava não querendo compromisso nenhum. Acontece, porém, que nas últimas eleições, o "Compromisso Histórico" acabou se efetivando, mesmo sem a mediação dos democratas-cristãos: ele se fez, diretamente, entre comunistas e setores das classes médias. Intelectuais e artistas (como Mariangela Melato, o escritor Leonardo Sciascia, o jornalista Arrigo Benedetti, de grande influência

popular) que nunca votaram nos comunistas, deram seu voto, desta vez, ao PC. Sérgio Segres, dirigente do PCI citado pelo Time, conta que numa tournée pelo país, o que mais chamou a sua atenção, foi a receptividade encontrada na classe MÉDIA: "Em Areá, tivemos um comício numa espécie de Camara do Comércio, um tipo de Rotary Clube, onde se encontravam profissionais de todo gênero, pequenos negociantes, e mesmo um industrial". Na Toscana, foi notório o apoio de pequenos e médios empresários aos comunistas, que foram os seus defensores, quando não conseguiram dinheiro nos bancos. É curioso notar que em certos quarteirões luxuosos de Roma, Turim e Milão, houve um acentuado aumento nos votos do PC, e até um abade (Giovanni Franzoni) confessou ter votado em comunistas, pelo que pedia "perdão ao papa e aos bispos".

Mesmo com esse compromisso direto com as classes médias, o PC continua preferindo a mediação do PDC. E as diversas correntes da democracia cristã estão exatamente tratando de ver se o compromisso é seu caminho inevitável, ou se podem fazer pequenas reformas internas para recuperar o terreno perdido.

**O fim de uma tradição turca?**

Aparentemente passaram-se os tempos em que James Bond flertava com espãs soviéticas da "cortina de ferro" no palco turco. No último dia 26, o governo da Turquia proibiu todas as atividades militares americanas em seu território, interrompendo longa tradição, como ponta de lança da espionagem ocidental na União Soviética. O motivo alegado é o embargo de armamentos feito pelo congresso dos EUA, em represália ao uso de armas americanas na invasão de Chipre em 1974. As armas, porém, podem ser fornecidas por outros aliados da OTAN. Efetivamente, trata-se de uma série ameaça ao poderio norte-americano no mediterrâneo oriental. A OTAN, após o desligamento da França e da Grécia, ainda pode contar, além da Itália, com as instalações da Turquia, que não rompeu o Pacto Atlântico. A sexta frota americana, porém, fica sem bases dada a situação política em Portugal e na Itália, e o veto grego a todos as instalações militares não indispensáveis à segurança nacional.

Embora o tratado turco-americano de defesa seja de 1969, data de 1947 a presença americana na Turquia, que, como a Grécia, era considerada vital pela doutrina Truman como obstáculo à expansão comunista. Como cordão sanitário do Ocidente, os dois países foram admitidos na OTAN em 1952. Das 26 bases em território turco, incluindo duas na

parte ocupada de Chipre, apenas uma, com quase metade dos 7000 militares americanos, tem potencial ofensivo - uma esquadilha de caças - bombardeiro F-4, com armamento nuclear, considerada vital à segurança nacional. Esta base continuará a serviço da OTAN, ocupada por tropas turcas. As outras são centros de espionagem e são, segundo o ministério da defesa americano, responsáveis por 25% da capacidade de detectar ataques soviéticos. Dali decolou Gary Powers em seu avião espião U-2, antes de ser abatido em 1960 e os 30 mil americanos na fronteira turco-soviética em 1962 foram fatores decisivos contra Kruchev, na Crise de Mísseis em Cuba. Além disto, as bases dos Dardanelos controlam o estreito de Bósforo, única saída do Mar Negro, sede da frota mediterrânea soviética. Por ali passam todos os armamentos soviéticos destinados aos árabes. Além disto, as bases aéreas na Turquia eram as únicas para uma interferência americana no conflito do Oriente Médio. A própria sexta frota terá como alternativa agora apenas uma possível base em Haifa.

O governo americano, no entanto, não considera ainda a perda como definitiva e iniciou na semana passada um forte movimento de pressão sobre o Congresso, para que este volte atrás na decisão de não vender armas aos turcos, recuperando assim as estratégicas bases para a segurança do Ocidente.



**Espiões alucinados.**

Todos os gurus, hippies, místicos e adeptos do misterioso Castanheda, pessoas que procuram nos alucinógenos um capinho para obter visões e conhecimentos do transcendental, devem ter no mínimo se assustado depois que a imprensa americana descobriu o programa secreto da CIA de utilização de drogas classificadas numa nova categoria dos "super-alucinógenos". Embora as experiências da CIA com LSD e drogas mais poderosas se destinem a objetivos não muito transcendentes, as revelações vem mostrar quem nem os hippies foram os pioneiros no uso da droga (A CIA faz experiências desde 1956), nem seus adeptos mais entusiasmados. Milhares de cobaias (quase 7 mil) têm testado nos últimos vinte anos os mais exóticos tipos de drogas, que eventualmente pode-

riam ser usadas na guerra com o objetivo de lançar o caos alucinatório nas fileiras dos exércitos adversários.

Reafirmando seu pioneirismo no ramo, a CIA revelou na semana passada que esteve testando uma droga, BZ, abreviação de 3-quinuclidinil benzilado, que provoca alucinações durante 80 horas contínuas (o LSD tem efeito por 8 horas) seguidas de total amnésia e os efeitos ainda se estendem por semanas. Como as doses necessárias são muito menores que as exigidas pelo LSD (o LSD atua em doses de 20 microgramas), a CIA pensava em lançar o BZ nos reservatórios de água do inimigo, plano aparentemente baseado na profunda sabedoria de que um exército muito louco prefere a paz, o amor e as flores em lugar da guerra.

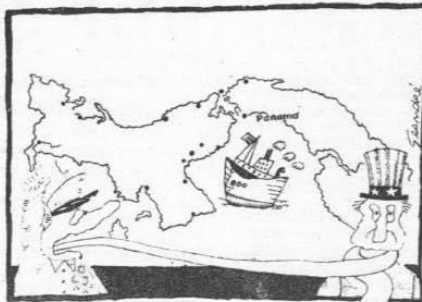
Kukrit e Marcos, na próxima reunião da Seato — aliás, deve coincidir com a inauguração da Assembleia Geral das Nações Unidas — provavelmente, não vão lembrar dessas coisas desagradáveis aos ouvidos norte-

Qualquer estudante panamenho sabe quais são as divergências entre o seu país e os Estados Unidos, nas negociações sobre o Canal de Panamá. Não foi nenhum jornalista bem informado e bem indiscreto quem publicou os segredos. O próprio presidente, General Omar Torrijos encarregou-se de divulgar essas divergências a todos os líderes estudantes de seu país, provocando vivo descontentamento nos meios oficiais norte-americanos.

As divergências: Washington quer seis vezes mais terras para defesa, do que o Panamá está disposto a conceder; quer três vezes mais terras para operações do Canal, do que Torrijos se dispõe a aceitar; quer um tratado válido por 50 anos, e o Panamá não aceita um acordo que dure mais de 25 anos.

Além disso, para defender a sua soberania, os panamenhos querem a eliminação de 11 das 14 bases norte-americanas instaladas no país (as três últimas, seriam desmontadas gradualmente) e querem também um

**Panamá: a indiscrição do general**



substancial aumento no aluguel no canal: 44 milhões de dólares anuais em lugar dos 2,3 milhões pagos pelos Estados Unidos.

Porque Omar Torrijos divulgou as divergências, rompendo

os segredos das negociações diplomáticas? O general se justifica, dizendo que os americanos violaram o acordo secreto, abrindo informações para o Congresso, o Pentágono e até

para civis residentes na Zona do Canal.

Um porta-voz do Departamento de Estado apressou-se em dizer que "isso não aconteceu, em absoluto", confirmando, no entanto — ao jornal Miami Herald — que o Departamento fora consultado pelo Congresso.

A verdade é que o diplomata Ellsworth Bunker, que representa os EUA nas negociações, não aparece no Panamá há mais de 4 meses (antes, ele ia de seis em seis semanas). E os observadores estão relacionando a "quebra de segredo" de Torrijos com a lentidão com que se processam as negociações. Para analistas norte-americanos, trata-se de uma resposta às pressões domésticas ante a falta de progressos nas discussões: alguns oficiais panamenhos insinuaram, recentemente, que a violência não pode ser descartada, se não for alcançada uma solução dentro de um espaço de tempo razoável.

**Fim do museu da guerra-fria.**

Dos países membros da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Seato), só a Tailândia e as Filipinas são, efetivamente, nações do Sudeste Asiático. O resto (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia) só está ali para manifestar a solidariedade anti-comunista que inspirou a fundação do organismo, em 1954. Acontece, porém, que são justamente esses dois países que propõem, agora, o encerramento das atividades da Seato.

Kukrit Pramoj e Ferdinando Marcos, respectivamente chefes de estado da Tailândia e das Filipinas, assinaram um comunicado conjunto em que sugerem o fim da organização, a fim de que possam se adaptar "às novas realidades da região". Essas novas realidades implicam numa acomodação amistosa nas relações com a Nova Indochina (nascida da derrota norte-americana) e com a China ("renascida" para o Ocidente, depois da visita de Nixon a Pequim). Persistindo na ideia de um tratado de defesa, as novas nações veriam na Tailândia e nas Filipinas, uma espécie de museu da Guerra Fria e uma ameaça permanente a nova realidade (pro-socialista).

Quando foi criada pelo então chefe do Departamento norte-americano de Estado, John Foster Dulles, a Seato (enriquecida na época pela presença da França e do Paquistão) tinha como missão fundamental, conter a subversão e a agressão potencial da "China Vermelha", e, acima de tudo, evitar o avanço comunista no Vietnã do Sul, no Laos e no Camboja. Era o resultado prático do Pacto de Manila (1954), um pacto de amizade que abria as bases francesas da região aos Estados Unidos e que deu os argumentos de que Lindon Johnson precisava, em meados da década de 60, para o envio de meio milhão de soldados americanos ao Vietnã. Hoje, comenta o jornalista Murry Marder, do "The Washington Post", ninguém arrisca dizer que a Seato serviu a seus propósitos de maneira louvável. Não só os movimentos de libertação nacional foram vitoriosos no Vietnã, Laos e Camboja, como a China (atualmente reconhecida como República Popular da China e não mais a "China Vermelha") não chegou a agredir nem mesmo a Formosa de Chian Cai Chek. Isso tudo, sem contar com duas importantes "deserções", a da França e a do Paquistão.

Kukrit e Marcos, na próxima reunião da Seato — aliás, deve coincidir com a inauguração da Assembleia Geral das Nações Unidas — provavelmente, não vão lembrar dessas coisas desagradáveis aos ouvidos norte-

americanos: Sua linha deve seguir as palavras de ordem da "distensão" e do progresso econômico. Vão pedir o fim da Seato e a declaração do caráter temporário das bases militares americanas instaladas em seus territórios. Mas vão insistir, também, no fortalecimento da recém-criada Associação das Nações do Sudoeste Asiático (Tailândia, Filipinas, Singapura, Indonésia e Malásia), "que tornou-se uma sólida fundação para a cooperação construtiva da região", segundo o comunicado conjunto. Essa associação vai procurar atrair, num futuro próximo, até mesmo os Vietnãs, o Laos e o Camboja.

Vai prevalecer uma linha de prudência para não provocar a ira norte-americana. Um porta-voz de Bangkok, Koson Sinthawan, disse mesmo que, apesar do encerramento da Seato, "não há necessidade de dissolver o Pacto de Manila". O próprio Ferdinando Marcos evita falar numa desocupação acelerada das bases militares.

Mas será que esses temores se justificam? Estariam os EUA dispostos a manter suas posições a qualquer preço?

Ainda de acordo com Murry Marder, o anacronismo da Seato já era reconhecido pelo senado americano em 1971, por ocasião da "abertura da China". E verdade, diz uma fonte do Departamento de Estado, que os EUA acham necessária a continuação do organismo, principalmente porque ela garante os laços da Tailândia e das Filipinas a Washington. Mas, por outro lado, — diz a mesma fonte — "nos sabemos do despropósito do Pacto de Manila".

Um outro funcionário do Departamento de Estado confidenciou: "Nos não travaremos uma batalha de morte em defesa da Seato. Ela nunca chegou a ter o significado e a função da OTAN. Foi só o quartel-general dos primeiros dias da guerra fria, quando fez parte da teia de alianças para conter o que era visto como o monolitismo sino-soviético".

Um dato importante: as forças norte-americanas acantonadas em Bangkok (quartel-general da Seato) foram sensivelmente reduzidas depois da derrota na Indochina. Grande parte dos funcionários foi desviada de funções militares para programas de ação civil. Falta pouco para desmontar a Organização do Tratado do Sudeste Asiático; e esse, pouco, comenta outra voz do Departamento de Estado, é até interessante para várias nações (cita explicitamente a China) como contrapeso à influência soviética na região.



**Julgamento à grega**

Destá vez não se trata de um Filme de Costa Gavras. São os verdadeiros mandantes do assassinato do deputado "Z" que estão em julgamento. Em Atenas iniciou-se na semana passada o julgamento dos cabeças do regime grego que se instalara no poder pelo golpe de Estado de 21 de abril de 1967. Os militares gregos não resistiram à crise cipriota do ano passado e tiveram de entregar o poder a políticos civis, tendo à testa o atual primeiro ministro Constantino Caramanlis.

Assim, estão sendo julgados por um governo civil 20 integrantes do governo anterior, já devidamente afastados das Forças Armadas e que haviam conduzido mais de 2200 pessoas perante os tribunais militares. Entre os acusados, que poderão ser condenados à morte, o principal é o ex-coronel George Papadopoulos, que chegou a ocupar e por vezes acumular, os cargos de premier, presidente da República, chanceler e ministro da defesa. Seus auxiliares mais diretos durante os 7 anos de governo eram o ministro da Fazenda, ex-coronel Nikolas Makarezos e o vice-primeiro-ministro, ex-general Stylianos Patakos. As acusações de tortura a presos políticos caem principalmente sobre o ex-coronel Theodoros Theofiloyannakos, chefe de investigações da polícia militar, e o ex-general Dimitrios Ioannides, contato da Cia, que, de colaborador, contribuiu depois

para derrubar o ex-ditador, até desmoronar junto com o regime, em julho de 1974.

Não deixa de ser um pouco cômico que, apesar de todas as atrocidades cometidas (8 mil presos políticos já nos primeiros dias após o golpe), da corrupção econômica, da violação dos direitos civis, os ex-militares estão sendo julgados por traição, por terem derrubado o regime com um golpe de Estado, quando sua função como oficiais era a defesa e preservação da democracia. Ainda mais quando se sabe que o regime anterior era a monarquia do rei Constantino, cujo primeiro ministro foi arrolado entre as 65 testemunhas de acusação, junto com líderes da oposição, como Georges Mavros e Andreas Papandreu. Os golpistas alegam em sua defesa que estavam a serviço da democracia, prevenindo um golpe de Estado comunista, que teria ameaçado a Grécia em 1967.

Após o primeiro dia de julgamento, a defesa se retirou alegando que a Corte já havia de antemão optado pela condenação dos réus, aguardando apenas para dar à sentença. Esta no entanto, deverá ser muito bem pensada, em vista da influência que terá sobre o comportamento futuro dos oficiais, ainda não totalmente recuperados dos golpes que vem sofrendo desde o ano passado.

A imprensa norte-americana tratou do relatório da Comissão Rockefeller como se ele fosse uma investigação séria sobre esta sinistra organização. O relatório continha um número suficiente de revelações sensacionais para validar essa interpretação: entre outras descobertas, a violação do sigilo postal, em clara violação às garantias constitucionais de privacidade, o assassinato de pelo menos um de seus próprios agentes, que ingeriu LSD sem ter conhecimento do fato, o confinamento por três anos, sem acusação formal, de um desertor suspeito de ser agente duplo. Finalmente, a confirmação da acusação que motivou a constituição da Comissão Rockefeller: a Cia espionou extensivamente cidadãos norte-americanos numa tentativa de prejudicar a oposição à intervenção no Vietnã. Ainda mais surpreendente, o Departamento de Justiça abdicou durante 20 anos de sua obrigação legal de processar funcionários públicos por procedimento ilegal. Por um acordo secreto, o Secretário da Justiça transferiu esta responsabilidade ao diretor da CIA e, como resultado, nenhum agente jamais foi a um tribunal.

Cidadãos de outros países devem estar espantados com a tranquilidade com que se admitiu — completamente à margem das preocupações da Comissão, que considerava legítimas tais atividades — que a CIA mantinha arquivos com nomes de 7 milhões de pessoas em todo mundo e que nos Estados Unidos existam 50 mil pessoas e organizações que forneceram, sem serem solicitadas, livres informações referentes aos seus contactos estrangeiros (a questão mais fascinante — se a CIA matou Kennedy — foi deixada de lado pelos comitês de investigação do Congresso, depois de uma discussão mau conduzida e superficial). De certo modo, a confirmação da maioria das acusações sobre as malfetorias domésticas internas da CIA desarmou os críticos que esperavam um encobrimento, acobertamento, como aconteceu em Watergate. A comissão não forneceu o nome canalha, nem recomendou abertura de processos, mas pediu um novo comitê supervisor do Congresso e também uma maior controle por um conselho consultivo presidencial permanente. A ramificação de certas revelações menos importantes, como a morte do agente intoxicado por LSD, forneceu amplo material de interesse humano para a revista Time e seus competidores.

No entanto, o relatório, lido com mais cuidado e com alguma perspectiva, não tem nada a ver com o fato de submeter a CIA a justiça ou restaurar a legalidade. A aceitação de seu conteúdo fará, na realidade, avançar mais ainda a imposição de um Estado autoritário nos Estados Unidos.

A Comissão foi excessivamente cuidadosa em tranquilizar a coletividade. afirmou que as ilegalidades não são numerosas, que foram passos errados além de uma fronteira difícil de se definir; e acima de tudo, estas atividades eram bem intencionadas e o resultado de uma enorme provocação. A Comissão afirmou enfaticamente a necessidade de se preservar a CIA, oferecendo nada mais do que a competição da guerra fria como justificativa. Ela, sutilmente, iguala as ações da KGB com os protestos de norte-americanos contrários a uma agressão imperialista, ao fazer alusões a "inimigos internos e externos". A suposta necessidade de se manter a ordem interna fornece uma espécie de pretexto sem limites para a repressão numa escalada que atinge a dimensão de verdadeiro desafio à autoridade do Estado e aos próprios cidadãos. Ainda mais chocante, a Comissão ignorou completamente a principal atividade da CIA. Afirma repetidamente que se trata de uma agência que coleta informações. Apenas uma nota de pé de página, acrescentada devido à insistência de um único membro da Comissão, fornece a chave essencial para o alvoroço em torno das atividades internas da CIA: "considerações morais e legais nem sempre são levadas em conta" nas ações ocultas. Isto equivale a dizer que a CIA é uma organização subversiva; ela derruba governos, pelo mundo afora e, de volta ao lar tem o potencial para passar por cima da Constituição.

A Comissão definiu o seu regimento interno da maneira mais limitada possível. As ordens do presidente Ford eram para se avaliar "quaisquer fatos" relativos às atividades da CIA nos Estados Unidos. Em vez disso, a Comissão investigou apenas as alegações que já haviam sido impressas no "New York Times" relativas à espionagem doméstica. Não há nada no relatório sobre as ligações da agência com o submundo do crime, uso de informações secretas para influenciar a opinião pública norte-americana em benefício próprio, apoio ao PPD (2) em Porto Rico e a supressão do movimento para a independência daquela colônia americana, sua influência sobre grupos de imigrantes nos EUA e ao significado de tal influência para políticos norte americanos. Na esteira das revelações da revista *Ramparts*, em 1967, foi descoberto que centenas de organizações privadas agiam como fachada para a CIA no estrangeiro. É absurdo imaginar que estes fatos não tiveram impacto na política interna e muitos deles continuam, como o uso de homens de negócios, estudantes e jornalistas como agentes para coletar informações. O grau de envolvimento da CIA com a política interna está tão disperso que foi comentada a dificuldade do presidente Ford em encontrar figuras públicas para formar a Comissão, pois quase todos já haviam servido à agência uma vez ou outra.

**A luta entre o Establishment e os presidentes populistas**

Algumas das omissões no relato da Comissão são tão evidentes que ela mais parece estar em conluio com a

# Uma autocrítica da CIA

(assassinatos, violações dos direitos civis, violações da soberania de outros países, etc)

## Para que serve?

(para evitar os delírios de poder da arraia miúda, como Nixon, ou para restituir o poder às "elites familiares", ou para criar um monstro ainda mais fantástico?)



Warren Dean

agência ao invés de estar investigando. As companhias que são "propriedades" da Agência, diz a Comissão, foram na maioria vendidas ou são insignificantes em tamanho. Entretanto, um misterioso Mr. Bird, cuja identidade nenhum reporter norte-americano parece ser capaz de descobrir, é "proprietário" de uma linha área que despachava armas para Pnon Penh nos últimos meses do conflito no Camboja. Nos EUA, para tomar outro exemplo, Anderson Security Consultants assessora as empresas privadas como lidar com segredos industriais e sobre a espionagem industrial.

Difícilmente se poderia esperar que a Comissão, presidida por Nelson Rockefeller desmantelasse a agência. Philip Agee (3) afirmou que, como agente na Venezuela, sua principal tarefa era selecionar os empregados da Creole Oil Co, firma de propriedade de Rockefeller. A agência é, na verdade, uma criação do Eastern Establishment (4) e sempre esteve nas mãos de burocratas fortemente ligados às famílias que controlam as maiores corporações multinacionais norte-americanas (ver a excelente análise estrutural de Peter Dale Scott em *War Conspiracy*.) Desde o início, os seis mais altos postos foram quase sempre ocupados por pessoal formado em universidades da "IVY League" (5) com larga experiência nos escritórios de advocacia, financeiras e indústria de munição de Wall Street.

...Não é surpreendente, portanto, a Comissão atribuir passos errados da CIA ao poder executivo. O presidente, impedido pelas exigências de um política eleitoral populista, ou por suas próprias idiossincracias, dá ordens ilegais ou imorais e o diretor da CIA, temeroso ou simplesmente impotente, obedece. Indubitavelmente, essa análise de certo modo é realista. Desde Harry Truman os presidentes aprenderam como é fácil esconder a ambição sob o manto de Segurança Nacional. Enquanto outras agências do governo atuam com algumas restrições, a CIA pode fazer *qualquer coisa*. A Comissão ataca Nixon ferozmente, qualificando de "repreensível" os pedidos que ele fez à agência.

A Comissão deseja claramente a restituição deste monstro. Desta maneira, pede propositalmente a nomeação, no futuro, de pessoas respeitáveis, o que vale dizer pessoas das elites familiares ou com ligações tão elevadas que estejam além dos delírios de um mercenário menor como Nixon. Cargos, como de Inspetor Geral e Conselho Geral, a Comissão os quer fortalecidos e ocupados

**Warren Dean é um historiador norte-americano e está trabalhando atualmente no Brasil. É autor do livro "A industrialização de São Paulo" publicado pela Difusão Européia em 1972.**

de preferência por pessoas de fora da agência, que serão sem dúvida indicados ou recomendados por celebridades como Rockefeller entre os seus próprios advogados. A expansão do Comitê Consultivo de Informações Estrangeiras (um comitê presidencial, não remunerado, iniciado por Eisenhower) obedece os mesmos critérios. A Comissão deseja que seja preenchido por "cidadãos ilustres", isto é, o mesmo tipo de bafaladores e aposentados que compõem a própria Comissão. Rockefeller e seus amigos, em outras palavras, não vêem nenhuma virtude em deixar a CIA subordinada a funcionários eleitos; eles pretendem usurpar o seu controle para propósitos de maior interesse.

Apesar disso, a CIA é uma organização invulgar. A luta entre o "Establishment" e os obstinados presidentes populistas pelo seu controle muito provavelmente desperdiça ambições que são, para dizer o mínimo, perigosas. Recentemente, foi descoberto que o falecido diretor do FBI, J. Edgar Hoover, obteve total consentimento dos congressistas para a sua permanência no cargo durante 40 anos graças a seu arquivo cheio de informações sobre as vidas amorosas de deputados e senadores. Agora, imagine-se o fichário do diretor da CIA e ainda mais interessante, imagine-se as discretas maneiras que seu chefe de operações seria capaz de arranjar para a eliminação de qualquer um que ameaçasse o mandato do diretor.

Nada disso escapou a Rockefeller, embora o relatório não tenha a mais leve alusão a tais perigos. Os secretários de imprensa de Rockefeller tornaram público, de qualquer maneira, que seu patrão detesta o diretor da CIA William Colby, o que, qualquer que seja a razão, certamente não é devido a Colby ter pouco sangue frio. É preciso lembrar que quando James Schlesinger, o agora sedento de sangue Secretário da Defesa, foi nomeado diretor da CIA por Nixon, foi obrigado a aumentar sua guarda pessoal, por respeito à habilidade dos agentes que ele pensava em demitir. Mesmo assim, Schlesinger não conseguiu ficar mais que alguns meses em seu posto. A "Easter Establishment", na verdade, tem uma limitação nas armas que pode lançar mão para retomada do controle da CIA. Ela não pode se valer da publicidade, pois isto enfraqueceria a eficácia da organização. Entretanto a publicidade pode ser uma excelente réplica. Quando o senador Baker enviou a Colby seu anexo ao relatório Watergate, com diversas passagens sugerindo o envolvimento da CIA, Colby respondeu com uma velada ameaça de chantagem. Ele teria, se o anexo se tornasse público, que revelar os "resultados de outras investigações". Baker não só publicou o que havia descoberto, como incluiu a carta de Colby! E, quando perguntaram a Colby sobre as outras investigações, ele apenas resmungou que fora "mal interpretado".

continua na página ao lado



## As medidas recomendadas pelo Relatório Rockefeller para limitar os poderes da CIA levarão, ao contrário, à instalação de um Estado autoritário nos Estados Unidos?

continuação da página ao lado

A Comissão foi também obrigada a evitar certos ângulos de ataque, ou uma incisão mais profunda que "desmoralizaria" os quadros da Agência. Este conceito que é de grande utilidade para se delimitar as esferas de influência ganhas dentro da burocracia e que são necessárias preservar. Mas em última instância a precaução de não "desmoralizar" é apenas um sinal de fraqueza da Comissão, e no caso da CIA uma precaução totalmente irrelevante. Como observou Fletcher Prouty (6), outro ex-agente da CIA (ver sua brilhante análise em *The Secret Team*), a Agência executa um jogo de tráfico de influências, espetacularmente bem sucedido. Ela pode colocar seus próprios homens em outras agências e deixá-los por lá durante anos, sem solicitá-los. Ela pode oferecer a outros departamentos a possibilidade de que suas atividades sejam ampliadas, sem aumento de custos, desde que a Agência ofereça seus próprios fundos secretos. E pode ainda conceder a um burocrata subordinado a chance de mostrar sua "capacidade de previsão" frente a seu superior, simplesmente passando a ele informações que seu sistema de comunicação obteve novas antes que qualquer pessoa no governo. A média dos aspirantes à oficialidade militar ambiciona trabalhar durante um tempo com a Agência, onde um poder inmensurável os aguarda e as rápidas promoções são um costume. Nixon, em seus últimos meses na Casa Branca, sentiu-se cercado por traidores. Hunt, Sturgis, Baker, Butterfield, Maheu, Martinez (7) — todos repentinamente convertidos em incompetentes conspiradores e todos com passado na CIA. O auxiliar de Nixon, Charlie Colson, disse que a Agência estava completamente fora de controle. E o empenho da Comissão para recolocar os supervisores do "Establishment" na CIA e por comparação presunção e tardio. Perguntava-se quem seria o homem da CIA no escritório de Rockefeller.

O sinal mais evidente da inabilidade da comissão para obter o controle aparece no tipo de evidência que é utilizada em seu estudo. Uma comissão de investigação presidencial deve normalmente ter poderes para eventuais intimações judiciais: chefes de polícia federal devem poder entrar nos escritórios do governo sob investigação, lacrá-los e remover toda a documentação necessária. A Comissão nada declara a respeito em seu relatório, mas deixa subentendido que as únicas evidências que examinou foram aquelas escolhidas pela própria CIA. As revelações que aparecem no relatório não avançam, por isto mesmo, nada além do que uma simples auto-crítica. Quando alguma testemunha de fora era ouvida, ela geralmente era rejeitada caso entrasse em contradição com as declarações da testemunha apresentada pela CIA. Algumas das informações mais significativas, como a gravação de conversas telefônicas feitas pela CIA, incluindo conversas que diziam respeito a Watergate, foram destruídas. Pois, na verdade, a CIA, ao contrário de outras agências governamentais, atingiu uma posição tal que pode destruir seus documentos impunemente. A Comissão apenas criticou a atitude de Colby, enquanto qualquer outro burocrata teria ido para a cadeia.

A Comissão aceitou até mesmo, apesar da grande e pública documentação contrária, a legitimação de atividades da CIA decididas por ela própria. A lei de Segurança Nacional, de 1947, criou a CIA para uma específica e limitada função: confrontar e analisar as informações que eram coletadas pelos serviços de informação militares e do Departamento de Estado. O Congresso era claro e abertamente contra a criação de uma "outra Gestapo" e em nenhum momento a Lei faz alusão a que a CIA deveria promover "operações secretas", isto é, subversão. A autorização para tais atividades partiu de diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional, em clara violação à Constituição. Em suas recomendações a Comissão silenciou a respeito do tema subversão e sugere que o Ato de Segurança Nacional receba uma emenda: incluir a palavra "compilar" no regimento interno da CIA. Desta maneira, 28 anos depois de sua criação, um dos maiores obstáculos no caminho da CIA está para ser removido por uma Comissão supostamente designada para controlá-la.

Outro obstáculo, de ainda maior significado, deve ser removido. Ao contrário de todas as outras agências do governo norte-americano, permite-se que a CIA gaste dinheiro sem prestar contas publicamente. A maior parte de sua receita está escondida nas verbas de outros departamentos, os lucros que provêm das companhias que ela possui não são relatados e os fundos de operação que lhe são concedidos pelo Conselho de Segurança Nacional também não são conhecidos. Fletcher Prouty acredita que a CIA deva gastar anualmente 5 bilhões de dólares, apesar de seu orçamento público ser de apenas 750 milhões de dólares. Os críticos da Agência, preocupados com o total desrespeito à Constituição que esta ausência de contabilidade representa, exigiram a completa liberação do orçamento secreto da organização. Mas a Comissão escandalosamente sugeriu que fosse feita uma revelação parcial, como se um orçamento feito com parte de seus fundos "em aberto" fosse diferente de um absolutamente secreto.

Finalmente, o principal objetivo da Comissão (embora não tenha sido reconhecido como tal pela imprensa) foi a

vergonhosa e inacreditável recomendação de que seja criado um "Official Secrets Act". A razão da recomendação, antes de tudo, foi uma magnífica reportagem de Seymour Hersh (8), no *New York Times*, que conseguiu obter informações secretas ainda não se sabe como. A Comissão estudando as parcas informações cedidas pela Agência achou-a censurável e necessitando de uma reforma, e ainda endossou uma lei para tornar crime a ação de empregados ou antigos empregados da CIA que intencionalmente divulguem informações para quaisquer pessoas desautorizadas, a serviços de informação estrangeiros". Uma fabulosa comissão de investigação, na qual a testemunha se transforma em acusada! Esta recomendação veio diretamente da boca de Colby, que pediu publicamente que tivesse autoridade para mandar jornalistas para a cadeia.

Quando se lembra que Colby tem o poder para decidir qual informação é secreta ou não, fica claro que a Comissão quer impor uma censura governamental. Os ingleses, cujo Official Secrets Act é a maior limitação de sua forma democrática de governo, nunca sabem nada que diga respeito a seus serviços de espionagem e o "esquadrão secreto" dos Estados Unidos vem desejando uma lei similar desde a direção de Allen Dulles. Tal lei daria à CIA maiores poderes ainda para manipular as notícias, pois seu diretor poderia guardar uma informação ou divulgá-la quando julgar oportuno, seguindo seus próprios critérios.

Sem dúvida alguma, o diretor do FBI esteve desde o início muito interessado no trabalho da Comissão. A fiscalização, o treinamento da polícia local, a análise das informações domésticas e outras incursões no território sob responsabilidade do FBI foram em parte resultado da fraqueza do Bureau quando dirigido pelo seni Herbert Hoover e seus insignificantes sucessores. Nestas circunstâncias mesmo a *New Left* preferiu deixar as tarefas de policiamento doméstico ao FBI, desde que elas não são secretas e são obrigadas a limitar-se às arbitrariedades rotineiras como as que todas polícias locais já praticam. De uma maneira superficial a Comissão pode apoiar uma divisão de responsabilidade, valoriza: tanto a necessidade que a CIA tem de proteger seu pessoal, suas instalações e suas fontes de informação, que abre um tal rambo na fiscalização que permitiria a qualquer diretor escapular à vigilância, desde que ele esteja disposto a enviar um memorando a si próprio, afirmando acreditar que determinada operação é indispensável.

Na verdade, o relatório não é apenas um acobertamento como Watergate; ele burla a responsabilidade que lhe foi confiada por orientação presidencial. Se suas recomendações forem postas em prática, nenhuma investigação será necessária no futuro, pois quase tudo que hoje é proibido à CIA se tornaria legal e se algum jornalista descobrir ainda maior desrespeito às liberdades individuais, ele se calará temendo uma sentença de prisão. O processo não é de todo desconhecido: cada uma das comissões de inquérito instauradas quando surgiram escândalos ou falhas, como a da Baía dos Porcos, apenas serviram para fortalecer a Agência. Em 1967, por exemplo, a Comissão Katzenbach determinou formalmente que era absolutamente vedado à CIA financiar organizações culturais e cívicas, mas deliberadamente omitiu o funcionamento de organizações trabalhistas. A CIA, em qualquer destas ocasiões, passou simplesmente a subornar pessoas em lugar de organizações, um processo mais seguro e flexível.

Outras duas investigações a respeito da CIA estão em andamento, ambas no Congresso. A da Câmara está desesperadamente falida, provavelmente com intenção deliberada. A última trincheira é, portanto, a comissão de investigação do senado, dirigida pelo senador Frank Church. Seus inquéritos não se limitarão às atividades internas da CIA e deverão, sem dúvida, revelar novas verdades. (Entretanto não muito mais — recentemente um visitante deparou com um guarda na porta da sala da Comissão, barrando todos os visitantes, provavelmente um informante da CIA, cuja presença intimidaria aqueles que divulgam informações secretas à imprensa.) Mesmo o consencioso Church não seria diferente ao julgar a importância da CIA nas relações dos Estados Unidos com os países do terceiro mundo. A palavra "imperialismo" nunca será pronunciada por ele. No entanto a consolidação da CIA nos Estados Unidos é um dos principais elementos da "latino-americanização" dos Estados Unidos, um processo que o Congresso parece incapaz de deter em qualquer uma de suas frentes.

1 — Por lei, a CIA é proibida de agir dentro dos Estados Unidos contra cidadãos americanos.

2 — Partido Popular Democrático de Porto Rico, que ganhou as eleições de 1972.

3 — Philip Agee afastou-se da CIA em 1969. E autor do livro "Inside the Company — A CIA Diary", publicado pela Penguin Books (Londres).

4 — Os industriais e Liberais do Leste, em contraposição aos Conservadores do Sul.

5 — Ivy League é o nome popular das universidades mais prestigiadas do nordeste americano como a Harvard, Yale, Princeton e Cornell.

6 — Fletcher Prouty foi coronel da Força Aérea até 1963. Era contato da CIA no Pentágono e escreveu o livro "The Secret Team".

7 — Grupo de agentes da Casa Branca encarregados de ações clandestinas; foram presos quando instalavam aparelhos de escuta na sede do Partido Democrata dando origem ao famoso escândalo Watergate.

8 — Seymour Hersh foi quem publicou os "Pentagon Papers", denunciou a intervenção da CIA no Chile e recentemente acusou a CIA de espionar milhares de americanos.

## Os direitos conquistados e os direitos apresentados

Por décadas os Estados Unidos não toleraram o pluralismo nas Américas; interferiram em questões internas de outros países; fizeram pressões econômicas para impor sua política comercial. Agora, pelo menos no papel, tudo isso é proibido pelas reformas votadas pelos países membros da Organização dos Estados Americanos

Seria o início de uma nova era nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina? A 16ª reunião de consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA, encerrada na semana passada — e que readmitiu Cuba no sistema interamericano — teve um saldo favorável à América Latina. Há bastante tempo, desde a reunião de Tlatelco, no México, os Estados Unidos e especialmente o Departamento de Estado, por intermédio de Kissinger, já reconheciam a necessidade de um recuo na política opressiva que durante décadas os americanos praticam em relação à América Latina. Por isso, Kissinger já tentava em Tlatelco esvaziar parte da pressão que se acumulava propondo o que chamou de Novo Diálogo, acenando logo com negociações mais favoráveis em assuntos de interesse latino, como a questão do canal do Panamá (leia nesta edição a nota sobre o estado dessas negociações) e o comércio entre a América Latina e os Estados Unidos.

A preocupação com a América Latina parecia mais clara ainda depois do boicote petrolífero que se seguiu à guerra de outubro em 1973 no Oriente Médio. A Venezuela é um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA. Outros países latinos tem muito petróleo — o México e talvez até o Brasil.

A previsão de que no futuro os Estados Unidos dependerão criticamente do fornecimento também de outras matérias primas de outros países fez o Departamento de Estado olhar para o sul, esperançosamente, mas consciente de que não seria tarefa tão fácil vencer as mígoas, nem apagar os erros do passado.

As pretensões de uma reaproximação esbarraram em dois tipos diferentes de descrença. Primeiro, os países que, têm temores reais quanto à sua soberania ainda não se convenceram que haja muita diferença entre os Estados Unidos de início do século — que tentava resolver os problemas da América Latina pela política do "big stick", com intervenção direta dos fuzileiros navais americanos — e os Estados Unidos de agora, que usa a CIA para derrubar governos considerados hostis. Para estes países os Estados Unidos ainda não deram nenhuma prova concreta de que renunciarão à exportação da subversão. O outro tipo de descrença parte de países que além de também estarem seguramente à salvo da opressão da CIA, se sentiriam principalmente ultrajados com o tratamento dado pela legislação americana às suas exportações. Em contraste com as promessas de um relacionamento mais justo, o Congresso americano aprovou no ano passado uma Lei de Comércio protecionista que ainda prevê sanções econômicas para países produtores de matéria primas que queiram formar cartéis para proteger os preços de suas principais fontes de divisas.

Os Estados Unidos foram à reunião da OEA dispostos a ceder e conscientes de que por mais que fizessem já estavam derrotados na pretensão de impor

uma orientação rígida, como a de há alguns anos, quando a OEA na maioria maciça das vezes votava unanimemente segundo os desejos dos americanos. Além disso, dentro da perspectiva de uma política de *detente* global, questões como o bloqueio de Cuba já não eram fundamentais para a diplomacia americana e existiam indícios bem concretos de que Cuba não mais ofereceria perigo iminente à América Latina (Ver Movimento nº3).

As principais resoluções da OEA:

• Uma proposta do México, aprovada por 16 votos a favor, três contra e duas abstenções (contra: Paraguai, Chile e Uruguai; abstenção: Brasil e Nicarágua) concede aos Estados membros o direito de normalizar relações com Cuba, rompendo indiretamente o bloqueio instalado há 11 anos contra a ilha. Isso vem reabilitar em parte a OEA, desgastada pelo fato de suas determinações não terem sido cumpridas desde 1964 pelo México e nos últimos anos por nove países que restabeleceram relações diplomáticas com Cuba (Colômbia, Venezuela, Peru, Argentina, Panamá e México). Trinidad Tobago, Jamaica e Barbados mantêm relações com Havana mas não são signatários do TIAT — Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — que fundamentava aplicação das sanções contra Cuba em 1964.

• Uma proposta do Peru, aprovada por 20 votos contra um (EUA) e talvez a maior derrota da diplomacia americana. Essa resolução define a agressão econômica, da qual os Estados Unidos tem usado abusado, quase no mesmo nível da agressão militar. No texto final, a proposta original foi amenizada por uma emenda do Brasil, classificada de "conciliatória".

• Entretanto, os Estados Unidos tiveram sucesso ao impedir a aprovação de uma proposta peruana que desligaria o TIAR da vinculação à estratégia militar mundial americana. Os Estados Americanos preferiram continuar apoiando a tutela americana (em termos de defesa continental contra agressores externos). Segundo o embaixador panamenho isso cria um risco perigoso: se um país da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) for atacado, os Estados Unidos, por força desse tratado, se consideraria uma nação agredida; e portanto os EUA sendo agredidos, os países da OEA por obrigações com o TIAR deverão também ver "envolvidos num conflito estranho" à América Latina.

• Com a aprovação de uma resolução sobre a pluralidade ideológica, fica minada a possibilidade de classificar um país de "incompatível" com o sistema americano. O artigo reafirma o princípio de Não-Intervenção nos assuntos internos de cada país e o direito de cada país escolher livremente sua forma de organização política, econômica e social.

# CARTAS ABERTAS

## “Vida de cão”

As experiências de um vendedor “zonista” da Olivetti

Até que ponto pode ser humana uma multinacional? Fiquei sabendo disso de perto e na medida certa, no dia em que sem explicações alguma recebi demissão da Olivetti do Brasil S/A: “pessoalmente não há nada da nossa parte e profissionalmente estamos conversados e os seus serviços não servem mais”. Muito obrigado. Passe em oito dias para receber as contas. Uma demissão anterior — há quase um mês — até hoje rola ao Deus dará por “falhas de cálculo”.

A Olivetti, como vocês devem saber, só leva o nome do Brasil. Funciona naquele sistema de comprar e vender de si mesma, que eu não sei explicar muito bem, mas sei que tem muito roubo e muita sujeira pelo meio. No Brasil, por exemplo, se fabricam (leia-se: montam) as máquinas de escrever. No México e Argentina as de calcular etc... etc... A atuação da empresa nos meios governamentais é profunda: assim eu deduzo, pois o ex-ministro Roberto Campos é (ou era) um de seus diretores.

A vida do vendedor

Na Olivetti, eles dizem, só pode entrar como vendedor, ou seja zonista, fazendo bairros e ruas da cidade, em visitas periódicas. Depois de passar por um teste rigoroso, o cara — vá lá a Recife, para fazer um curso de um mês. Até aí tudo muito bem: a remuneração é relativa; a hospedagem é no Grande Hotel, quase tudo do bom e do mais ou menos. O curso é puxado e visa nos fazer conhecer como operam as máquinas de linha convencional. Eu, por exemplo, viajei em meio de mês e cheguei de volta no meio do outro mês. Para o meu “azar” a empresa só faz admissões até o dia 5 de cada mês e nós chegamos depois. Quer dizer: mesmo um mês de carteira assinada, pois a admissão só é feita depois do curso e dependendo dele. No início é muito difícil de se receber o certo mas depois a coisa melhora, dizem eles.

São 4 grupos de vendedores: zonista, especial (que trabalha junto a empresas de grande porte), contábil e de sistemas. O

zonista é de lascas e cano. Tinha oito, num ambiente tenso de concorrência quase mortal. Inimigos em potencial. Alguns sem cura, já completamente alienados e lutando por subir, de qualquer maneira. Uns vítimas, porque já estão imersos no processo e achando normal e correto a banalidade e a vida de cão. Principalmente os que mais faturavam. O fixo agora é de 1000,00 (menos os descontos) e a comissão de 7,5%. O cara tem que cobrir uma cota de 9 unidades equiparadas. Unidades estas sem o menor critério e que baixam seu valor de repente prejudicando sensivelmente os vendedores. Produtos que custam hoje — digamos — 9 mil pratas, amanhã quando chegam uns tais “gerentes de campanha” baixam para 5 mil. Da noite para o dia o preço baixa bastante e a comissão do vendedor também, é claro. Coisa que tecnicamente ninguém entende, mas sabe que a sujeira está no meio. Ultimamente, num absurdo por todos achado e por ninguém contestado, a cota subiu para 12 unidades equiparadas e só recebe as comissões quem fizer 40% dela.

O vendedor tem que ser um cara bem vestido — paletó e tal — e só aí gasta uma nota. Quem tem carro é pior ainda, pois não existe ajuda de custo para gasolina, apesar do carro favorecer o trabalho do funcionário e dar lucro somente à empresa. Então o vendedor tem que ser carregado também e botar aqueles mostradores debaixo do braço ou dentro do carro.

Outro absurdo é a responsabilidade da falta de pagamento cair só na conta do vendedor: se eu tiro um pedido de Cr\$ 10.000,00 e o cliente não pagar (não interessando quantas prestações já tenha pago e que a empresa, é claro, não vai devolver) toda a comissão que eu provavelmente já deveria ter gasto é descontada da próxima folha de pagamento. Mesmo que eu não tenha culpa nenhuma pelo acontecido.

O consumidor, então, nem fala, é enganado de todo modo, que vocês devem estar cansados de saber.

Luiz Maklouf Carvalho  
Belém, PA

As razões para o fechamento do vespertino gaúcho Hoje

## “Feito para o povão”

Com referência à matéria sobre o fechamento do jornal Hoje, de Porto Alegre, da empresa Rede Brasil Sul de Comunicações, publicada por Movimento no dia 14 do corrente sob o título “Morre Hoje”, os abaixo-assinados, jornalistas daquele vespertino, vêm prestar os seguintes esclarecimentos. 1) As razões do fechamento do Hoje até o momento não foram analisadas com a profundidade e a objetividade necessárias para permitir as conclusões apressadas contidas na matéria com relação a problemas de linha editorial, marketing, etc. 2) Contrariamente ao que a matéria deixa entender o episódio não foi recebido pela redação do jornal como mais um percalço de sabor já folclórico do exercício profissional. Unanimemente, a redação concordou em ver nesse acontecimento um reflexo da situação marginalizada a qual foram relegados os profissionais da imprensa dentro de organizações empresariais voltadas para o lucro imediato e sem compromissos com a função social do jornalismo.

3) O redator da notícia ironiza a ausência do tradicional machismo no jantar de despedida da ex-empresa do Hoje. No entanto, esquece de mencionar que em seus escassos nove meses de existência, os 69 integrantes da redação tinham conseguido formar um espírito de grupo e de valorização da classe, coisa hoje bastante rara na maior parte dos órgãos de imprensa.

Hoje estava sendo feito para o que se convencionou chamar pejorativamente “povão” e que em geral não tem acesso às páginas de publicações mais sofisticadas. Esse trabalho estava tendo boa aceitação por parte desse público — da classe trabalhadora — que era justamente o público pretendido por nós.

Lançamos idéias e iniciativas de cunho popular e comunitário que ficaram sem seguimento. Levantamos reivindicações que não podemos acompanhar. Fizemos denúncias cujas consequências não podemos fiscalizar. Ressuscitamos uma mentalidade profissional reivindi-

cativa há muito tempo ausente das redações locais. Tudo isso se conjugou para que o fechamento do jornal fosse sentido como uma perda coletiva.

4) Os supostos policiais que assistiram ao congregarmento dos editores, redatores e repórteres, não eram supostos policiais, identificaram-se positivamente como elementos do DOPS, mediante exibição de credenciais e só foram removidos através de um contato telefônico com o próprio diretor do órgão. Esses policiais foram convocados através de um ofício pela direção da empresa.

5) Esses fatos para nós se caracterizam como altamente graves e ofensivos à dignidade humana e profissional não só do grupo, como de toda a classe jornalística. Motivo pelo qual mobilizamos mesmo colegas de outros órgãos de imprensa.

6) Para finalizar, resta relatar o último capítulo da novela dos desempregados do Hoje (130 elementos entre redação, revisão, oficinas e transporte) no mercado de Porto Alegre — saturado e tumultuado com a indústria do estágio (estudantes em turno integral, com meio salário e sem direitos empregatícios).

No dia da prestação de contas, os desempregados foram convidados a serem entrevistados pela psicóloga da empresa, a fim de externarem suas opiniões sobre padrões e colegas opiniões essas registradas em fichas individuais e identificadas para uso ignorado e não sabido por parte da psicóloga da empresa. Essa prática foi condenada publicamente na Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, que levantou a problemática do jornalismo brasileiro e instituiu três comissões permanentes: Técnica, Fiscalização do Exercício Profissional e Divulgação, além de aprovar moção ao Presidente da República, pedindo um estudo sobre a problemática da profissão na atualidade.

Elaine Lerner  
(e mais 25 assinaturas de jornalistas da redação do Hoje)  
Porto Alegre, RS.

## Sobre Movimento

### Em defesa das liberdades

Nas atuais condições políticas, econômicas e sociais que o país atravessa, em que a maioria da população é marginalizada, onde existe uma imprensa subjugada aos interesses de uma minoria visando a conservação do “status quo”, é fundamental uma iniciativa como a do Movimento cujo objetivo, a nosso ver, é de análise, crítica e informação.

Conscientes de que aos estudantes cabe também uma participação ativa nesse processo de transformação da sociedade, colocamo-nos ao lado dos propósitos traçados pelo Movimento em defesa das liberdades básicas, condizentes com a existência digna da pessoa humana, ou seja, liberdade de expressão, manifestação e organização.

Acreditando que o Movimento venha a ocupar o seu lugar na transformação da sociedade brasileira, o DAAB vem dar o seu total apoio à criação desta nova forma de participação.

Diretoria do Diretório Acadêmico  
Alfredo Baleia  
Belo Horizonte, MG.

### Mais que uma simples “idéia”

Por ventura caiu-me nas mãos a apresentação deste tablóide que já nasce fecundo. Depois de lê-lo, ainda continuava a pensar que não era verdade, que não existia esse jornal, que ele era imaginação — não podia ser real! Sinceramente eu pensei nestes termos, pois tudo que nele estava escrito, tudo o que ele representa e representará, a proposta, a intenção da qual ele é a ação resultante, há muito tempo — ainda que eu tenho só 19 velas sopradas — habita esta cabeça aqui, que até mentalizou uma estrutura orgânico-funcional semelhante, em todos os sentidos.

É estranho quando você tem uma idéia, que se desenvolve, que se avoluma, que ganha forma lentamente e, pouco a pouco, vai se constituindo naquele objetivo primeiro, único, fundamental, ser de repente “tomada” de você e feita realidade palpável e sensível... é como um roubo, um braço que lhe arrancam. Lógico que não advogo essa “idéia” como minha, tão somente minha; seria idiotez se assim o fizesse, mas, para alguns, ela é algo mais do que uma simples “idéia”, muito mais.

Queria ser eu o primeiro a realizá-la, confesso — a gente sempre quer ser o primeiro — mas, embora assim não seja, sinto-me como se fosse participante ativo desta, dirão alguns “aventura” de vocês. Estou também “metido no negócio”, tenho o mesmo entusiasmo que vocês, acreditem e, com a mesma intensidade, desejo que o negócio vingue, que dê certo, que seja exemplo nesse império humano onde dinheiro e interesse falam mais alto.

É com admiração e respeito que eu — futuro jornalista, desde já “preocupado”, que também pensa fazer um jornal dessa maneira, na “marra”, se preciso — venho saudar a vinda de vocês, e sei que não sou voz solitária neste deserto.

Pena que minha contribuição se limite a apresentá-los aos que não os conhecem ainda, a recomendar comprar o jornal toda segunda-feira; mesmo

assim, já é algum — coisa, ainda que pequena... mas é também com pequenas coisas que se fazem grandes Movimentos.

Vão em frente, na “marra” se preciso, que a hora é mesmo de Movimento.

Jorge Luiz Zappia  
São Paulo, capital

### O escritor e o jornalista

Caro editor: antes de mais nada, quero cumprimentar pelo Movimento, uma das coisas mais dignas e honestas que já vi neste país. Que este trabalho insano, decididamente louco que vocês estão empreendendo não morra ou não seja assassinado. Mas deixemos de lado estes maus efêmeros e foque no nome do planeta e ei-lo aí, a nos ferroar.

Não pude, eu, um modesto repórter, contribuir com um centavo sequer para a constituição da cooperativa de vocês. Mas enquanto existir este jornal ser-lhe-ei fiel, nas bancas, enquanto o permitir minha pobre carteira desnutrida.

Quero lhe dizer também que quase chorei de alegria ao ver duas páginas do Movimento dedicadas à literatura brasileira — ou melhor, aos autores brasileiros. Poderão publicar aí, acredito, dezenas de autores jovens que, à falta de quem os edite (ou tenha coragem para os editar) estão jogados hoje às moscas do desencanto. Que a força do Movimento os revigore.

Tenho 23 anos e sou, por enquanto, um modesto repórter do JB em Minas. Escrevo contos e — pasmem todos — também poesia, e não acredito naqueles que afirmam que o jornalismo sufoca ou mata o escritor. Posso afirmar que, desde que me iniciei no jornalismo, mais ânimo eu tive para me dedicar à literatura. E se antes eu escrevia umas estórias bonitinhas, arte pura, descomprometida com este povo sofrido que é o nosso, posso afirmar agora que foi o jornalismo quem me mostrou o caminho certo: aquele no qual eu deveria retratar as nossas coisas, o nosso povo e o nosso mundo.

Luiz Fernando Emediato  
Belo Horizonte, MG

### O outro movimento

É bom ter um jornal nas mãos e sentir o prazer de passá-lo para frente. E crime guardá-lo que é bom.

Movimento é notícia honesta. É consciência.

Mais de 2.000 pessoas do outro movimento, leram este jornal. O “Movimento de Integração Cristã”, propagado nas escolas, no trabalho, nas universidades, nas rodas de amigos e até mesmo nas Igrejas. Belo Horizonte sentiu movimentar o Movimento. A imprensa quer ser livre. Deve ser livre.

Minhas e/ou nossas congratulações ao corpo de redação, ao Conselho Editorial, às novas idéias expressas em Movimento. Acreditamos no “Jornal que Nasce”.

Marlei de Moura  
Dirigente do Movimento de Integração Cristã, Belo Horizonte, MG

## Em defesa de Mário Soares

Parece-me que a imprensa brasileira, em geral, “descobriu” o líder socialista português, Mário Soares, há muito pouco tempo, daí, talvez, o alto grau de desinformação a seu respeito, como se pode notar no artigo “Sem Jornal e Sem Poder” de Movimento, assinado por Carlos Alberto Sardenberg.

Em resposta direta ao citado artigo envio a Movimento, trecho de entrevista concedida por Mário Soares ao jornal Dagbladet da Noruega em fevereiro de 1973.

“É certo que não há revolução sem teoria revolucionária e que os portugueses tem que partir da reflexão teórica e dos ensinamentos práticos acumulados até hoje pelas diversas experiências em via de realização. Contudo, o caso português constitui hoje no mundo um exemplo particularmente típico. País europeu subdesenvolvido, encontra-se na zona limite de duas influências rivais: os Estados Unidos e a Europa do

Mercado Comum. País economicamente colonizado, é o último império colonial do mundo, em sentido estrito, integrado no bastião branco (racista) liderado pela União Sul Africana. Além disso, vizinho da Espanha, unido a ela pelo Pacto Ibérico — com instituições e problemas semelhantes (e algumas diferentes) — está-lhe estreitamente associada, na medida em que uma evolução democrática em Espanha se refletiria imediatamente em Portugal (e vice-versa).”

“Dito isto, importa que fique claro que não se poderá operar qualquer transformação política de fundo em Portugal sem *ipso facto* abrir a solução ao problema colonial, ponho um termo imediato às guerras e concedendo aos povos africanos o direito à auto-determinação e à independência. Esta circunstância implica ao mesmo tempo na modificação das estruturas econômico-sociais retrógradas do país. Assim,

uma solução socialista aparece como a mais viável na linha do horizonte — como um imperativo de sobrevivência nacional. Dada, porém, a íntima relação com a Espanha e em virtude de Portugal ser um País essencialmente europeu, não pode alhear-se da evolução da Europa, que em determinados limites o condiciona. Como português, penso que o futuro de Portugal está na integração europeia — não temos outro caminho senão impor ao povo português grandes sacrifícios! — mas considero a integração como um alvo a atingir a uma certa distância no tempo. Como socialista, vejo os perigos de uma Europa integrada e super-capitalista — a Europa dos trustes — e por isso me bato, a exemplo dos camaradas socialistas franceses ou italianos, entre outros, por uma Europa dos trabalhadores, a caminho do socialismo.”

Fausto A. Barreira Filho  
São Paulo, capital

## A mulher no cinema

Sr. Redator: Fui procurada por J.C. Bernard para dar uma entrevista sobre as condições de trabalho da mulher no cinema brasileiro, tendo em vista a realização de um ciclo de debates e projeções de filmes promovido pela cinematca do Rio de Janeiro, em agosto, que será dedicado à mulher no cinema brasileiro.

Lamento as imprecisões da redação que tornaram ridículos e obscuros certos pontos e me obrigam a esclarecer.

1 — A vontade de citar nomes era totalmente estranha e desnecessária ao tratamento do assunto. Ela não existiu. Os problemas abordados são de ordem geral e não culpa ou privilégio de uma, duas ou três pessoas.

2 — Não tenho nada contra o trabalho das mulheres cujos maridos se tornam produtores, diretores, etc. Ao contrário, acho da maior importância o resultado do trabalho criativo da mulher no cinema.

Eunice Gutman  
São Paulo, capital

# CRIANÇAS

CULTURA

## O problema

De acordo com dados do Ministério da Saúde (em seu boletim *Creches: instruções para instalação e funcionamento*), ao nascer, o cérebro de uma criança já tem 25% do seu peso quando adulto. Em seis meses, o peso relativo dobra: passa a 50%. E aos cinco anos a criança já tem 90% de seu cérebro — e quase todas as suas capacidades mentais — plenamente desenvolvidas. Como se vê, nesta primeira fase da vida o esforço de constituição dos centros nervosos é imenso, ficando quase terminado. Qualquer problema que afete o desenvolvimento da criança aparecerá, de modo mais destrutivo, nesse núcleo de concentração.

Relativamente, grandes quantidades de "energia" se dispõem nesse esforço de preparar e despertar aptidões nervosas que mais tarde a criança usará para aprender ofícios, habilidades, definir e esclarecer sentimentos, enriquecer-se afetivamente, para pensar e refletir sobre o que aprende. Essas "energias" vêm de diferentes fontes: a primordial, claro, é a alimentação, mas não é a única. As experiências intelectuais, afetivas, musculares que a criança tem, sua riqueza de informações e de estímulos são também fontes de "energia" e certamente não desprezíveis.

Entre os dois e três anos a criança aprende a falar "racionalmente", isto é, sua linguagem deixa o balbucio de emoções indistintas ou a repetição de nomes familiares e passa a exprimir conceitos, experiências amplas, pensamentos e memória. Nessa fase a criança aprende o significado de uma palavra extraordinária: eu, adquirindo plena consciência de sua personalidade.

Segundo o boletim do Ministério da Saúde, já citado, nessa fase se concentra mais a necessidade de experiências diversificadas. Para que o desenvolvimento se processe harmoniosamente, é preciso estimulá-lo com "material de desenho, massa de modelagem, blocos de construção, jogos, livros de pano ou outro material adequado". É preciso auxiliar a criança a dramatizar os fatos, a contar suas experiências, a enriquecê-las enquanto as rememora. É essencial o trato com a música, o desenvolvimento de hábitos independentes de higiene e alimentação, a busca de atividades espontâneas, o primeiro contato com plantas e animais. Este é o momento em que a criança formula para si o significado de viver.

As conquistas e as perdas dessa fase inicial serão definitivas. A criança aprende, nestes anos, a abrir-se para novas experiências, a tornar-se criativa. Aprende a aprender. E não terá uma segunda oportunidade. Com 90% de seu cérebro estruturado aos cinco anos de idade, suas potencialidades e incapacidades básicas estarão definidas. Quando entrar na escola, aos seis anos, seu "destino" estará traçado: se prosseguirá no aprendizado, se irá até certo ponto, se não conseguirá sequer iniciar. Não se terá uma geração produtiva em idade escolar sem que ela, antes de entrar na escola, tenha tido oportunidade de crescer.

No I Curso de Saúde Escolar, realizado a semana passada no Rio de Janeiro, a comunicação de Eulina Teixeira Romeo, presidente da Associação Brasileira de Nutricionistas, revelou que metade da população infantil brasileira em idade pré-escolar, de zero a seis anos (são, ao todo, 21 milhões de crianças) "tem sérias deficiências" em termos de nutrição. Dez por cento (2,1 milhões) apresentam problemas considerados "graves". Em primeiro lugar, isso rima com o fato de que o Brasil tenha o segundo índice mais alto de mortalidade infantil do continente (112 para mil), só superado pelo do Haiti (130 para mil), segundo dados da Organização Panamericana de Saúde. Em segundo lugar, aqueles números significam que 10,5 milhões de crianças terão sérias dificuldades, mais tarde, de desenvolver qualquer aprendizado que vá além da repetição mecânica de hábitos e ordens.

A desnutrição, ao atingir gravemente uma criança, provoca um quadro digno de ficção científica ou de filme de horror: o desenvolvimento de seu cérebro se atrofia e, segundo o pesquisador chileno Fernando Mockenberg, o espaço se preenche com um líquido idêntico ao da espinha dorsal que, se mantém o equilíbrio de peso, é incapaz de "acionar" pensamentos.

"Uma criança desnutrida", explicou Eulina Romeo, "quando chega a idade escolar, geralmente aos seis anos, apresenta um desenvolvimento de apenas quatro anos e o seu aproveitamento nos estudos torna-se bastante difícil".

Já uma semana antes, durante o Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar, realizado também no Rio de Janeiro, a psicóloga Ana Maria Poppovic provocou um certo espanto nos presentes ao apresentar os dados de uma pesquisa que realizou em São Paulo, sob o patrocínio da Fundação Carlos Chagas. As crianças providas de famílias de baixo poder aquisitivo apresentam um déficit médio de dois centímetros de altura em comparação com

crianças da mesma idade providas de famílias de classe média. As diferenças de Quociente de Inteligência (QI) atingem as dezenas de pontos. Esse déficit é cumulativo: aumenta de ano para ano.

Essas diferenças justificariam, provavelmente, os altos índices de repetência e evasão (desistências) que se nota na primeira série escolar, notadamente em escolas da periferia de São Paulo, onde, por vezes, atingem os 78%. (Baixo QI não é privilégio de São Paulo. Pesquisas de 1972, com 109 crianças da Zona da Mata pernambucana, revelaram índices assustadores: no município de Gameleira, a média era de 78, caracterizadora de "inteligência embotada"; em Ribeirão era de 72,4 e em Água Preta era 73,3, o que vizinha a debilidade mental).

Essas diferenças não se manifestam de um modo uniforme. Por exemplo: as crianças de classe média e as de nível sócio-econômico baixo apresentam um aprendizado desigual, aos 4 anos, em diferentes áreas. Para as crianças de classe média, essas diferenças se revelam pelos seis anos, harmonizando-se os diversos setores da personalidade. Para as outras, aos seis anos, o aprendizado prossegue desarmonico, cheio de altos (relativos) e baixos.



As diferenças também não são idênticas para as diversas áreas do conhecimento. Em áreas como "linguagem" e "conhecimentos da vida diária", a diferença entre uma criança pobre e uma criança de classe média é pouca. Já em aptidão para a leitura e em matemática, é acentuada. E em relação a funções mais complexas, como aptidão e disposição para experiências novas de aprendizado, as diferenças se tornam gritantes. A pesquisa revelou um detalhe bastante curioso: as crianças de família muito rica também apresentam problemas de aptidão. No congresso, Ana Maria Poppovic sugeriu que isto se devesse a zelos excessivos por parte de babás despreparadas, que com ordens e restrições demasiadas impediriam um relacionamento espontâneo da criança com o mundo.

A situação precária que ameaça boa parte das crianças justificaria, por si só, a existência de um vasto programa de creches que atendesse a essa população que, abandonada, tenderá irremediavelmente para a debilidade mental.

As recomendações do Ministério da Saúde, contidas no boletim são claras: "fatos de ordem social, como elevado número de filhos, presença de criança excepcional, falta de espaço e segurança no lar, fadiga da mãe, enfermidade, pobreza, justificam a admissão de uma criança na creche". Quer dizer, todos os fatores que provocam aquelas diferenças gritantes que apareceram no trabalho de Ana Maria Poppovic, justificam que uma criança tenha, numa creche, o atendimento que lhe auxilie no relacionamento com o mundo e com outras crianças.

Esse mesmo texto do Ministério deixa claro também que o maior peso desse atendimento deve recair sobre o poder público, uma vez que uma família "com elevado número de filhos", sem espaço no lar, enfrentando problemas de enfermidade e pobreza (esses problemas, em geral, são conjuntos e não isolados), não terá condições de pagar uma creche particular (em São Paulo o preço de uma creche particular, meio período, oscila entre

10 milhões de crianças brasileiras apresentam problemas de desnutrição. Estarão praticamente condenadas a se tornarem deficientes mentais capazes apenas de reproduzir hábitos mecânicos e coisas rotineiras.

300,00 e 600,00 por mês). Esperar que instituições de caridade cubram suficientemente o atendimento a 21 milhões de crianças será pouco mais do que brincadeira.

Ao falar nas sugestões em termos de pessoal, o boletim do Ministério fala em "creches de 70 crianças" e relaciona 1 médico, 1 enfermeira, 1 assistente social, 3 educadoras, 1 nutricionista, 1 psicólogo e 1 dentista (além de auxiliares, pessoal de cozinha e limpeza e pessoal administrativo) como necessários a um nível ótimo de atendimento mesmo que em tempo parcial. E não há ilusões em termos de saúde mental e afetiva: ou o atendimento é ótimo, ou é deficiente. E o próprio boletim do ministério reconhece que na maioria dos municípios brasileiros não há condições para esse atendimento.

### As inúmeras dificuldades de execução

A realidade, no entanto, apresenta desafios bem duros. O Curso de Saúde Escolar revelou que no Brasil inteiro existem apenas três mil nutricionistas. Há muitos preconceitos a vencer, como o de pais que recomendam a seus filhos que não comam a merenda escolar, por não considerá-la "boa alimentação". A legislação trabalhista brasileira prevê que fábricas onde trabalhem mais de 30 mulheres com 16 anos ou mais devam providenciar creches próprias para lactentes, onde haja enfermeiras e as mães possam amamentar seu filho. No entanto o próprio boletim do Ministério da Saúde desaconselha o estabelecimento de creches em distritos industriais devido a problemas de poluição. E ainda não há, como se sabe, uma legislação anti-poluente no Brasil.

Nas regiões em que, nos últimos anos, se intensificou o crescimento urbano desordenado, a situação beira o inacreditável. Em São Paulo o professor Hilário Torloni, secretário da Educação do Município, reconheceu que no atual ritmo de desenvolvimento do atendimento pré-escolar, só no ano dois mil se chegaria a uma solução satisfatória para a cidade. Por isso a Secretaria elaborou um plano, de emergência para atender toda a população pré-escolar da Capital até o fim da atual gestão (1978). O plano é descrito como "econômico" e de "aplicabilidade imediata", bem como situado dentro de padrões pedagógicos modernos.

Atualmente, há em São Paulo 643 mil crianças entre os três e seis anos de idade que não têm atendimento, sendo que a metade delas reside em áreas periféricas. Os dados são da Prefeitura, que informa também que apenas 18 mil crianças frequentam os Parques Infantis da cidade, embora o número de matrículas seja de 33 mil. O que significa que o atendimento real se situa em torno de 3%, da população potencial.

Cada parque infantil pode abrigar nos dois períodos (manhã e tarde) um total de 500 crianças. Deve-se lembrar no entanto, que grande parte das mães deixam seus filhos por dois períodos, o que diminui a capacidade física da rede. Não levando em conta esse dado, o Município de São Paulo precisaria de 1.300 parques a mais para atender a demanda atual. Para construir os 110 parques existentes, a Prefeitura levou quarenta anos. No período 74-75 criaram-se 22 unidades. A manter-se esse ritmo, seriam necessários mais 60 anos para atender a população infantil de 1975. O investimento, ao custo atual de um milhão de cruzeiros por parque, seria de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros.

Ainda segundo dados da prefeitura, num ano normal a Secretaria da Educação gasta 80 milhões de cruzeiros, dos 400 milhões que recebe, em gastos chamados "de capital". Supondo que a totalidade desses gastos vá para a construção de parques, levar-se-iam 17 anos para construir os 1.300 parques necessários para a população infantil de 1975. A partir desses dados, vê-se a disparidade entre as dimensões do problema e os meios de solucioná-lo a contento. Pelo menos a permanecerem as atuais coordenadas.

Em termos de cidade e zona rural, talvez se possa definir São Paulo e a Zona da Mata pernambucana como casos extremos, um pela desorganização urbana, o outro pela vida agreste. Assim mesmo o fato é que a permanecem no país as atuais condições precárias de atendimento ao pré-escolar, em termos de "nutrição" física e intelectual, avoluma-se o risco de crescer uma geração de deficientes mentais. Ao chegar à adolescência, grande parte das crianças de hoje não terá outro caminho que não o da marginalidade, clara ou disfarçada no subemprego, por falta de condições mínimas de se compatibilizar com o mundo. E haverá poucas possibilidades de melhora, pelo menos enquanto não se alterar, em escala nacional, a posição equívoca em que se deixa a educação nos planos oficiais, sempre enaltecida por belas palavras como necessária ao "desenvolvimento" e sempre pouco favorecida no momento das dotações orçamentárias.

## A Espanha chora e protesta

"Durante dois dias eu levei comida para ele. Levava café numa garrafa térmica. E um cesto com um omelete e fumo. Um senhor que estava lá, abria o omelete para ver se não tinha nada dentro. Ele estava numa sala onde havia uma mesa, um tinteiro, uma caneta e papel... Não havia cama. Nem mais nada. Só o que eu disse. No dia seguinte eu fui lá e ele não tinha comido nada. Na terceira vez um homem me disse: A pessoa que a senhora vem visitar não está aqui.

— O senhor pode me dizer onde ele está?

— Nós não sabemos.

— O senhor pode me dizer se ele deixou alguma coisa?

— Também não sabemos. Vá ver.

Eu subi até o quarto. Lá ele não tinha deixado nada, e não ser a térmica e o guardanapo. Eu saí e fui diretamente até a prisão. Eu levava o cesto e perguntava: os senhores sabem se trouxeram para cá um senhor, Federico Garcia Lorca, que estava na Prefeitura?

— Não sabemos. Passe mais tarde. Talvez ele esteja na cela.

Eu deixei o cesto com o fumo e voltei nodia seguinte. Eles me disseram: este senhor que a senhora está procurando nunca esteve aqui.

Então, me devolveram o meu cesto".

Este é um depoimento de Angelina, empregada da família de R. Montesino, cunhado de Garcia Lorca. Faz parte do texto estruturado por Salvador Tavora, à partir de documentos sobre o assassinato do poeta espanhol, fuzilado aos 38 anos, em 1936, pelas tropas de Franco. Este texto é o roteiro do espetáculo *Los Palos*, encenado pelo grupo *La Cuadra* de Sevilha, que registrou expressivo sucesso no festival de Nancy (França) neste ano (e que será apresentado em S. Paulo no teatro Ruth Escobar à partir do dia 2 de agosto).

*Los Palos* é um vigoroso lamento com música, sapateado flamengos, palavras e uma imagem cênica poderosa: uma

imensa grade que ao tempo assume o significado de cruz carregada pelo povo espanhol e troncos que o aprisionam. Trata-se de uma homenagem a Lorca, à partir de uma reflexão poética sobre sua morte. E sem incluir textos escritos pelo poeta, é feita com o material de sua linguagem: a poesia e a música. *Los Palos* impressiona sobretudo pela entrega total de seus intérpretes, pelo clima opressivo que consegue criar e pelo rigor de sua linguagem visual.

E uma honesta homenagem a Lorca, porque o utiliza para um protesto atual: estabelecendo um paralelo entre o mundo de Lorca e a Espanha de hoje, os integrantes de *La Cuadra* afirmam que à partir de determinado momento da elaboração do espetáculo, perderam Lorca como protagonista para recontrá-lo mais tarde "misturando à nossa própria realidade, à nossos próprios sofrimentos, às nossas próprias aspirações".

(Fernando Peixoto).

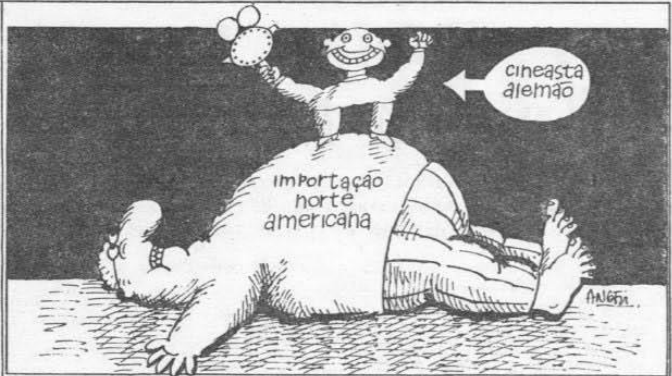
## Cinema, música & ministério

Na semana passada o presidente da Embrafilme, Roberto Farias, reuniu-se com o ministro Nei Braga, da Educação. Na ocasião Roberto Farias declarou ao ministro que 70 milhões de brasileiros jamais viram um filme na vida. E ressaltou que dos 30 milhões restantes uma boa parte ainda olha os filmes brasileiros com desconfiança e preconceito. Assistiram à reunião cerca de trinta pessoas ligadas ao meio cinematográfico. O compositor Jards Macalé, também presente, pediu ao ministro que sua pasta estudasse a possibilidade de se aplicar, em relação à música nacional, uma política semelhante a que motivou recentemente a resolução do Instituto Nacional de Cinema, instituindo os 112 dias obrigatórios de exibição de filmes nacionais. Macalé sugeriu que se fixasse para os meios de difusão da música (rádio princi-

palmente) um percentual mínimo de 50% de músicas de autores nacionais. A quota atual é de 25%.

Por outro lado, o Ministério da Educação já entregou ao Presidente da República dois anteprojatos de lei: o primeiro, a ser submetido ao Congresso, extingue o Instituto Nacional de Cinema e transfere suas atribuições à Embrafilme, empresa cujo controle acionário ficará com a União, mas que será aberta ao capital privado. O segundo, a ser promulgado por decreto, cria o Conselho Nacional de Cinema (Concine), que ficará com as atribuições normativas do antigo INC. Entre essas atribuições "normativas" estão a de fixar a política de desenvolvimento da indústria cinematográfica, estabelecer normas para a premiação e promoção do filme

brasileiro, estabelecer as regras de co-produção entre empresas nacionais e estrangeiras, apreciar a concessão de incentivos da União a projetos cinematográficos e fiscalizar o cumprimento das leis no setor. O Concine será dirigido por um presidente nomeado pelo Presidente da República e indicado pelo MEC, e formado por representantes do Gabinete Civil da Presidência, da Secretaria do Planejamento, do Ministério da Justiça, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Comunicações. Participarão também o diretor-geral da Embrafilme e três representantes das atividades cinematográficas (um produtor, um exibidor e um diretor) designados pelo MEC a partir de listas triplices encaminhadas pelas entidades de classe.



## Alternativa à mediocridade

Foram sete dias de filmes importantes: o ciclo "Revisão do Novo Cinema Alemão", exibido de 26 de julho a 3 de agosto no Museu de Arte de São Paulo (MASP), que reuniu sete obras de alguns dos melhores cineastas alemães (ocidentais) contemporâneos.

Obras de realizadores independentes, os filmes exibidos destacam-se pela visão crítica e pela capacidade criativa de seus diretores. O melhor exemplo é *Aguirre, a ira de Deus*, que traz o cineasta Ruy Guerra num dos principais papéis e é

considerado pela crítica especializada como um dos filmes mais importantes do cinema contemporâneo. Inspirando-se em lendas incaicas e no diário do monje e no diário do monje Carvajal, único sobrevivente de uma expedição de aventureiros espanhóis chefiada pelo conquistador Pizarro, em 1560. Herzog realizou um filme polêmico, que se sobressai pela análise do comportamento predatório, violento e ambicioso dos conquistadores europeus.

O sucesso da mostra deveria encorajar os exibidores brasi-

leiros a melhorarem suas programações, quase sempre dependentes de medíocres importações norte-americanas. Os filmes do novo cinema alemão merecem sair das salas dos museus e cinematecas. A final de contas eles são, nas palavras do crítico paulista Leon Cakoff, organizador do ciclo, "a voz ativa da geração do pós-guerra que agora começa a ecoar, revelando tendências de universalizar temáticas culturais através da atrativa linguagem cinematográfica" (Marco Aurélio Nogueira).

## A política no seu lugar

Dos anos trinta aos sessenta, os intelectuais brasileiros mais preocupados com a nossa realidade orientaram seus estudos, predominantemente, para a história social. Nos últimos anos, porém, como o Estado se abateu sobre suas cabeças, os estudos mais especificamente políticos, levando em conta o caráter relativamente autônomo do Estado passaram a ocupar os cientistas sociais. Nesse momento, eles foram procurar a obra tão importante quanto desconhecida de um gaúcho, Raymundo Faoro, que em "Os Donos do Poder", colocou, já em 1958, algumas idéias extremamente inovadoras da maneira de ver o estado brasileiro. Sua reedição veio em cima da hora, quando se amplia o debate institucional e vários livros

sobre o regime vigente são publicados (ver a série "O Nascimento de Um Regime", neste jornal).

Revelando vasto conhecimento de nossa história política, Faoro desenvolve um conceito que, com vários matizes e outros nomes, vem sendo utilizado pelos nossos analistas políticos: o de "estamento burocrático". Partindo de um "ovo de Colombo" — a constatação de que no Brasil o Estado se organizou antes da sociedade civil, com a transplantação do aparelho de Estado português para cá, com D. João VI em 1808 — ele percebe a formação de uma camada dirigente ligada à burocracia estatal. No Império e na República. Esse grupo, vinculado às classes dominantes, mas mantendo-se na verdade acima delas, embora mude de aspecto e de componentes em cada fase histórica, constitui sempre um fator de resistência à mudança e de manutenção de instituições anacrônicas. Num momento em que a maioria dos cronistas políticos se vale de conceitos obscuros e mágicos como "o Sistema", a leitura de Faoro, é, por essa e muitas outras razões, bastante esclarecedora, apesar de alguns formalismos e pequenas omissões. Em tempo: esta edição foi atualizada pelo autor.

**Os Donos do Poder** — Formação do Patronato Político Brasileiro, de Raymundo Faoro (ed. Globo, em convênio com a USP, 2ª ed., Porto Alegre, 1975, 481 páginas, Cr\$ 76,00)

"Eu ando um pouco descontente-desesperadamente, eu falo em português! tenho 25 anos de sonho e sangue! e de América do Sul! mas, por força deste meu destino! um tango argentino! me pega bem melhor que um blues! sei que assim falando pensais que esse desespero é moda em 73! eu quero é que esse canto torto feito faca! corte a carne de vocês (A Palo Seco" de Belchior)

Um pouco das ambições, esperanças e lutas da nova geração de músicos brasileiros está na letra de um deles, o cearense Antonio Carlos Belchior Fontenelle Fernandes, gravado por outro cearense, Raimundo Fagner. Cândido Lopes, no seu segundo LP individual — "Ave noturna". No entanto, seu solista — Fagner — tem queixas sobre o primeiro disco ("a gravadora fez desaparecer das lojas em pouco tempo") e lamenta-se, nas entrevistas, de boicote por parte da ala baiana ("eles só falam deles").

As oposições à renovação da linha de frente da música brasileira, porém, são bem mais amplas, nas gravadoras, em

geral, vigora a lei filosófica da linha de montagem: o novo deve parecer-se com alguém já existente ou seguir um estilo plantado anteriormente. Por último, mas não por fim, o novo músico enfrenta a batalha árdua do lugar ao sol nos listões de rádio, lutando a cotoveladas com a concorrência internacional e suas fotocópias brasileiras. Vencendo esta apinhada ginca, o canto torto feito a faca de novos como Fagner está apto a cortar a carne de um público diariamente anestesiado contra qualquer picada de imaginação em dose mais forte que o samba-drops de Antonio Carlos & Jocaí, Tom & Dito, etc.

Ao mesmo tempo, Fagner não quer distância do público, nem pretende proteger-se atrás de qualquer proposta de garantido hermetismo. Ele disse ao jornal O Globo, do Rio (29/7/75): "Sou contra qualquer elitização. A música é uma só. Não se pode afirmar que a música cruda é uma e a popular é outra. A rigor, a música popular é a clássica. Eu, por exemplo, nunca aprendi música, mas

## Torto feito faca



procurei bons arranjos para desenvolver um trabalho melhor neste LP. Estou até escutando Villa Lobos, para me tornar um artista mais completo. Mas a música será sempre para o povo". Da teoria à prática: no LP de estréia Fagner vagava pelos vários segmentos da música brasileira. Cantava seresta, marchinha, rock, faixas que poderiam ser chamadas de "afro-orientais", como "Manera Fru Fru Manera". Em "Ave Noturna" ele vai do bolero ("Fracassos") ao bumba-meu-boi ("Antonio Conselheiro"), sem esquecer um tributo ao repertório inesgotável de Luis Gonzaga/Zé Dantas ("Riacho do Navio"). Outra significativa soma de forças fica por conta do elenco de músicos selecionados para o LP. Acontece de novo o encontro de tendências, que constrói a atitude dos novos compositores pós-tropicalismo, o desarmamento completo quanto à procedência de instrumentos e idéias. Vale a criação convincente de climas. Há músicos procedentes do rock (conjuntos Vimana, Quarto Crescente), da música mais

tradicional (Copinha, Chiquinho do Acordeão), da bossa nova (Paulo Moura, Tião Neto, Chico de Moraes, Chico Batera) e da corrente, digamos, "Milton Nascimento" (Robertoinho, Luis Alves, Wagner, Toninho Horta).

A voz de Fagner é rachada, torto feito faca; o acompanhamento, despojado e estimulante, parece desencontrar o solista, numa atmosfera que liga a música nordestina aos rocks de Roberto Carlos, embora as letras, como as do cineasta Cacá Diegues, para a faixa título, se mantenham críticas em relação a esta travessia tumultuada: "Eu sou igual ao deserto! onde ninguém quer viver! eu sou a pedra da pontal areia quente nos dedos! eu sou chocalho de cobra! incêndio, no arvoredo! Um percurso conturbado como o da música brasileira atual. (Tárik de Souza).

**Ave noturna**, de Fagner. Gravação Continental. Direção musical de Carlos Alberto Sion e Fagner. Produção de Carlos Alberto Sion. Cr\$ 50,00.

## Teatro

# DOIS CHICOTES (o do patrão e o do servo)

A estrutura da tragédia clássica e o espetáculo baseado unicamente no extravasamento de emoções individuais conseguem hoje aprender e expor as contradições de um conflito social?

Fernando Peixoto

O DUELO, de Bernardo Santareno — Adaptação e direção de Roberto Vignati — Produção de Chico Bergamo — Cenário de Gianni Ratto — Figurinos de Gláucia — Música de Amilson Godoy — Elenco: Ruthinéa de Moraes, Maria Isabel de Lisandra, Antonio Fagundes, Ety Fraser, Eugenia De Domenico e outros — Teatro Oficina de São Paulo.

Romeu e Julieta nos campos de Portugal de antes de 25 de abril? O *Duelo* (1961) de Bernardo Santareno (nascido em 1924) é também a tragédia de um amor impossível. Mas entre as famílias dos protagonistas (Angelo e Manuela) não existe apenas uma incompatível rivalidade secular. O que os separa é pertencerem a duas classes sociais em conflito. As relações de produção são medievais, pois as transformações são estranguladas pela opressão social e econômica do salazarismo. Manuela é filha do dono das terras, que alguns anos antes impunemente exerceu seu direito de propriedade no corpo submisso de uma de suas servas, Rosária, a mãe de Angelo. Os dois jovens se amam, mas ambos se matam no final. Aparentemente Santareno é mais político do que Shakespeare. Mas numa análise mais rigorosa, "O Duelo" não resiste. Sua verificação de uma realidade sócio-econômica marcada pela opressão e pela miséria e também pela ausência de revolta, permanece no nível do esquemático. A peça é um conflito de paixões exacerbadas, conduzida por uma linguagem poética que possui nítidas conotações de inspiração popular mas nunca atinge um grandiosidade trágica convincente. Estamos distantes de um Garcia Lorca, por exemplo, com cujos personagens alguns de "O Duelo", particularmente Rosária, tem parentescos. E a própria estrutura de tragédia clássica, paradoxalmente, aprisiona Santareno em sua ânsia de denunciar uma sociedade injusta e opressora. "O Duelo" não é uma tragédia social, mas apenas a tragédia de algumas individua-

lidades singulares. Em nossos tempos sombrios o destino do homem é traçado não pelos deuses, mas pelos próprios homens. E o monte Olimpo hoje é uma construção achatada, um pentágono. O texto não realiza esta atualização necessária.

### O destino é inexorável?

Santareno hoje trabalha de corpo e alma nos programas de dinamização cultural desenvolvidos em todo o território português sob a orientação do Movimento das Forças Armadas. Durante os anos trágicos do fascismo, foi um escritor da resistência intelectual: não se deixou dominar pelos dogmas oficiais e nunca deixou de protestar, com textos de indiscutível vigor literário (mas problemáticas condições teatrais). Entretanto, o que "O Duelo" parece revelar é sobretudo os limites de uma estrutura teatral que ele não consegue, nem parece procurar, renovar (no sentido de torná-la eficaz): o conflito de classes é exposto no palco, mas não atinge a medida necessária para tornar-se o primeiro plano da tragédia. O "amor impossível" passa a ser o protagonista. O destino aparece como inexorável. As relações sociais como imutáveis (Angelo em determinado momento, sabendo que seu pai se suicidou, lançando-se nos chifres do touro "Solitário", por vergonha dos chifres que o patrão lhe colocou à força no exercício de sua prepotência sem limites nem códigos morais, afirma que o pai poderia ter se revoltado; mas no final também ele se mata, depois de ter vislumbrado como saída apenas uma romântica fuga, repetindo um comportamento que fecha o personagem e o tema num beco sem saída). Nas mãos de Manuela o chicote serve para dominar, apesar das contradições que o personagem parece ter (e que o espetáculo, acentuado uma interpretação crispada e

monolítica, omite); esta omissão, que serve apenas para obscurecer ainda mais a possível leitura social da peça, aliás, é a nota dominante em todos os personagens e mesmo na concepção geral da obra. Nas mãos de Angelo o chicote é uma arma inútil. Como personagem trágico, sua paixão o cega. O feitiço (feito por Rosária para matar Manuela), mesmo que acabe virando-se também contra o feitiço (seu filho também se mata) é mais um elemento para nos transportar a um mundo no qual as relações sociais não se afirmam (apesar da aparência) como determinantes. Como mandam os preceitos das tragédias clássicas mais puras, os dois amantes morrem fora de cena: no final os corpos são trazidos e a tragédia se encerra em si mesma. "O Duelo" traz material para provocar emoções, mas impede uma reflexão mais consequente. O espectador permanece passivo diante de um universo do qual ele não faz parte, no qual não pode intervir o cenário de Gianni Ratto parece sugerir a possibilidade de uma arena onde seria demonstrada uma ação trágica, mas o espetáculo não incorpora esta sugestão: Roberto Vignati acentua as paixões, faz seus intérpretes passarem por cima das palavras e das frases poéticas, trabalhando unicamente a chave da emoção: não traz para a cena os conflitos sociais nem articula imagens vivas de uma representação aberta).

### Dois Caminhos Curtos

Texto e espetáculo possuem certa coerência interna. Mas, talvez, independente de considerações em certo sentido secundárias, como "isto é bom, aquilo é mau," "isto é certo, aquilo é errado", o que os dois duelos, o de Santareno e o de Vignati, parecem evidenciar, são dois caminhos que conduzem a muito pouco. Duas trilhas que se encerram dentro de paredes estreitas: a tragédia clássica, não revisada em alguns de seus elementos básicos, não retransformada e reivindicada como estrutura capaz de aprender as contradições de uma sociedade (ou seja, passivamente aceita pelo escritor, tornando-se uma armadilha e um impasse que diminui sensivelmente o alcance de sua proposta) e dos comportamentos dos homens dentro destas perspectivas e circunstâncias históricas; e também os limites de uma forma de espetáculo que não aprofunda a intimidade com o texto, com as palavras e seus significados e que repousa numa pesquisa superficial e descontrolada da emoção, não dialetizada por uma exposição racional, não revalorizada por uma análise que se detenha naquilo que os personagens trazem em si de contraditório e no que a fábula traz em si de paradoxal ou estranho.

Ainda um outro problema poderia ser levantado: o nada que resulta, literária e cenicamente, do que, indiscutivelmente, é a fonte e o estímulo do tema proposto — as raízes, as alienações e as tradições de um povo que manteve intactos valores poéticos e humanos mesmo anacronicamente, vivendo as trevas da Idade Média em pleno século XX.

A produção de filmes de ficção sobre a história do Brasil é constante entre nós. Mas naturalmente mais intensa nos períodos em que vigora um nacionalismo estilo culto à pátria. E o que se dá no final da guerra de 1914-18, com filmes como os paulistas *Heróis brasileiros na guerra do Paraguai*, *Pátria brasileira*, *O grito do Ipiranga* (todos de 1917), ou mais tarde *Anchieta entre o amor e a religião* (1931). Outro momento de intensa produção de filmes históricos é o fim da década de 60 e início dos anos 70.

Apesar dessa produção relativamente volumosa, não existe estudo sobre as interpretações que o cinema deu à história do Brasil, nem sobre os problemas teóricos que se colocaram aos cineastas na abordagem da história. O ciclo da Cinemateca do MAM seria fecundo se dele nascesse a preocupação de investigar estes assuntos que se ligam tanto à estética quanto à política.

Todo filme histórico (todo filme que aborda o passado com um certo recuo de tempo) estabelece um compromisso não só com o período que aborda, mas também e essencialmente, com a época em que é produzido. Os motivos que levam à realização de um filme histórico — análise política de um fato, escapismo, modas passadistas, interesses comerciais, etc. — são sempre razões atuais. A tendência é forte, portanto, de apresentar interpretações históricas que sejam projeções sobre o passado de posições política atuais. O filme histórico nos leva a questionar quais são essas posições políticas atuais, qual a ideologia e a metodologia que decorrem delas, qual a manipulação que resulta desse processo.

Tomando dois exemplos, tanto *Os Inconfidentes* (Joachim Pedro de Andrade, 1972) como *Independência ou morte* (Carlos Coimbra, 1972) servirão de material para essa discussão. Dois filmes históricos que apresentam imagens "reconstituídas" do passado e que remetem um pouco ao passado, muito ao presente e por isto dois filmes políticos. Dois filmes que interpretam a história à luz de preocupações atuais. Mas essas preocupações são opostas. Para nos fazer aceitar hoje uma certa imagem do líder, do chefe de Estado, *Independência ou morte*, filme político militante, apresenta um Pedro I que se relaciona harmoniosamente com o povo, numa sociedade sem conflitos sociais. Enquanto que *Os Inconfidentes* procura fazer da Inconfidência uma leitura que explicita justamente conflitos sociais que deverão nos esclarecer sobre aspectos da sociedade atual.

São dois filmes que trabalham a dois níveis (o nível da atualidade e o nível histórico), partem do presente, passam pela história e chegam ao presente. Para que este meca-

## Cinema O cinema investiga a história (um compromisso com o presente)

Jean Claude Bernardet

Em agosto será realizado no Rio o mês do Cinema Brasileiro promovido pela Federação de Cineclubes. Além de entidades culturais, participarão da promoção alguns cinemas comerciais. O Museu de Arte Moderna apresentará três ciclos: "História do Brasil no Cinema", "Cinema etnográfico" e "A Mulher no cinema brasileiro". O Mês do Cinema Brasileiro seguirá depois para São Paulo e outras cidades do Brasil.

nismo funcione, é necessário que sejam encontradas analogias entre o presente e o período histórico focalizado. Tornam-se mais importantes estas analogias do que a estrutura específica tanto do presente como do passado. De fato, uma análise aprofundada da época passada dificultaria, ou impediria o seu relacionamento com o presente. Este processo leva em geral a uma visão excessivamente simplificada tanto do presente como do passado. O uso metafórico da história leva a tratar a política presente e passada num nível de abstração tal que a especificidade dos conflitos pode até desaparecer completamente. Este é um problema crucial que o ciclo "História do Brasil no cinema" poderá começar a elucidar. Resta a saber se este é um comportamento estritamente cinematográfico, ou se encontra algo semelhante na historiografia brasileira em geral, o que é provável. Resta a saber também a quem serve um uso da história que valoriza o jogo das analogias e tende a fazer desaparecer a especificidade dos conflitos.

Um outro ponto que opõe *Os Inconfidentes* e *Indepen-*

dência ou morte é a representação da história. O filme de C. Coimbra induz o espectador ingênuo a pensar que está olhando pelo buraco da fechadura da história, como se estivesse vendo autênticas cenas do passado. Tenta-se confundir o espetáculo com o real. Já *Os Inconfidentes* denuncia o espetáculo; para Joaquim Pedro, a representação da história é possível, desde que se afirme não como história mas como representação. A encenação do filme, a interpretação dos atores explicitam que o filme é um artifício, não um pedaço de história que teria chegado até nós. Na sequência final, em que são confrontadas a história e a comemoração da história (festejos de 21 de abril), ficam claros tanto o artifício do espetáculo como a relação história/presente.

### O Ângulo do documentário

O ciclo permitirá abordar o problema da representação sob outro ângulo, pois também mostrará documentários montados com documentos cinematográficos de época: *Getúlio Vargas (Ana Carolina, 1973)* e *70 anos de Brasil* (Jurandir Noronha, 1973). Ai são realmente pedaços de história fixados na película que chegaram até nós. Mas um novo problema se coloca: quem fixou estes pedaços de história? Com que enquadramentos, que movimentos de câmara, portanto com que ideologia? O que foi fixado, o que não? No caso de *70 anos*, é um material filmado para cine-jornais no quadro do que podemos chamar, superficialmente, a ideologia dominante. No caso de *Getúlio Vargas*, é o material do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo, quer dizer o governo se filmando a si mesmo. Em que medida este material, com origem ideológica precisa, condiciona uma visão da história nos filmes de montagem? Em que medida estes filmes conseguem escapar ou denunciar a ideologia do material através de comentários e da seleção e nova combinação das imagens? (isto, no caso dos autores destes dois filmes procurarem se diferenciar da ideologia implícita no material, o que não é obvio).

Já *Tristes trópicos* de Arthur Omar (também programado) opta pela impossibilidade da representação da história, tanto pela ficção como pelo material de arquivo. A história não é questão de imagem. O filme trabalha com um material que podemos considerar arbitrário e heterogêneo e sua proposta consiste em criar relações entre os diversos materiais visuais e sonoros usados. E nessas relações que devemos procurar não fatos históricos mas um processo histórico e suas significações.

# Centuriões ou revolucionários?

O MFA rompeu recentemente com a sua vocação liberal-democrática, ou existiria desde antes do 25 de Abril uma difusa e embrionária opção de esquerda por parte dos capitães portugueses?

Portugal, Os Novos Centuriões, de Pierre Audibert e Daniel Brignon (ed. Difel, São Paulo, 1975, 212 páginas)

O Equívoco do 25 de Abril, de Sanches Osório (ed. Francisco Alves, Rio, 1975, 160 páginas, Cr\$ 35,00)

Uma verdadeira "orquestra" de manchetes hábeis e omissões é o que parece ser o noticiário sobre Portugal na maioria dos jornais do Ocidente. Essa orquestra parece executar variações sobre um mesmo tema central: a revolução dos cravos vermelhos foi traída pelo MFA em mancomunação com os comunistas. Dos difíceis diálogos noturnos nas selvas da Guiné, até às últimas reuniões do Conselho da Revolução em Lisboa, teria o movimento dos jovens oficiais sofrido uma ruptura de sua trajetória democrática?

Essa é a idéia que o ex-maior Sanches Osório, exilado após a tentativa de golpe de 11 de março deste ano, tenta expor em seu livro. Idéia que não encontra muita ressonância na minuciosa pesquisa histórica que os jornalistas franceses Pierre Audibert e Daniel Brignon fizeram, visando a explicar a opção de esquerda dos capitães e a trajetória de seu movimento, desde as origens.

**Os capitães vivem os sintomas da crise do fascismo**  
Sanches Osório tenta situar o movimento dos capitães como algo nascido meramente na esfera das reivindicações salariais e de promoção no quadro de oficiais. Mas o membro do MFA que, sob o pseudônimo de "capitão Rui", narra sua história pessoal para os franceses,

parece ter vivenciado de maneira muito mais ampla e política as crises do fascismo português que acabaram por criar fissuras no próprio aparelho militar.

Rui, dado à aventura, vivendo uma adolescência de blues negros, sonhos com James Dean, curso de pilotagem e trabalhos esporádicos na França, foi aluno de medicina. Viveu a agitação estudantil de 1962, uma das primeiras marcas visíveis da perda de legitimidade do regime salazarista. Expulso e incorporado ao exército, canalizou sua energia para o combate contra os movimentos de libertação africanos. "No Mato, está sempre nos postos avançados. As granadas do inimigo não o poupam. Um estalido de morteiro paralisa-lhe a mão. Condecorações. Três anos de hospital...oferecem-lhe uma pensão. Recusa e mantém-se na tropa. No entanto, Rui já não acredita no combate."

Depois de 1969, cresceu rapidamente a desconfiança angustiada dos jovens oficiais em relação à validade da guerra colonial. Os seus mortos, em listas cada vez maiores, não podem mais ter os nomes publicados, por ordem da censura. Porque é impossível vencer aqueles negros descalços, mal-armados e que se confundem com a selva? Tudo isso leva a reativar a reflexão e a discussão política.

Como Rui, muitos outros oficiais milicianos sentiram os primeiros sintomas de desagregação da ditadura. O capitão Fernando, filho de um pobre funcionário de escritório, recorda-se das tensões de 1961, da luta heróica do general Delgado contra o regime, de Henrique Galvão sequestrando o navio Santa Maria, da derrota do colonialismo português em Goa, na Índia. Já era então alu-



no da Academia Militar, onde entrou em 1958 para realizar os estudos de ascensão do pai. Como vários colegas, toma gosto pela discussão, ao mesmo tempo que se choca com os discursos ociosos de Salazar, mascarando as causas da guerra, não explicando o porque das atrocidades e massacres nas roças de algodão. "Apenas os comunistas denunciaram razões mais profundas," lembra ele.

**Opções ideológicas às vésperas da queda do regime**

A lembrança do capitão Fernando tem algo a ver com as opções posteriores do MFA. Efetivamente, os setores de esquerda foram os únicos a fazer uma análise da guerra colonial, que não escodesse o problema dos interesses capitalistas portugueses, alemães e norte-americanos envolvidos nela. Os liberais, embora também na oposição ou no exílio, tendiam a aceitar as colônias africanas como "províncias ultramarinas", e, partindo da idéia de "os negros não estavam preparados para se autogovernarem", recusavam a

independência da Guiné, Angola e Moçambique, aceitando no máximo uma federação destas com Portugal (o que também seria proposto por Spínola). Enquanto isso, o PC português e mesmo parte dos socialistas, colosavam desde o início dos anos 60, que, estratagemamente, a guerra colonial necessariamente viria a derrubar o fascismo, não apenas no "Ultramar" como na metrópole.

Quando, no início de 1974, o movimento dos capitães fez contatos com Spínola, vários capitães já falavam: "o problema está em acabar com uma situação que se resume assim: socialização das responsabilidades (por exemplo, da guerra) e individualização dos lucros." Viam eles o quanto os monopólios capitalistas, como o grupo Champalimaud, estavam comprometidos com a manutenção do colonialismo. Não foi difícil, a partir daí, perceber o quanto a maior parte da classe empresarial portuguesa estava vinculada às antes-salas dos palácios de governo e tinha interesse em manter as lideranças operárias

nos cárceres da PIDE. Já em março de 1974, um dos dirigentes do MFA afirmava: "A ideologia do movimento, implícita no programa, representa, para lá do progresso dos enunciados, uma alternativa de centro-esquerda."

Como puderam os capitães unir-se a Spínola, conservador, aristocrático, ex-fascista militante que combateu ao lado dos nazistas em Stalingrado, homem que, na elaboração do documento dos capitães momentos antes do golpe, eliminou com lápis vermelho qualquer referência à palavra "socialismo"? Para Sanches Osório, que não omite o fato de que o movimento dos capitães se fez sem Spínola, embora fosse de caráter reivindicatório, tendeu a evoluir para a democracia e o anti-monopolismo e por isso o livro do velho general, "Portugal e o Futuro", uniu e articulou os rebeldes em torno de um programa. Só mais tarde os comunistas tomaram conta do MFA e "inventaram" as tentativas de golpe de 28 de Setembro e 11 de março para afastar aquele que seria o "verdadeiro" chefe dos 25 de Abril.

A leitura do livro de Audibert e Brignon, muito bem escrito e altamente informativo, parece mais esclarecedora. Ao que tudo indica, o conteúdo anti-monopolista da ideologia da grande parte dos oficiais do MFA e sua opção de esquerda, existiam antes de 25 de abril de uma maneira embrionária e difusa. Vários dos primeiros capitães eram bastante favoráveis ao capitalismo, às democracias de tipo europeu ocidental. Mas quase todos sentiam que o golpe de estado a ser deflagrado não podia deixar de se acompanhar de mudanças sociais. Só os "spínolistas" queriam apenas o golpe, representando na prática os interesses de uma parte da burguesia financeira lusa, cansada do imobilismo de seus protetores salazar-caetanistas. Mas os "spínolistas" participaram das articulações e só a prática concreta os separaria.

**A prática revolucionária politiza rapidamente os capitães**

Osório afirma que oficiais como Vasco Gonçalves, "ligados aos comunistas", rapidamente empolgaram o MFA,

Não diz como puderam fazê-lo com tanta facilidade, numa tropa formada na tradição anti-comunista ferrenha do regime luso. Mas as coisas não foram bem assim. Vasco participou intensamente dos preparativos do golpe de 25 de Abril. O mesmo se deu com Otelo Saraiva de Carvalho, sem dúvida o grande estrategista do movimento vitorioso.

A prática política e militar definiu as opções ideológicas. O caráter reivindicatório do movimento, expresso na oposição à lei 353/73 que dificultava as promoções de oficiais e criava divisões entre eles, não ofuscou o descontentamento político geral. Ora, quando os capitães tiveram que definir setores sociais a que se vincular, a opção foi exatamente no sentido daqueles que nada tinham a perder com a queda do fascismo: os trabalhadores, que haviam, apesar das terríveis dificuldades e da PIDE, intensificado um pouco seus movimentos reivindicatórios nos últimos tempos.

A prática do poder, depois do 25 de Abril, fez o resto. Mantidos em um relativo silêncio, evitando aparecer nominalmente na imprensa, deixando Spínola como "símbolo" unificador das Forças Armadas, os capitães passaram a agir em setores vitais do país. Muitos foram escalados como detidos nas fábricas, para dirimir conflitos de trabalho, o que os fez ver muito de perto a situação e as expectativas de uma classe operária particularmente oprimida e explorada, por um patronato acostumado ao fascismo. A proximidade de muitos dos membros do MFA com as posições do PC e outros grupos de esquerda deveu-se bastante a isto, segundo os jornalistas franceses e principalmente ao apoio dado na rua e nas barricadas ao MFA, pelos esquerdistas.

Entretanto, o erro de analistas como Sanches Osório é o de identificar militares como Vasco Gonçalves com organizações partidárias, quando na maior parte dos casos a aproximação é diretamente com o povo, a classe operária, os camponeses. Como dizem Audibert e Brignon: "existe uma complexidade invisível entre o anonimato de oficiais e os manifestantes nas fábricas e nas ruas."

O nascimento de um regime - III

## Os bons tempo de um analista político

Parece espantoso reler crônicas políticas de alguns anos atrás e descobrir que elas não têm a falta de humor e de análise imposta aos cronistas de hoje

Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro

Que seria da memória histórica no Brasil se ela não pudesse contar com as análises da cena política que alguns poucos jornalistas teimaram em continuar fazendo, apesar da desolação do panorama? O surpreendente ao reler as análises de Fernando Pedreira - colunista e hoje diretor - redator chefe do "O Estado de São Paulo" é constatar como regrediu a crônica política que marcou todo o Império e a República, à exceção do período do Estado Novo e da nova era aberta pelo AI-5. Ao tomar de novo contato com os textos da década de sessenta, anteriores ao marco inesquecível de dezembro de 1968, fica-se chocado. Naquela época, talvez por estar na França, contaminado pelos ares de uma democracia estabelecida, onde a dissensão pela imprensa é tão natural como a água do Sena,

Brasil Política, de Fernando Pedreira (ed. Difel, São Paulo, 1975, 292 páginas, Cr\$ 45,00)

aqueles análises não pareciam ter nada de extraordinário. Além do mais, elas se confundiam com aquele liberalismo das horas difíceis que o solene jornal paulistano sempre assumia em momentos semelhantes (para abandoná-lo em seguida). Agora parece espantoso que elas estivessem sendo publicadas. Afinal, depois daqueles tempos, comentários anódinos assumiram foros de crônica política e os jornais se transformaram em acompanhamentos cronológicos e fatuais sem maior interesse. Por outro lado como a falta de imaginação campeia na acanhada cena política e a regra é a

ausência de senso de humor, é um verdadeiro alívio redescobrir o "humor" que perpassa todos os textos, mesmo diante das situações mais graves.

**O Brasil também pertence ao mundo contemporâneo**

Mérito raro nas nossas análises políticas é a permanente referência dos acontecimentos a um pano de fundo da situação internacional. Entenda-se: não se trata de análise comparativa à moda do conde de Afonso Celso para saber quanto países europeus cabiam dentro de nosso território (1). E a capacidade de fazer os acontecimentos brasileiros assumirem uma dimensão integrada na conjuntura histórica global. Um saudável cosmopolitismo que dá condições para ultrapassar os limites do fatal e situar a cena no interior de problemas que a sociedade contemporânea enfrenta.

O interesse maior do livro está justamente nas possibilidades que abre para o esforço de compreensão das questões da última década que persistem hoje como problemas: a nova complexidade da sociedade brasileira, a relação entre os militares e a política, a definição da democracia, o direito de dissentir, a participação dos estudantes, o papel do sindicato, a liberdade de imprensa.

Em boa hora, porque já começa a ficar cansativo ler todas as obras que nos obrigam a percorrer as mesmas datas, os mesmos heróis dilacerados por não realizarem a democracia,

além das inefáveis ironias da história, em explicação do período 1964-1975. Bem a propósito, um estudioso desabafava seu enfado em relação a obras históricas que privilegiavam o encadeamento interno do período, como vagões num trem onde ao historiador só resta soprar o apito para a composição passar diante dos olhos extasiados dos leitores: o estudo do passado não tem sentido a não ser quando parte de nossas preocupações recentes e pode respondê-las, enraizando-se numa prática concreta (2). Longe de querer simplesmente adornar o meu artigo, essa citação serve para mostrar que o livro de Pedreira conseguiu escapar à irresistível abordagem de anais históricos, que recorta a análise segundo os diferentes presidentes empossados ou depostos, ministérios, congressos abertos ou fechados - mais própria aos almanaques de efemérides, que à análise da sina da história política brasileira.

**Para compreender as relações entre o Exército e a política**

Os textos constituem ainda material utilíssimo para se intensificar o esforço de compreensão das relações entre as forças armadas e a política na história brasileira. De novo parece incrivelmente difícil abordar sem peias as questões formuladas em 1967 e 1968 diante das dificuldades enfrentadas pela imaginação política após esses anos. Como retomar

sem temores a questão das forças armadas apresentadas como uma "ilha democrática" num país de tradição autoritária e paternalista, às implicações da importação da doutrina de contra-insurreição e a tentativa de avaliação da doutrina de segurança da Escola Superior de Guerra?

No entanto, o autor consegue, debater claramente qual a concepção de democracia que nossas forças armadas foram elaborando ao longo da história. As análises escapam a um civilismo vago (agora posto novamente em moda), abandonando a visão simplificada e de cunho patológico que o liberalismo (e por vezes o pensamento de esquerda) reservam ao comportamento do aparelho militar.

**O vai vem da noção de democracia**

Finalmente, o grande tema perseguido no livro é a definição da democracia. As formulações de Pedreira servem para rever a curiosa migração que o conceito de democracia percorreu no Brasil. Esses exercícios de geógrafo de vocabulário político são sempre tortuosos, mas não será escandaloso constatar que houve uma troca de referências ideológicas no conceito. No final dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, a adjectivação "democrática" servia intensamente aos grupos conservadores e elitistas, nem sempre somente liberais. Depois de 1964, diante da derrocada do populismo e a

insistente cantilena da falência da "democracia liberal", já ouvidas em outras horas a referência "democrática" se instala na oposição. Percorrer o livro é descobrir como aqueles que se empenharam em ver no movimento militar de 1964 uma simples restauração democrática, começaram lentamente a ter a sensação de terem vivido uma "journée de dupes". Além disso, na concepção de democracia dos textos de Pedreira há ênfase no fortalecimento da sociedade civil: o único caminho possível é a reconstrução das instituições democráticas e da restauração da confiança popular. Mas vez por outra ainda ressoa a inevitável exigência, com fortes ressaibos udenistas, de se "educar o povo" para a democracia. O que por vezes arrisca destruir todo o encantamento com os textos.

(1) ver o adorável gráfico a respeito no seu Porque me ufano do meu país, Rio, Brigateir, 1943, p.12. Alíás reproduzido na publicação oficial (sem menção de origem) Para comprar (II PND) - um deslize kitsch na atual "bridade" governamental.

(2) Jean Chesneaux, "Yanama", Tel Quel, nº 61, 1975, p. 32.

(3) Esses pontos foram por ele desenvolvidos exemplarmente no simpósio sobre perspectivas políticas realizado no dia 15 de julho passado, na XXVII reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, MG.

Num fato inédito na história editorial do Estados Unidos, o livro *Banhos de Sangue* foi bloqueado pela própria editora que o comprou. O livro teve de viajar até Paris para expor ao público sua corajosa denúncia de uma política genocida.

No longínquo ano de 1898 os nacionalistas das Filipinas haviam conseguido se libertar do jugo colonial espanhol. A liberdade, no entanto, durou pouco para eles. Nesse mesmo ano tiveram de enfrentar as forças mais poderosas e bem equipadas dos Estados Unidos, que vinham substituir os antigos dominadores. "Os tempos eram menos hipócritas", diz o livro de Chomsky e Herman, e "o comando norte-americano propalava abertamente sua intenção de transformar as zonas de resistência em enormes desertos". O general J. Franklin Bell, encarregado das operações, foi bastante claro: "praticamente toda a população nos era profundamente hostil". Era necessário mantê-la, dizia, "num tal estado de ansiedade e apreensão que o fato de viver nessas condições ficasse insuportável". Dessa forma, prossegue, "o ardente desejo de ver a guerra cessar" levaria todos "a se esforçarem ativamente para estabelecer uma paz real". Era necessário aterrorizar até a paralisia, aqui entendida como "paz". Entre os fatos da política externa norte-americana arrolados no livro, este é o primeiro, cronologicamente, que deu margem a formulações "teóricas" sobre tal política de "pacificação", ou, nos termos dos autores, sobre a política sistemática do "banho de sangue". Foi também o exemplo mais tosco, porque menos camuflado psicologicamente.

#### A mecânica complexa da dominação

Ao longo do século XX os "banhos de sangue" foram se sofisticando, graças aos avanços da tecnologia de guerra e à crescente complexidade dos serviços de inteligência e informações. Permaneceu invariável seu uso contra populações de países do terceiro mundo que deveriam ser subjugados e submetidos aos interesses diretos da estratégia norte-americana. A guerra fria, após a Segunda Guerra, intensificou o processo. Refinaram-se as justificativas para essas atitudes. Declarações "francas" como as do general Bell tornaram-se inoportunas. As razões tinham de ser mais "democráticas". Assim nasceu o que Chomsky e Herman denominam de uma "ideologia imperial" na política externa norte-americana, destinada a justificar as intervenções deste país na política interna de países menores com o fito de aterrorizar e submeter populações inteiras, graças aos "banhos de sangue".

O trabalho dos autores consiste em explicar, primeiro, a mecânica do "banho de sangue"; segundo, a mecânica de como se justifica o fato objetivo (a junção de ambos os níveis numa única política sistemática definiria a "ideologia imperial"). A mecânica em si do banho de sangue não necessita de muitas palavras: as curtas explicações do general Bell são suficientes, ainda que destituídas de habilidade.

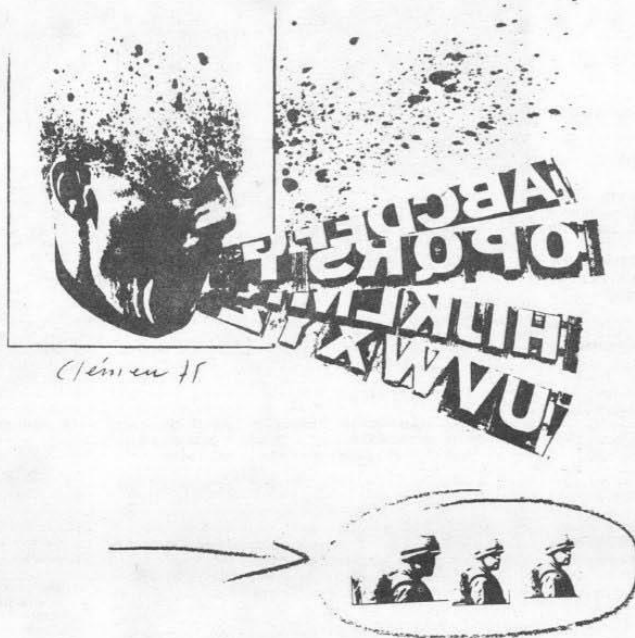
Domina-se uma população através do terror, e para isso é necessário matar muitos de seus membros, tornando essas mortes exemplares para os outros. Pode-se fazer isso de duas maneiras, conforme analisa o livro: isolando minorias raciais ou políticas, ou mesmo religiosas, e aniquilando-as sob a complacência dos não diretamente envolvidos; ou então aplicando uma política de destruição cega durante um tempo determinado que atinja a todos indiscriminadamente. Assim, dizem Chomsky e Herman, foi nas Filipinas, na Guatemala, na década de cinquenta (quando um exército de mercenários organizado com ajuda da CIA derrubou um governo legalmente constituído), na Indonésia na década de 60 (quando a perseguição aos comunistas desencadeou matança generalizada de centenas de milhares de pessoas durante vários anos).

As dificuldades começam quando se tem em mente que a manutenção do apar-

## ENSAIOS

# O MASSACRE

Flávio Aguiar



Noam Chomsky é hoje o linguista norte-americano mais conhecido dentro e fora dos Estados Unidos. Sempre militou contra a guerra do Vietnã. Em 1973, de parceria com E. S. Herman, professor de economia da Universidade de Princeton, escreveu *Banhos de sangue*, um ensaio sobre a política externa norte-americana depois da Segunda Guerra. Em julho desse ano a Warner Modular, subsidiária da Warner Publishing Company (a que também pertence a Warner Brothers, mais conhecida do público brasileiro), interessou-se pelo livro e decidiu sua publicação. Pouco antes da data prevista para o lançamento, com os livros já impressos, a Warner Publishing suspendeu a publicação. Segundo carta de Chomsky à imprensa francesa, a Warner estava por demais comprometida em obter do governo a concessão de um canal de TV para se permitir o luxo de publicar um livro como *Banhos de Sangue*. Para completar o quadro, a Warner dispensou todos os seus funcionários que apoiaram o livro de Chomsky e Herman. Afinal, em 1975 o livro pôde sair, na França. Perdeu, é claro, em atualidade, mas certamente não em impacto. E ganhou um apêndice, sobre mais um trágico exemplo dos "banhos de sangue": Santiago do Chile, setembro de 1973.

to bélico necessário custa muito dinheiro. E que é preciso tirá-lo do bolso do contribuinte e mandá-lo aos mercenários, aos aliados ou às próprias tropas que executam a "tarefa". Aqui começam as explicações rebuscadas. Os "tempos hipócritas" a que se referia o livro. Aqui começa, propriamente, a "ideologia imperial dos banhos de sangue". E aqui começa a via crucis do laboratório de pesquisas que superou a todos os exemplos anteriores: o Vietnã.

#### A invenção dos banhos de sangue

Embora as explicações sejam, em geral, amplas e retumbantes, o mecanismo básico é bastante simples. Para se justificar um banho de sangue é necessário inventar outro, passado ou futuro, que lhe seja maior em proporções e cujo perigo justifique o real, o que está acontecendo. O truque foi muito usado no Vietnã. Conforme o livro expõe, a guerra provocou esforços titânicos dos sucessivos governos norte-americanos (Kennedy, Johnson e Nixon): primeiro, o de ganhar a guerra; segundo o de tornar a guerra aceitável ao seu povo e ao mundo. O esforço de ganhar a guerra, taticamente, impunha o massacre das populações rurais, onde se concentrava a resistência vietcong. O esforço de explicar a guerra exigia que "houvesse" massacres desordenados e maiores por parte do inimigo (reconhecido pela disciplina de suas tropas). Para que, na terminologia de Chomsky e Herman, o banho de sangue fosse "construtivo", era necessário que outro, "mítico", lhe fosse anteposto. Dois exemplos concretos ajudam a compreender a função do banho de

"Para se justificar um banho de sangue, é necessário inventar outro, passado ou futuro, que seja maior e cujo perigo justifique o primeiro, o real, o que está acontecendo".

cifras (essas mesmas discutíveis) da polícia sul-vietnamita sobre as mortes em Hué andavam em torno das 500, sendo que 300 desses mortos estavam soterrados numa grande vala comum. Logo depois da descoberta de My Lai "capturou-se" um documento aos vietcongs, que falava em 2.748 mortes em Hué. E silenciou-se sobre o fato de que na retomada da cidade a artilharia norte-americana e sul-vietnamita não deixou pedra sob pedra, provocando a morte seguramente de 2.000 civis. Restam ainda muitas dúvidas sobre a autenticidade daquele documento tão "providencial". E numa brilhante análise linguística da tradução do documento para o inglês, Chomsky mostra como, de qualquer maneira, se acabou por falsificá-lo: por exemplo, traduzindo palavras que originalmente teriam o sentido de "julgado" em vietnamita para "executado". Quanto aos 300 mortos numa vala, diversos jornalistas puderam constatar que havia marcas de tratores perto do buraco, indicando que os corpos foram jogados lá dentro com ajuda desses veículos. E como era e é sabido, os vietcongs não dispunham de tratores em sua ofensiva sobre Hué.

#### Os hábitos de uma política externa

A sucessão de truques macabros é enorme, na enumeração do livro. Civis, mulheres, crianças e velhos eram arrolados como "comunistas" (dai vinham as cifras espantosas das batalhas, em que um exército derrotado, o sul-vietnamita, tinha dezenas de mortos, e o "inimigo", centenas). Nos relatórios sobre os inquéritos policiais do governo de Saigon (hoje cidade Ho Chi Minh), apresentados inclusive aos congressistas norte-americanos, não se fala em "vietcongs mortos" ou "pessoas presas", mas sim em "infra-estruturas vietcongs" que eram "neutralizadas". É muito mais fácil saber que apenas numa dessas operações 84 mil "infra-estruturas" foram "neutralizadas" do que saber que na verdade 84 mil pessoas foram presas sem qualquer apoio legal (21 mil dessas pessoas hoje estão mortas).

O sentido geral desses truques de linguagem é criar, segundo os autores, a imagem de que o "nosso" banho de sangue é "construtivo", benigno. Não se fala em mortes, massacres. Como nos casos da Indonésia, da Guatemala, do Vietnã, admite-se falar em "reajustamentos", ou no máximo em "mudanças dramáticas" ou "acontecimentos dramáticos" que estão sempre em função de alguma "segurança" coletiva.

Mas o livro de Chomsky e Herman não pretende ser um livro episódico. Seu objetivo geral é o de demonstrar que é impossível levar a efeito (patrocinar ou auxiliar diretamente) massacres de populações inteiras e justificá-los de modo tão "eficaz" e similar para diferentes situações (Guatemala, Indonésia, Filipinas, Vietnã...) sem que haja um planejamento orquestrado.

Em outras palavras, o que o livro deixa claro é que os banhos de sangue reais e suas explicações sofisticadas não são fruto do excesso eventual deste ou daquele comandante, mas sim parte de um planejamento sistemático, de uma política organizada e executada de acordo com padrões até bastante rígidos. O livro se pretende um ensaio sobre a política externa norte-americana, e não apenas um relato sobre atrocidades nos confins do sudeste asiático. "Banhos de sangue" retrata uma política que pode surgir, de uma ora para outra, em qualquer parte do mundo.

Bains de sang, de Noam Chomsky e E.S. Herman (Paris, Editions Seghers, 1975, 195 pags.)

# ESTÓRIA DE CEMITÉRIO

Tania Faillace

— Luca! Chama o Espanhol aí ... Tem mais outro, hoje!  
— Acho que ele já arrecolheu.  
— Não me interessa! Não tem mais ninguém. Vai chama ele! Ligeiro!

Luca foi encontrar o Espanhol lavando os pés. Tinha um ar fechado, distraído, enquanto punha um pé debaixo da bica ... o outro ... sacudia-os e esfregava-os depois no cimento molhado.

— Mais um, Espanhol... — esperava uma explosão de desaforos. Mas o Espanhol estava calmo, quieto. Fêz que já ia com a mão, e tornou a abrir bem aberta a bica.

Luca pulou de lado ...  
— Ei! que é isso!  
— Muy limpia, muy fresca, el agua — sussurrou o Espanhol.

Luca entendeu:  
— Tu inda tá pensando no de ontem?  
O Espanhol deu de ombros. Estava ali fazia pouco. Nem era efetivo.

— Tô vendo que tu não vai aguentá ... — disse Luca.  
— Bueno ... y entonces?

Entonces, nada, Espanhol. Mas o que é que tu vais fazer por aí? Voltar para a esquina? A gilete importada? A construção? Mas não tem vaga todo o dia ...

— Donte es? — perguntou o Espanhol.  
— Lá em cima — explicou Luca. Sorte. Já fiz dois na terra, hoje. Assim de minhoca ... Acho que por causa da chuva.

«Chegaram no último momento. O cortejo já se aproximava. Luca procurou ligeiro, ansioso, a cor do caixão. Grande, preto. Respirou fundo. Não gostava de enterrar criança. Quase chamou o Espanhol para contar: "A primeira criancinha que eu enterrei... deixei cá ela, sabe..." Um nenê. Luca equilibrara o caixãozinho no ombro, com a impressão de que era uma brincadeira. O caixão estava vazio de tão leve. Pois foi quando o danadinho sacudiu, balançou e caiu. Todo o mundo aos gritos, nervoso... e Luca não sabendo se devia sorrir ou pedir desculpas. Quiseram abrir o caixão então. O nenê — tinha caído de lado. Era de gente branca, mas estava escuro da morte, todo roxinho, quase preto. E Luca tivera um grande arrepio, um arrepio medonho, porque era igualzinho a um nenê de Mirinha. Um nenê de Mirinha... Ora, nunca que o caixãozinho estava vazio como parecia. Nenhum daqueles caixãozinhos. Daí que não gostava deles. Não gostava, fim. O Espanhol estava ocupado armando a escada.

— Quarta fila — explicou Luca. Vinte e três, aquele que já tá apertado...

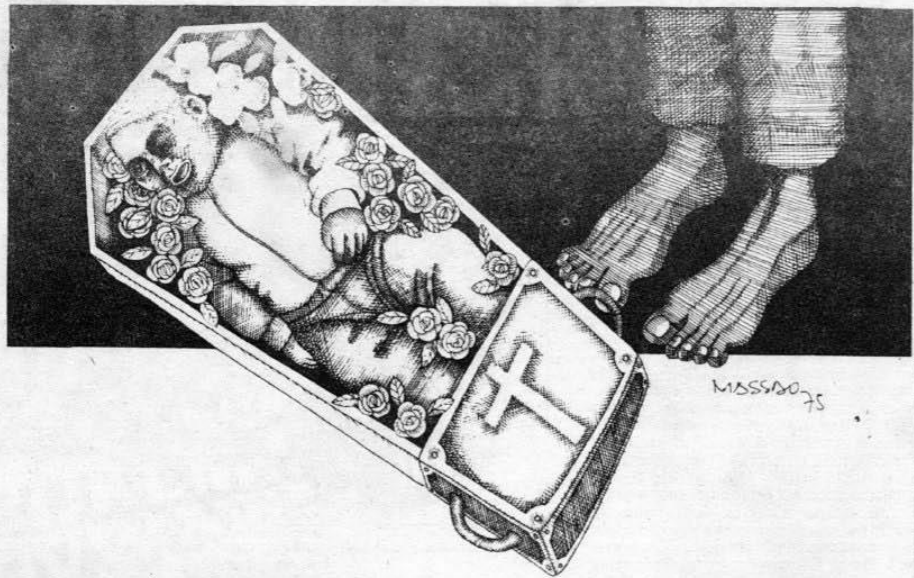
E Luca aproveitava para dar uma olhada rápida no cortejo, cada vez mais perto. Gente bem, pensou Luca. Até botinhas amarradas em duas moças. "Uma vergonha, essa gente olha pra nós assim... pé no chão, tudo em farrapo..." A culpa não era deles. Não tinham dado o uniforme naquele ano, nem no ano passado... três anos, hein, Luca? Três anos de brim lavado, esfregado, remendado por Mirinha... "A irmandade é pobre, pessoal, vocês devem se conformar..." E Luca e a turma ficavam, às vezes, olhando por cima do muro, os "primos ricos" do cemitério fronteiro... Bota de borracha, bonê, macacão novo todos os seis meses, luvás... luvás! e dois e meio salários mínimos! A vergonha era para a irmandade mesmo. Cobrava um dinheirão pelos enterros e depois exibia aqueles coveiros. Oi, miseráveis!

Chegava um dos capatazes junto. Fazia um sinal pausado, solene, profissional... e o Espanhol descia da escada para ajudar Luca com o caixão. Luca, de olhos baixos, sério, silencioso, peso descansado no ombro direito, não perdia nada. Viu de relance a cara balofa da viúva, pálpebra escondida por óculos espelhados, pesquisou, num segundo, os sinais de dor nos acompanhantes.

Porque um enterro precisa de tristeza. É decente, isso. E quando o choro era normal, sem desespero, mas bem sentido e saudosos, Luca sentia sua tarefa cumprida. Tudo nos seus lugares. Luca enterrava um antigo vivente, de alma eterna e contas bem fechadas... Não enterrava lixo! Luca estremeceu. Difícil de lembrar aquele gambá do ano passado, que bagunçara os Finados.

O Espanhol vai subindo a escada com cuidado. O peso do caixão recai todo sobre o ombro de Luca, força outro rasgão em sua camisa, esfolia de leve sua pele. Agora, o Espanhol o dirige para a abertura na parede. Luca vai erguendo sua ponta com os braços levantados, sobre um degrau, dois... o Espanhol dá-lhe empurrão decisivo. Embaixo, um suspiro repentino: "Já se foi..."

Tijolo salta da mão de Luca para o Espanhol. Este trabalha com um certo entusiasmo. Luca seria capaz de jurar que ele está assoviando. "Trabajé em grandes cons-



trucciones..." vangloria-se o Espanhol, falando de pontes e barragens, estradas e usinas... "Onde?" pergunta a turma. O Espanhol não responde: "no compreendo".

"Hago una casita, hago una casita para el muertecito..." Bem melhor, bem melhor do que ele, ficava aquele defunto. Nenhum perigo de molhar os pés naquelas alturas. Nem de frio. Nem de pulgas. Nem de fome. Nem de sentir o seu cheiro. O Espanhol esfregou o braço na cara. Como ontem. Na sepultura alagada... Deus, como teria caído tão baixo... O caixão boiava, ainda fechado, estalante. "No hay bombas por acá?" A turma ria, o capataz se irritava. Tivesse tanto luxo, fosse trabalhar num banco, ora! A água fora esgotada a balde, mesmo... e pulso. E enquanto isso, ninguém falava, rostos inchados pela respiração retida. O Espanhol engasgava-se com facilidade — não estava acostumado. "Tres semana" — explicara Luca, o negro... "Faiz tres semana que eu enterrei esse sujeito. Eu tava vendo que ia dar filtração... Eu disse... mas que tão eles ligando... é a gente que se molha, ô".

Tres tijolos, dois tijolos, um tijolo... O Espanhol parte com destreza metades e quartos de tijolos para ajeitar nos vãos. Já o morto está fechado para a eternidade. Luca agora também sobe na escada para a camada final de reboco... Embaixo, os acompanhantes se espalham, em sussurros discretos. Um deles volta e estende duas notas a Luca e ao Espanhol. Luca quase diz, surpreso: "A gente não arrecebe gorjeta..." O Espanhol dá-lhe um encontrão. O ofertante se afasta, finalmente.

— Vejam só... diz Luca — Cinco pratos...  
O Espanhol dá de ombros:  
— Basta para uma cerveja.  
Luca não vai comprar cerveja nenhuma. Cinco dias de condução, isso sim.

— Não que tá lá em casa, conheci a patroa e as cria? — pergunta Luca, já mudando de roupa, no vestiário.  
— Ctra vez — diz o Espanhol, distraído.

Não sabe porque, Luca tem tanta vontade de conversar com esse Espanhol... mas conversar mesmo. Por ser estranha? Porque tem esse ar de quem não pára e sempre vai indo andando? Alguns da turma tinham achado: "vai vê que é um fugido... com essas estória de tupas por aí... eu não sei: vejo castilhanos, já adescunfiou". Mas não era a sério, porque os outros riem da inexperience do Espanhol, embora fosse muito melhor do que todos com tijolos e argamassa.

Para Luca, a estória era outra. Quando tinha vindo para o cemitério — há 15, 16 anos — era por pouco tempo. Ia melhorar, ah, ia melhorar. Ia casar... quem quer casar com um coveiro, ter um pai coveiro... ia voltar para a construção qualquer dia desses, quando as coisas melhorassem... ou ia, talvez ainda, arranjar uma chacinha lá nos morros: casa pintada melhorar a leitura, ah, se precisava... E depois ia ficando. Pois uma coisa tinha... emprego fixo. Lá, ninguém se dava ao trabalho de mandar empregado velho embora. Ninguém sabia, ninguém descia. E Luca via a esperança de tanta gente bacana dando no barro...

Daí que Luca tinha tanta vontade de conversar com o Espanhol. Que será que poderia contar para o Espanhol, que será que o Espanhol poderia explicar-lhe? Luca não sabia. Eram coisas como estas: "a primeira vez que eu enterrei uma criancinha... e vi uma criancinha branca toda preta... que maldade, que tristeza... e voltei pra casa e fui olhá as minha cria — eu e Mirinha nós tinha três, então — e pensei com toda a força: "no quero que ninguém enterre eles!" e outras coisas: "No premero ano que não deram uniforme, eu fugia do enterro, só queria fazê limpeza sozinho... tinha vergonha de mim, sabe? de toda aquela gente me olhando... adespóis, me acostumei";

"fantasma? todo o mundo me pergunta se eu não tenho medo, e o triste é isto: ficando no cemitério, a gente sabe que não tem nada... na cova, só fica o osso. E aí?"; e mais: a queda de Osvaldo de cima da escada, e a irmandade fingindo que não sabia de nada, e todo o mundo perdendo serviço para levar Osvaldo no hospital; e o irmão do Zeca enterrado no campo santo, enquanto Zeca se rasgava de pedir um lugarzinho bem pequeninho para o irmão, no cemitério de verdade... Ah, essas e tantas, tantas outras coisas que Luca sentia que se contavam e explicavam, ele não sabia como.

Na saída, um dos capatazes perguntou: "Tem alguma cova aberta no campo santo?" Luca encolheu os ombros: "Não sei".

O capataz cocou a cabeça: "É uma droga. Teve um acidente hoje de tarde. Um caminhão cheio dessas gente das vila. Foi feio o negócio. Amanhã é capaz de dá romaria aqui". Luca fingiu não ter entendido.

O capataz insistiu: "Que se camarada, Luca? Tu e o Tonho..."

— O Tonho já saiu.  
O capataz suavizou a voz:  
— Tu é dos melhor elemento, Luca. Preto e tudo, mas negro decente, trabalhador... E então?

— Já passou da minha hora — relutou Luca.  
O capataz pisou:

— A gente arranja uma coisinha pra ti, tá certo? Uns cruzerinho, um feriado espichado, que tal?

Luca não acreditava naquelas promessas — tinha 16 anos de experiência — mas voltou atrás, vestiu os farrapos de novo e foi fazer o serviço. Estava escurecendo e ele tinha que andar ligeiro.

— Junto do muro — explicou o capataz — tem uma porção de sepultura que já fez mais de três anos.

A terra era fofa, nada difícil de cavar. O terreno inclinado recebia bastante luz do sol que descia. Ouro e sangue, pensou Luca, relembrando antigas rezas de guerreiros e santos, cantadas no pátio da avó. Ouro líquido, sangue luminoso... E Luca desalojava velhos ossos, amontoava-os a seu lado. Crânios com fiapos de couro e cabelos, meias emboloradas com pés ressequidos... agora uma costela, um peito se fendia sob a pá de Luca... qual seria o irmão do Zeca? devia estar naquele alinhamento... Mas a sombra avançava, e Luca tinha que cavar mais e mais depressa — não havia luz suficiente no campo santo. A pá mergulhava fundo e esparramava restos de gente, de roupas, enlucadeira minhocas e lagartixas. Luca cavava. Estava arranjando lugar para gente nova — "gentes das vila..." — Luca também morava em vila. E susto grande, repetindo, fez a pá bater com força no pé, arrancando sangue de verdade de seu dedão. Mirinha, Edy, Liza, Rejane, Laura, Décio... Uma vertigem. Luca caiu dentro da cova. E de repente, sem mais nem menos, cabeça encostada — em torrão de terra, em ossos, trapos — Luca deu para chorar. Chorou, chorou, até ficar bem escuro.

Aí, pulou para fora, e continuou cavando sob a luz da lua.

Tania Jamarido Faillace é natural de Porto Alegre e nasceu em 1939. Tem dois livros publicados (Adão e Eva, prêmio Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul em 1964 e O 35º ano de Inês, já com duas edições) e é colaboradora de diversos suplementos literários do País. Sobre literatura, diz: "Há gente que se escuda no beletrismo para fugir de um mundo que não consegue enfrentar. Na minha opinião a literatura não objetiva o engrandecimento do autor e o embebecimento do público, mas o esclarecimento do homem pelo homem".